


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

CARLOS ALBERTO DINIZ

A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA NO INTERIOR PAULISTA:

**ESTUDO HISTÓRICO SOBRE O GINÁSIO ESTADUAL
DE MATÃO (1940-1965)**



ARARAQUARA – S.P.

2012

CARLOS ALBERTO DINIZ

A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA NO INTERIOR PAULISTA:

**ESTUDO HISTÓRICO SOBRE O GINÁSIO ESTADUAL
DE MATÃO (1940-1965)**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

ARARAQUARA – S.P.

2012

CARLOS ALBERTO DINIZ

A EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA NO INTERIOR PAULISTA:

ESTUDO HISTÓRICO SOBRE O GINÁSIO ESTADUAL DE MATÃO (1940-1965)

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

Data da defesa: 14 de dezembro de 2012.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba
UNESP/FCLAr

Membro Titular: Prof. Dr. Marcus Vinícius da Cunha
UNESP/FCLAr

Membro Titular: Prof. Dr. José Carlos Souza Araujo
UFU/FACED

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico este trabalho à minha mãe com carinho e eterna gratidão, e aos meus irmãos que sempre me encorajaram a vencer todos os desafios encontrados na caminhada até aqui.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu melhor amigo e fonte inesgotável de sabedoria e infinito amor; refúgio nas horas de incerteza e força nos momentos de desânimo.

A minha abnegada mãe Maria Aparecida, a minha avó Ricardina e aos meus irmãos Luciana e Mário Sérgio pelo seu apoio e carinho irrestrito. Vocês foram presença na minha solidão ao respeitarem profundamente o sentido dessa minha luta.

A minha queridíssima orientadora Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba, por acreditar em mim e neste trabalho, por me auxiliar de maneira sublime com suas generosas e imprescindíveis contribuições, mas, sobretudo, por estar sempre disposta a me atender nos mais diversos momentos.

A Profa. Dra. Vera Teresa Valdemarin, pessoa a qual devoto grande admiração pelo seu costumeiro bom humor, sabedoria, profissionalismo e por suas sugestões pontuais oferecidas para o meu trabalho enquanto pesquisador.

Ao Prof. Dr. Marcus Vinícius da Cunha, por sua contribuição preciosa e esclarecedora para esse estudo.

Aos amigos do GEPCIE (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Instituições Educacionais), pelos momentos de estudo, de trocas de experiências, de crescimento intelectual.

Ao meu querido ex-aluno Hernandes Aparecido Cavaletto, que me auxiliou sobremaneira na digitalização das fontes primárias utilizadas neste estudo e por sua imensa paciência comigo. Sou lhe muito grato.

Ao Prof. Marcelo Aparecido Rosseto, Diretor da Escola Estadual Prof. Henrique Morato, ao qual estendo meus cumprimentos a todos os funcionários dessa casa de ensino, pela acolhida e receptividade que tiveram comigo e pela prontidão em me auxiliar no levantamento dos dados.

A Prefeitura Municipal de Matão, em especial à Casa da Cultura e à Biblioteca Municipal, respectivamente nas pessoas das senhoras Lygia e Silvia que, tendo ciência da relevância deste estudo, me confiaram as primeiras edições do jornal A Comarca para consultá-las e permitiram o acesso ao Arquivo Histórico Municipal. Do mesmo modo, agradeço a Câmara Municipal de Matão e ao jornal A Comarca que me permitiram pesquisar seus acervos e deles capturar todas as informações úteis para esta pesquisa.

Aos meus caros amigos dos Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP, pela convivência, pela amizade e pelos inesquecíveis momentos de formação intelectual compartilhados.

Aos meus amigos, que são muitos, razão pela qual deixo de citá-los como deveria; grande tesouro que possuo, incentivo pelo qual devo permanecer perseverante, pois neles encontro essa virtude.

Quando a gente diz: ‘a luta continua’, significa que não dá para parar.
O problema que a provoca está aí presente.
É possível e normal um desalento.
O que não é possível é que o desalento vire desencanto e passe a imobilizar.
A expressão ‘a luta continua’ sublinha a continuidade histórica.
Quando estamos na luta, sentimos o gosto de ver a utopia encarnada, o prazer, a alegria fabulosa de fazer a escola pública popular.
A grande questão ao avaliarmos nossas ações é que não se faz o que se quer, mas o que se pode.
Uma das condições fundamentais é tornar possível o que parece não ser possível.
A gente tem que lutar para tornar possível o que ainda não é possível.
Isto faz parte da tarefa histórica de redesenhar e reconstruir o mundo.

Paulo Freire
(apud CORTELLA, 1992, p. 54)

RESUMO

O ensino secundário passou por diversas transformações ao longo do século XX. Destinado prioritariamente às classes sociais economicamente privilegiadas, verifica-se que essa modalidade de ensino começou a se expandir de forma tímida a partir da Era Vargas. Com a redemocratização do país, intensificou-se o ritmo de expansão na criação de ginásios oficiais para atender a uma demanda social crescente que via na escola secundária um meio de ascensão socioeconômica. No Estado de São Paulo, a expansão da rede de estabelecimentos secundaristas se deu em dois momentos: o primeiro, a partir da década de 1930, onde o Estado, chefiado pelos Interventores Federais, contou com a contrapartida dos Municípios para a criação dos seus ginásios oficiais; o segundo, a partir do fim da Era Vargas, com o restabelecimento do Poder Legislativo e, por conseguinte, da ação dos deputados estaduais, que viam na escola secundária uma grande oportunidade política. Partindo desse aspecto importante, porém pouco investigado na historiografia da educação paulista, procuramos nesta reflexão analisar como se estabeleceram as relações entre o poder público municipal e o estadual na difusão da educação secundária. O estudo incide, portanto, no exame da criação (datada de 31 de dezembro de 1940), e nas mudanças institucionais do primeiro Ginásio Estadual da cidade de Matão, atualmente denominado Escola Estadual Professor Henrique Morato, permitindo-nos compreender o jogo político implicado entre os anos de 1940 e 1965. Adotamos, para uma melhor compreensão deste objeto de estudo, o arcabouço teórico da História Política e História Cultural, utilizando-se da história das instituições escolares e da história local, além dos trabalhos de Roger Chartier sobre o conceito de representação, norteando a análise documental. Para esta investigação foram utilizados como fontes os artigos publicados no jornal A Comarca, as Atas da Câmara Municipal de Matão, os Decretos, Portarias e Editais da Prefeitura Municipal dessa cidade, os Relatórios do Recenseamento Geral do Brasil produzidos pelo IBGE entre 1940 e 1964, a Legislação Educacional, os processos que deram origem aos Projetos de Lei da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo referentes ao estabelecimento de ensino em questão, bem como documentos escolares (livros de atas, prontuários dos alunos, livros de matrículas) deste. Essa documentação levou-nos a perceber que os atores políticos tiveram um papel decisivo na difusão do secundário, e o fizeram de forma estratégica e alinhada aos municípios, utilizando-se da demanda social pela escola secundária como artifício político em benefício próprio. Constatamos ainda que o restrito acesso ao Ginásio Estadual de Matão era uma realidade da época, devotando-lhe um caráter seletivo perante a sociedade local; entretanto, agregado a esse caráter, o rigor e o elevado índice de evasão escolar presentes no cotidiano dessa escola podem ser vistos como fatores determinantes na manutenção dessa representação social da escola. Desse modo, pretendemos compreender e aprofundar com esse estudo, como se deu a expansão da escola secundária do interior do Estado de São Paulo à época estudada, qual sua representação para a sociedade matonense e como os atores políticos, a partir dessa visão dos munícipes, tiravam proveito da situação para manter-se no poder.

Palavras-chave: História da Educação. História do Ensino Secundário. História das Instituições Escolares. Política Educacional. Representação.

ABSTRACT

The secondary education has undergone several transformations over the twentieth century. Aimed primarily at those economically privileged social classes, it appears that this type of education began to expand so deficient from Vargas' era. With the democratization of the country, as a means of socioeconomic rise, official secondary schools were created and stepped up the pace of expansion to meet the growing social demand. In the State of São Paulo the expansion of the network in secondary schools took place in two moments: the first one, from the decade of 30, when the Federal Government, headed by Federal Interventionists, featured the return of municipalities for the creation of their official secondary schools. The second, from the end of Vargas' era, with the restoration of the State Legislature and therefore the action of the State Legislators, who saw a great political opportunity in the secondary school. Based on this important aspect, however, with little investigation to the historiography of State of São Paulo education, we analyze how this reflection settled the relations between the State and municipal public power in the diffusion of secondary education. The study focuses, therefore, on the examination of creation (dated of December 31st, 1940), as well as institutional changes of the first secondary school in the city of Matão, currently named Escola Estadual Professor Henrique Morato, who could help us to understand the implied political game between the years 1940 and 1965. We adopted for a better understanding of this object of study, the theoretical foundation of the Political History and Cultural History, which using the History of Educational Institutions and local history besides the work of Roger Chartier on the concept of representation, and guiding the documentary analysis. This investigation was used as the source of the articles published in the county newspaper named A Comarca, the minutes of the Câmara Municipal de Matão, decrees, edicts and ordinances of the City Hall of Matão, the reports of the census of Brazil provided by IBGE produced between 1940 and 1964, the educational legislation, the processes that gave origin to that of Assembleia Legislativa de São Paulo Projects for the educational establishment in question, as well as school documents (books, records, student records, registration books). This documentation led us to realize that the political scenario played a decisive role in the diffusion of the secondary and did it so strategically aligned to the counties, who uses the social demand for secondary school as a political artifice in its own benefit. It is well known that the restricted access to the Ginásio Estadual de Matão was a reality of that time devoting it a distinctive character before the local society, however, added to that character, rigor and selectivity present in the daily life of that school can be seen as determining factors in maintenance of such social distinction, given the high dropout rate. Thereby, we intend to deepen understanding this study in below mentioned aspects, how the expansion of the secondary school in the State of Sao Paulo was for study period, whom was it represented for to the society of Matão and how the members of the political scenario, from the view of the county citizens, took the advantage of the situation to stay in in Power.

Keywords: History of Education. History of Secondary Education. History of School Institutions. Educational Policy. Representation.

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Anúncio da Companhia Agrícola Fazendas Cambuhy	51
Foto 2	Anúncio das Oficinas Bambozzi	52
Foto 3	Anúncio de vagas para ingresso no Ginásio Municipal de Matão	60
Foto 4	Fachada do Prédio do Ginásio Municipal de Matão, 1945	62
Foto 5	Área Urbana de Matão (Central) – 1950	86
Foto 6	Anúncio de Edital de Exame de Admissão – Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão	90
Foto 7	Ficha para Registro de Avaliações – Década de 1940 (Fragmento)	92
Foto 8	Ficha para Registro de Avaliações – Década de 1940 (Fragmento)	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Alunos Ingressantes versus Alunos Concluintes do Primeiro Ciclo do ensino secundário – Ginásio Estadual de Matão (1947-1965)	75
Gráfico 2	Número de Classes - Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão (1947-1965)	81
Gráfico 3	Alunos Ingressantes versus Alunos Concluintes (Indicadores de Percentuais) – Ginásio Estadual de Matão (1947-1965)	93
Gráfico 4	Alunos Matriculados nas 1 ^{as} e 2 ^{as} séries – G. E. de Matão (1947-1965)	94
Gráfico 5	Alunos Matriculados nas 2 ^{as} e 3 ^{as} séries – G. E. de Matão (1947-1965)	95
Gráfico 6	Alunos Matriculados nas 3 ^{as} e 4 ^{as} séries – G. E. de Matão (1947-1965)	95
Gráfico 7	Alunos Matriculados nas 1 ^{as} e 2 ^{as} séries – G. E. de Matão (1959-1962)	97
Gráfico 8	Alunos Matriculados nas 2 ^{as} e 3 ^{as} séries – G. E. de Matão (1959-1962)	97
Gráfico 9	Alunos Matriculados nas 3 ^{as} e 4 ^{as} séries – G. E. de Matão (1959-1962)	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Interventores, governadores militares e civis do Estado de São Paulo (1930-1947)	34
-----------------	---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Ginásios criados pelos governantes do Estado de São Paulo (1930-1947)	40
Tabela 2	População de fato por sexo e situação do domicílio – Matão e seus Distritos (1940)	47
Tabela 3	População de fato – Modalidade: Nacionalidade – Matão (1940)	48
Tabela 4	População de fato – Estrangeiros – Matão (1940)	48
Tabela 5	Atividades Principais – Município de Matão (1940)	50
Tabela 6	Instrução – Município de Matão – 1940	53
Tabela 7	Pessoas de 10 anos e mais que possuem curso completo ou diploma de estudos – Matão (1940)	54
Tabela 8	Expansão do Ensino Médio no Brasil (1945-1960)	67
Tabela 9	Alunos Concluintes do 1º Ciclo do Ensino Secundário – Ginásio Estadual de Matão (1947-1959)	71
Tabela 10	Alunos Ingressantes no Curso Normal – Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão (1950-1959)	72
Tabela 11	Matrículas Curso Primário anexo à Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão (1959-1965)	77
Tabela 12	Estabelecimentos Industriais em Matão (1950-1959)	78
Tabela 13	Matrículas - Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão (1947-1965)	81
Tabela 14	Alunos Matriculados em 1941	85
Tabela 15	Localização da residência dos Alunos Matriculados em 1941	86
Tabela 16	Alunos Matriculados no 1º Ciclo do Ensino Secundário – Ginásio Estadual de Matão (1947-1965)	87
Tabela 17	Localização da residência dos Alunos Matriculados no Ginásio Estadual de Matão (1950, 1960) – Amostra	88
Tabela 18	Profissão dos Pais dos Alunos Matriculados no Ginásio Estadual de Matão (1950, 1960) - Amostra	88
Tabela 19	População de 5 a 14 anos que sabem ler e escrever (1950 e 1960)	90
Tabela 20	Estudantes com idade entre 10 e 19 anos – Município de Matão (1960)	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
GEPCIE	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Instituições Educativas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PC	Partido Constitucionalista
PD	Partido Democrático
PRP	Partido Republicano Paulista
PSD	Partido Social Democrático
PTN	Partido Trabalhista Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A ATUAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO NA DIFUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO ENTRE 1930 E 1947: UM RECURSO DE PODER?	24
2.1 Panorama político-educacional do Estado brasileiro (1930-1945)	24
2.1.1 A política educacional paulista durante o Estado Novo e a participação do Poder Executivo Estadual e Municipal	32
2.2 Ginásios criados no Estado de São Paulo entre 1930 e 1947 e a contrapartida dos Municípios	38
3 DE GINÁSIO MUNICIPAL “DR. ADHEMAR DE BARROS” A GINÁSIO ESTADUAL DE MATÃO: A TRAJETÓRIA DA ESTADUALIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM UMA CIDADE DO INTERIOR PAULISTA	45
3.1 O Município de Matão às vésperas da criação do seu Ginásio Municipal	46
3.2 O Ginásio Municipal “Dr. Adhemar de Barros” (1940-1947)	55
4 AS TRANSFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS DO PRIMEIRO GINÁSIO PÚBLICO DE MATÃO (1948-1965)	66
4.1 De Ginásio Estadual de Matão a Colégio Estadual e Escola Normal Professor Henrique Morato	67
4.2 O Instituto de Educação “Professor Henrique Morato”	76
5 UMA ESCOLA PARA POUCOS: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO ENSINO SECUNDÁRIO NO INTERIOR PAULISTA	83
5.1 O crivo do acesso à escola secundária	84
5.2 O desafio de permanecer na escola secundária	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
FONTES	102
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICES	111
APÊNDICE A - Ginásios (secundaristas) criados no Estado de São Paulo (1930-1947)	112
ANEXOS	116
ANEXO A: Declaração do Prefeito Municipal encaminhada ao Departamento de Educação	117

1 INTRODUÇÃO

Nasci e resido no município de Matão que está localizado no interior do Estado de São Paulo a 310 quilômetros da Capital. Estudei o primeiro e segundo anos do curso Colegial (hoje Ensino Médio) na Escola Estadual Professor Henrique Morato¹. Por diversas ocasiões me deparei com comentários feitos por pessoas conhecidas, inclusive familiares, sobre esse estabelecimento de ensino, comparando o seu passado ao seu presente: na maioria das vezes de maneira nostálgica, justificada por uma grande admiração à sua trajetória histórica, sobretudo no período em que tal escola funcionava nas dependências onde atualmente funciona a Escola Técnica Estadual Sylvio de Mattos Carvalho, onde leciono há cerca de nove anos.

Cabe ressaltar que no prédio da Escola Técnica Estadual Sylvio de Mattos Carvalho, cujo patrono (por coincidência ou não) foi o primeiro diretor do Ginásio Municipal, permanecem reminiscências de uma realidade educacional bem diferente do nosso cotidiano. Cito, por exemplo, a transcrição da placa de inauguração do antigo Ginásio Municipal que se encontra no seu saguão principal: “Este Ginásio foi construído durante a administração do Snr. J. Bartholomeu Ferreira. A ele a gratidão dos estudantes matonenses. Matão, XXX-XII-MCMXLIII”. Externamente aos muros dessa escola, podemos apontar como exemplo também o jornal local A Comarca que trouxe, em especial nas edições publicadas entre os anos 1941 e 1947, diversas reportagens que apontavam o Ginásio como um símbolo do progresso da cidade que tanto orgulhava os munícipes. Diante dessas observações, surgiu-nos uma questão: que escola foi essa – motivo de gratidão e de orgulho – que ficou marcada na memória de tantos matonenses?

Sejam esses elementos saudosistas ou não, o que me levou a desenvolver o presente estudo, inicialmente por minha participação no GEPCIE², foi a intenção de compreender a importância dessa escola a partir do que ela representava para a comunidade local entre as décadas de 1940 e 1960; além disso, verificar como o Poder Público, diante de um cenário

¹ A Escola Estadual Professor Henrique Morato teve outras denominações ao longo da sua história, na sequência: Ginásio Municipal Dr. Adhemar de Barros (1941), Ginásio Estadual de Matão (1947), Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão (1950), Escola Normal e Ginásio Estadual Professor Henrique Morato (1961), Instituto de Educação Professor Henrique Morato (1965), Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Prof. Henrique Morato (1976).

² Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Instituições Educacionais, da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP – Campus Araraquara, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a coordenação das Profas. Dras. Rosa Fátima de Souza Chaloba e Vera Teresa Valdemarin.

marcado pelo número reduzido de estabelecimentos de ensino secundário, atuou em favor da criação desse Ginásio, na sua manutenção e posterior estadualização, fato este ocorrido em 1947, bem como as transformações que se deram nas duas décadas seguintes, levando esse estabelecimento à categoria de Instituto de Educação, colocando-o assim entre o grupo de elite das escolas estaduais paulistas da época.

Desse modo, ao compreender a gênese e o desenvolvimento do ensino secundário público em Matão, envoltos por uma aura de seletividade e desigualdade social, esse estudo pretende contribuir para a memória da história da educação desse município e, por conseguinte, identificar as estratégias políticas entre o Poder Público tanto na esfera municipal quanto na estadual utilizadas no processo de expansão do ensino secundário no interior do Estado de São Paulo à época investigada.

Diante dos estudos relacionados à educação brasileira, o ensino secundário é um tema em constante debate. Ainda que a história do ensino secundário no Brasil tenha iniciado no Período Colonial com os seminários e colégios jesuítas (SOUZA, 2008), para esta análise preliminar utilizamos como ponto de partida a Era Vargas, sobretudo o período do Estado Novo, momento histórico esse em que a questão educacional no Brasil é, sem sombra de dúvida, um assunto que desperta o interesse e a curiosidade científica dos pesquisadores da área de História de Educação, permitindo-nos, a partir de elementos ímpares desse período, à compreensão de vários aspectos da atual conjuntura do sistema educacional do nosso país.

Francisco Campos, nomeado em 1931 para o recém-criado Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, introduziu uma reforma educacional com vistas a consolidar e dar uma organicidade ao ensino secundário com o caráter de que somente esse nível de ensino possibilitaria o acesso ao ensino de nível superior e, com base nisso, permitiu a equiparação o ensino privado ao ensino público.

Em 1934 Gustavo Capanema assumiu tal ministério e, sob a influência da Igreja, iniciou um processo de revisão da então vigente política educacional brasileira. Inicialmente distribuiu aos representantes de alguns setores da sociedade um questionário objetivando coletar informações para a elaboração de um Plano Nacional de Educação. Concluído em 1937, o mesmo foi enviado para o Congresso para aprovação, que por sua vez designou uma comissão para analisar o documento. Não sendo aprovado por tal comissão, o projeto do Ministro Capanema permaneceu em tramitação. Tendo sido o Congresso fechado em 1937 antes que o plano fosse aprovado, Capanema teve autonomia para regulamentar a educação nacional, e a elaborou de forma parcial, por meio das chamadas Leis Orgânicas do Ensino.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 estabeleceu entre algumas características: a divisão em dois ciclos do ensino secundário, tendo o primeiro a duração de quatro anos, o ginásio, e um segundo ciclo (nível médio) de três anos, com a opção do clássico e do científico; a ênfase no ensino de línguas, permanecendo nesse rol o latim e o grego; a manutenção do exame de admissão para o acesso a esse nível de ensino; as aulas seriam lecionadas por professores catedráticos aprovados em rigorosos concursos de títulos e provas e formados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (este último item para contratação de docente foi pré-requisito obrigatório a partir de cinco anos do funcionamento dessa instituição); a obrigatoriedade da frequência escolar e uma formação moral e ética, fundamentada no patriotismo e em princípios religiosos, atribuindo à escola um caráter incontestável de aparelho ideológico do Estado, como bem observado no estudo de Horta (1994).

Além disso, podemos destacar a atuação do Estado em favor do ensino privado, inicialmente equiparando-o ao ensino público, à medida que retirou a chancela pública dos exames de acesso das mãos do Estado (ROCHA, 2000), justificando-se pelas aspirações da sociedade brasileira, tendo em vista o recente início do processo de industrialização e urbanização do país. Nesse contexto, o autor chama a atenção para a atuação do Estado no que se refere ao ensino privado, a partir do que este apresenta como “relações de tipo cartorial dos estabelecimentos privados com o Estado” (2000, p. 117), sobretudo, por parte da Igreja Católica, detentora de uma boa parte da rede particular de ensino, que tem a pretensão “de ter uma relação privilegiada com o Estado autoritário” (2000, p. 131), que a subsidiava por meio de incentivos fiscais e linhas de crédito, o que pode ser entendido por “cartorialização do ensino privado” (2000, p. 153).

Os anos que se seguiram após o fim do Estado Novo consolidaram a experiência democrática na esfera política e da sociedade em geral. O estudo de Beisiegel (1964), a partir da realidade mapeada no Estado de São Paulo entre o final da década de 1940 e a década de 1960, dá-nos perceber uma mudança da representação política no setor educacional a partir da ação dos deputados estaduais, considerados agentes do processo de democratização do ensino secundário que, em sua maioria, possuíam interesses político-eleitorais, “preocupados” em acompanhar, por meio da educação, o recente início do processo de industrialização e urbanização dessa Unidade Federativa; entretanto, constatou-se uma predileção pela criação de escolas em regiões que garantiam maior rendimento a interesses eleitorais.

Nesse contexto histórico é possível constatar que, em especial no estado paulista, a oferta gratuita da educação de nível primário de forma universal começara a se tornar uma

realidade e que o ensino secundário na rede pública se ampliara em termos quantitativos, deixando de ser privilégio apenas das elites. Além disso, podemos verificar que a falta de qualidade no ensino acarretava um alto índice de reprovação, dadas as condições adversas existentes desde o nível primário e que se estendiam ao nível subsequente. Como já dito, é a partir desse cenário educacional que inserimos esse estudo, a partir do exame da Escola Estadual Professor Henrique Morato, criada em 31 de dezembro de 1940 com a denominação de Ginásio Municipal Dr. Adhemar de Barros, posteriormente incorporada à rede estadual em 1947, passando a denominar-se Ginásio Estadual de Matão. Adotamos, para uma melhor compreensão deste objeto de estudo, o aporte teórico da História Cultural, especialmente da história cultural política, da história das instituições escolares e da história local, além dos trabalhos de Roger Chartier sobre o conceito de representação, que irão nortear a análise documental.

A História Cultural, que se estabeleceu a partir da década de 1970, originou-se da Nova História, protagonizada pela escola dos Annales como uma reação deliberada contra o paradigma tradicional da história, já que para estes a realidade é social ou culturalmente constituída (BURKE, 1992). Preocupada em compreender a dimensão cultural do cotidiano, a História Cultural utiliza-se da cultura, enquanto construção social, como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo a partir da análise de fontes variadas, representações, simbolismos, mentalidades, práticas, atribuindo assim sentido à realidade de uma determinada comunidade historicamente datada e localizada.

Ou seja, a História Cultural possibilita a interpretação do mundo, a partir da vida cotidiana que passa a ser encarada por alguns historiadores “como a única história verdadeira, o centro a que tudo o mais deve ser relacionado” (BURKE, 1992, p. 23). Nesse sentido, temas e/ou fatos que não eram até então considerados acontecimentos históricos relevantes, passam a ser; algumas fontes até então desvalorizadas assumem a categoria de documentos que servirão de embasamento para o trabalho dos historiadores.

A história das instituições escolares pode ser considerada uma vertente da história cultural, pois ela permite compreender, a partir do cotidiano da escola onde vários atores interagem entre si, como por exemplo, os professores, os alunos e seus pais, as autoridades educacionais e/ou políticas, como se dão as relações entre a escola e a sociedade. Nesse sentido, verifica-se um número crescente de estudos no campo da História da Educação sobre instituições escolares desde a última década do século XX, inclusive no Brasil. Considerando que o conceito de representação é uma categoria central da História Cultural, podemos

entender o interesse por estudos nessa área, justificado pela representação social da escola a partir de uma relação tempo-espaço onde ela está inserida.

No que tange à política educacional de expansão de estabelecimentos oficiais de ensino secundário, cuja temática é o cerne deste nosso estudo, interpelamo-lo com os pressupostos da História Cultural do Político (ou ainda, Nova História Política), que é por sua vez,

[...] mobilizada pelos estudos que se centram em torno do imaginário do poder, sobre a performance de atores, sobre a eficácia simbólica dos ritos e imagens produzidas segundo fins e usos do político, sobre os fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos, sobre mitos e crenças que levam os homens a acreditar em alguém ou algo, pautando a ação pela percepção da realidade sobre os mecanismos pelos quais se constroem identidades dotadas do poder simbólico de coesão social. (PESAVENTO, 2008, p. 75).

Com essa constatação, a autora afirma ainda que,

[...] o campo do político tem demonstrado ser um dos mais ricos para o estudo das representações, com o que se pode mesmo afirmar que a História Cultural trouxe novos aportes ao político, colocando questões renovadoras e sugerindo novos objetos. [...] Se a História Cultural visa a atingir as representações, individuais e coletivas, que os homens constroem sobre o mundo, a História Cultural do Político difundiu-se, tendo como uma de suas preocupações centrais a definição de uma cultura política. (PESAVENTO, 2008, p. 75-76).

Vale destacar que o campo da história política é de extrema relevância, uma vez que o campo político articula todo o social, elegendo as massas como seu objeto central. A amplitude desta articulação pode ser entendida a partir da ampliação do domínio da ação política gerada pelo aumento das atribuições do Estado, sobretudo pelo viés das políticas públicas que podem, por sua vez, influenciar diretamente em setores como, por exemplo, a economia, tanto positiva quanto negativamente (RÉMOND, 2003).

Nesse ponto, ao que tange à história política, Rémond (2003, p. 24) afirma que,

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política. Com isso desabou a principal objeção a esse tipo de história: como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objetivo geri-las? A prova disso está na atração cada vez maior que a política e as relações com o poder exercem sobre agrupamentos cuja finalidade primeira não era,

contudo, política: associações de todos os tipos, organizações socioprofissionais, sindicatos e igrejas, que não podem ignorar a política.

Renovada a partir do contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas como, por exemplo, o direito público, a psicologia social, a linguística, a informática, entre outras, pode-se dizer que a história política assumiu uma natureza pluridisciplinar, o que não lhe permite privilegiar qualquer tipo de relação exclusiva com outro campo de estudo, uma vez que na maioria das realidades de nossa sociedade a política esteja inserida (RÉMOND, 2003).

Desse modo, o presente trabalho objetiva realizar um amplo e sistemático estudo acerca da criação do Ginásio Estadual de Matão com vistas a contribuir no entendimento do papel do ensino secundário no interior do Estado de São Paulo no período de 1940-1965, e sua representação social. Para tanto, o estudo em questão pretende reconstituir a história desse estabelecimento de ensino, examinar o jogo político entre o Poder Executivo Municipal e o Poder Executivo Estadual empenhado na criação e expansão do primeiro ciclo do ensino secundário em Matão, bem como caracterizar o seu corpo discente considerando condições socioeconômicas (profissão dos pais, local da residência), de gênero e idade, utilizando-se, entre outras fontes, da imprensa local e de documentos escolares (livros de matrícula, prontuários dos alunos, mapas de movimento, entre outros), levando-nos a uma compreensão mais ampla da política educacional do Estado de São Paulo, principalmente a qual público esta atendia e, ao mesmo tempo, permitindo-nos uma maior percepção de como tais relações políticas eram interpretadas pela comunidade local em âmbito escolar, materializando-se no cotidiano da escola. Nesse aspecto,

A escola como instância central dos sistemas educativos modernos e contemporâneos, estatais ou não, assumiu funções de produção e reprodução sócio-cultural, funções de controlo e conformação ao nível dos comportamentos, ideologias, representações e expectativas, mas também funções de mobilidade, libertação, construção. Uma história muito rica e diversificada, nos planos estrutural e conjuntural, marcada por grandes investimentos teóricos e práticos, nos planos macro, micro e meso [...] (MAGALHÃES, 1998, p. 60-61).

Magalhães (1998) aponta que a história de uma instituição educativa constrói-se entre a materialidade, a representação e a apropriação. Entendamos por representação a interpretação da comunidade para essa escola, a partir do contexto sócio histórico de um sistema educacional marcado pela diferenciação social evidenciada logo no ingresso dos alunos no ensino secundário, além da seletividade no que se refere à permanência desses

mesmos alunos até as séries finais dessa modalidade de ensino. Segundo Chartier (1990, p. 17) esse é o objetivo da História Cultural: identificar “como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. É nesse viés que desenvolvemos este estudo, o qual se encontra dividido em 04 capítulos.

No primeiro capítulo, a partir de uma contextualização do ensino secundário na Era Vargas, é abordada a expansão desse nível de ensino no Estado de São Paulo nesse período marcado por relações conturbadas entre a classe política paulista e o Governo Federal, cujas maiores evidências são o número excessivo de Interventores Federais nomeados para comandar tal Estado e a Revolução Constitucionalista de 1932. Nesse contexto, analisamos a relação Estado-Município no que se refere à instalação de ginásios oficiais no interior do Estado, e o papel dos municípios na efetivação desse processo. Desse modo, mapeamos os ginásios estaduais criados entre 1930 e 1947³, e verificamos nos seus decretos de criação a existência, na maioria dos casos, de uma contrapartida dos Municípios, seja por meio da doação de um terreno para a construção do prédio, seja a doação do terreno, prédio e instalações, que pode ser entendida como uma prática adotada pelos municípios pressionando o Estado na difusão do ensino secundário.

Verificamos essa realidade no segundo capítulo a partir do caso de Matão, cujo processo de implantação do ensino secundário foi iniciado em 1941 com o funcionamento do Ginásio Municipal, onde o Prefeito, com o apoio moral e material do governo estadual, criou o ginásio e construiu o prédio para abrigá-lo adequadamente, sinalizando dessa forma uma possível intenção de uma estadualização futura, a qual ocorreu somente em 1947. Para compreender a relação existente entre Prefeito e Interventor Federal, utilizamo-nos das edições do jornal local *A Comarca*, que demonstrou grande interesse em noticiar toda a trajetória dessa empreitada.

No Capítulo 3 abordamos, à luz do estudo de Beisiegel, o processo de expansão do ensino secundário no Estado de São Paulo nos anos que sucederam a ditadura de Vargas ao início da ditadura militar instaurada em 1964, intensificado pela ação dos deputados estaduais que viam na crescente demanda social pelo acesso ao nível secundário de ensino uma grande oportunidade política. Tendo em vista já a existência do Ginásio Estadual de Matão, analisamos as alterações ocorridas nesse estabelecimento de ensino em momentos posteriores: 1950: a criação da Escola Normal e sua incorporação ao Ginásio Estadual; 1961: a

³ Ainda que a ditadura de Vargas tenha sido encerrada em outubro de 1945, os Interventores Federais permaneceram nos Estados até o início de 1948, quando assumiram os governadores eleitos pela população dos Estados.

autorização para o funcionamento do Colégio junto à Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão (o qual se efetivou apenas em 1969) e a designação de um Patrono – o Prof. Henrique Morato; 1965: a autorização de funcionamento como Instituto de Educação, passando a denominar-se Instituto de Educação Professor Henrique Morato.

Nesse ponto, analisamos os projetos de lei desde sua fase inicial até a sua conclusão, ou seja, a sua promulgação na forma de leis, a partir da consulta dos processos correspondentes que se encontram arquivados na Assembleia Legislativa de São Paulo onde podemos verificar a atuação dos deputados frente à questão do ensino secundário. Além disso, estudamos os Mapas de Movimentos e os Livros de Matrículas e dados estatísticos dos Recenseamentos realizados pelo IBGE para verificarmos o aumento da demanda ao longo do período estudado justificando tais mudanças institucionais.

O quarto capítulo traz à tona a questão da representação da escola junto à sociedade em âmbito local, a partir dos estudos de Roger Chartier para explicarmos como a escola é interpretada pela comunidade local, no que tange à formação de seus filhos e, por conseguinte, ao desenvolvimento socioeconômico do Município e dos distritos e municípios circunvizinhos atendidos por ela. Utilizamos edições do jornal *A Comarca* para evidenciar o importante papel que tal estabelecimento de ensino desempenhava no cotidiano dessa comunidade, enquanto signo de progresso e modernidade e, em âmbito escolar, a partir do rigoroso sistema de seleção ora estabelecido, presente na rotina escolar dos ginásios oficiais, fazendo com que um número bem menor de alunos concluísse essa modalidade de ensino, se comparado ao número de alunos ingressantes no mesmo período.

Além das reportagens do jornal, analisamos os prontuários de 150 alunos, selecionados a partir do seguinte critério: 50 prontuários de alunos matriculados em 1941, 50 prontuários de alunos matriculados em 1950 e os outros 50 prontuários de alunos matriculados em 1965. Com exceção do ano de 1941, quando haviam alunos matriculados somente nas duas primeiras séries do curso ginásial, nos anos de 1950 e 1965 foram selecionados prontuários de alunos matriculados de ambos os sexos em quaisquer umas das quatro séries do curso ginásial.

Adotamos tais fontes nesse estudo por apresentarem uma variedade de informações relevantes que nos permitiram perceber o papel que o Ginásio Estadual de Matão desempenhava em meio à pequena população desse município à época estudada. Por meio do jornal pudemos notar, por exemplo, de que maneira eram constituídas a sociedade e a base da economia local e como tais aspectos foram se modificando entre as décadas de 1940 e 1960. Através dos prontuários, pudemos ter contato com informações interessantes referentes aos

alunos, como por exemplo, a nacionalidade e a profissão dos seus pais, a procedência (ou seja, se residiam na zona urbana, suburbana ou rural), o sistema de avaliação que eram submetidos e, por conseguinte, o seu desempenho escolar, permitindo-nos assim traçar um perfil do corpo discente do estabelecimento de ensino em questão.

2 A ATUAÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO NA DIFUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO ENTRE 1930 E 1947: UM RECURSO DE PODER?

O Estado Nacional está feito; façamos agora os cidadãos do novo Estado.

(Lourenço Filho)

A intenção desse capítulo é apresentar a partir de um breve histórico do contexto político brasileiro que permeou as décadas de 1930 e 1940, perpassando pelo apogeu do Estado Novo até o início do período de democratização do país iniciado em 1945, a participação do governo estadual do Estado de São Paulo, juntamente com o poder público dos Municípios, no que tange à política educacional de expansão e modernização do ensino secundário no interior paulista.

Nesse sentido, a partir do estudo do Ginásio Estadual de Matão pretendemos caracterizar como se deram essas relações entre Estado e Município e, em que medida essa combinação favoreceu a população em termos de acesso a esse nível de escolarização, configurado na primeira metade do século XX como uma oportunidade oferecida a poucos.

2.1 Panorama político-educacional do Estado brasileiro (1930-1945)

Para compreendermos a política educacional adotada na Era Vargas é preciso verificar preliminarmente, ainda que em linhas gerais, o cenário mundial cujos aspectos, sobretudo econômicos, influenciaram toda a conjuntura brasileira à época.

A crise mundial de 1929 e a Segunda Guerra Mundial iniciada uma década após podem ser vistos como fatores determinantes na mudança da economia brasileira, a partir do modelo vigente de importações adotado até então.

A crise cafeeira decorrente da crise de 1929 forçou um redirecionamento de investimentos para outros setores produtivos, relativizando o poder econômico (e político) da aristocracia rural, além de fortalecer outros grupos econômicos, em especial, a emergente burguesia urbano-industrial. A Segunda Guerra Mundial assegurou esse processo de mudança uma vez que os países beligerantes, preocupados com sua produção bélica, limitaram a produção de bens de consumo para a exportação, favorecendo, no caso do Brasil, o desenvolvimento da sua indústria nacional.

Tais mudanças fizeram com que o Estado se reestruturasse, tanto na instância da sociedade política como da sociedade civil (FREITAG, 1980), uma vez que a classe dominante dos cafeicultores latifundiários viu-se obrigada a dividir o seu poder com a nova classe emergente, influenciando diretamente o sistema educacional:

Temos, pois, no início do período que caracterizava o modelo econômico da substituição de importações, uma tomada de consciência por parte da sociedade política, da importância estratégica do sistema educacional para assegurar e consolidar as mudanças ocorridas tanto na infra como na superestrutura. Por essa razão a jurisdição estatal passa a regulamentar a organização e o funcionamento do sistema educacional, submetendo-o, assim, ao seu controle direto. (FREITAG, 1980, p. 51-52).

Nesse ponto, vale ressaltar que sucessivas reformas educacionais⁴ vislumbrando o ensino secundário foram implementadas pelo governo federal na Primeira República que, entre outros aspectos, procurou regulamentar os critérios de ingresso no ensino superior, o sistema de equiparação e o estabelecimento do ensino regular, de maneira seriada e com frequência obrigatória, destinado a um grupo social muito restrito, ou seja, preferencialmente à elite do país (SOUZA, 2008).

Ao assumir o Poder Executivo da Nação em novembro de 1930, instituindo assim o Governo Provisório, Getúlio Dornelles Vargas configurou uma centralização política que se acentuou durante o período do Estado Novo e, perdurando até a sua saída em 1945, permaneceu até as eleições para governadores estaduais em janeiro de 1948, a partir dos chamados Interventores Federais. Nos dizeres do Decreto Federal nº 19.398, de 11 de novembro de 1930,

Art. 11. O Governo Provisório nomeará um interventor federal para cada Estado, salvo para aqueles já organizados; em os quais ficarão os respectivos presidentes investidos dos Poderes aqui mencionados.

§ 1º O interventor terá, em cada Estado, os proventos, vantagens e prerrogativas, que a legislação anterior do mesmo Estado confira ao seu presidente ou governador, cabendo-lhe exercer, em toda plenitude, não só o Poder Executivo como também o Poder Legislativo.

§ 2º O interventor terá, em relação à Constituição e leis estaduais, deliberações, posturas e atas municipais, os mesmos poderes que por esta lei cabem ao Governo Provisório, relativamente à Constituição e demais leis

⁴ Citamos aqui as reformas educacionais desse período: Decreto n. 981, de 08 de novembro de 1890 (Reforma Benjamim Constant); Decreto n. 3.890, de 1º de janeiro de 1901 – Código dos Institutos Oficiais do Ensino Secundário e Superior (Reforma Eptácio Pessoa); Decreto n. 8.659, de 05 de abril de 1911 – Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República (Reforma Rivadávia Corrêa); Decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915 (Reforma Carlos Maximiliano); Decreto n. 16.782-A de 13 de janeiro de 1925 (Reforma João Luís Alves).

federais, cumprindo-lhe executar os decretos e deliberações daquele no território do Estado respectivo.

§ 3º O interventor federal será exonerado a critério do Governo Provisório.

§ 4º O interventor nomeará um prefeito para cada município, que exercerá aí todas as funções executivas e legislativas, podendo o interventor exonerá-lo quando entenda conveniente, revogar ou modificar qualquer dos seus atos ou resoluções e dar-lhe instruções para o bom desempenho dos cargos respectivos e regularização e eficiência dos serviços municipais.

§ 5º Nenhum interventor ou prefeito nomeará parente seu, consanguíneo ou afim, até o sexto grau, para cargo público no Estado ou

§ 6º O interventor e o prefeito, depois de regularmente, empossados, ratificarão expressamente ou revogarão os atos ou deliberações, que eles mesmos, antes de sua investidura, de acordo com a presente lei, ou quaisquer outras autoridades; que anteriormente tenham administrado de fato o Estado ou o município hajam praticado.

§ 7º Os interventores e prefeitos manterão, com a amplitude que as condições locais permitirem, regime de publicidade dos seus atos e dos motivos que os determinarem, especialmente no que se refira à arrecadação e aplicação dos dinheiros públicos, sendo obrigatória a publicação mensal do balancete da Receita e da Despesa.

§ 8º Dos atos dos interventores haverá recurso para o Chefe do Governo Provisório. (BRASIL, 1930a).

As Cartas de 1934 e 1937 prescreviam que o Governo poderia realizar intervenções nos Estados e nomear um Interventor Federal, como forma de controle totalitarista. A Constituição de 1937, que inaugurou o Estado Novo, por exemplo, dizia em seu artigo 9º:

Art. 9º - O Governo federal intervirá nos Estados, mediante a nomeação pelo Presidente da República de um interventor, que assumirá no Estado as funções que, pela sua Constituição, competirem ao Poder Executivo, ou as que, de acordo com as conveniências e necessidades de cada caso, lhe forem atribuídas pelo Presidente da República:

- a) para impedir invasão iminente de um país estrangeiro no território nacional, ou de um Estado em outro, bem como para repelir uma ou outra invasão;
 - b) para restabelecer a ordem gravemente alterada, nos casos em que o Estado não queira ou não possa fazê-lo;
 - c) para administrar o Estado, quando, por qualquer motivo, um dos seus Poderes estiver impedido de funcionar;
 - d) para reorganizar as finanças do Estado que suspender, por mais de dois anos consecutivos, o serviço de sua dívida fundada, ou que, passado um ano do vencimento, não houver resgatado empréstimo contraído com a União;
 - e) para assegurar a execução dos seguintes princípios constitucionais.
- (BRASIL, 1937)

A nova ordem política instaurada a partir da Revolução de 1930 desencadeou um processo de redefinição do papel do Estado no setor educacional. Nas palavras de Rocha (2000, p. 33-34), esse novo papel, no que se refere à “ordem política produz efeitos nos diversos aspectos da política pública de educação. [...] O Estado, em sua expressão nacional,

torna-se o fulcro da política educacional como um todo”, assumindo exclusivamente para si a competência do ensino secundário, enquanto que para o ensino elementar prevaleceria a tradição republicana de não interferência da União, relegando-o aos Estados e Municípios, ainda que algumas políticas⁵ tivessem sido implantadas para essa modalidade de ensino no período em questão.

Diante desse cenário – sobretudo em termos de centralização política – foi criado logo no primeiro ano do governo de Vargas o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, cabendo-lhe “o estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar” (BRASIL, 1930b).

Francisco Campos, nomeado Ministro para iniciar as atividades dessa Secretaria de Estado, introduziu em 1931 uma reforma educacional⁶ – a “Reforma Francisco Campos” – que estabelecia, nas palavras de Dallabrida,

[...] a modernização do ensino secundário brasileiro, conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. (DALLABRIDA, 2009, p. 185).

Também ficava definido que somente esse nível de ensino permitiria o acesso ao ensino de nível superior, bem como a regulamentação do trabalho docente, entre outros aspectos. Tal padronização revelava a que se propunha o ensino secundário, em sintonia com a sociedade que estava sendo moldada no Brasil a partir da década de 1930, segundo o próprio ministro:

[...] a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que o habilitem a viver por si mesmo e a tomar em qualquer situação as decisões mais convenientes e mais seguras. (apud BICUDO, 1942, p. 639).

Embora essa reforma não constituísse uma inteira novidade, ela foi significativa, pois permitiu a equiparação do ensino de nível secundário particular com o público, possibilitando

⁵ Faz-se referência aqui ao Decreto-lei n. 868, de 18 de novembro de 1938. *Cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário* (BRASIL, 1938a); Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946. *Lei Orgânica do Ensino Primário* (BRASIL, 1946).

⁶ Cf. BRASIL, 1931a; BRASIL, 1932.

o crescimento do primeiro em detrimento do segundo, primando pela ausência de uma política de investimento para a expansão da rede pública (ROCHA, 2000). Ou seja, quando nos referimos ao compromisso da União com o ensino secundário, entenda-se que a atuação do governo federal na década de 1930 restringiu-se meramente à manutenção do Colégio Pedro II e à normatização de forma centralizada da organização da rede pública e privada de escolas secundaristas. Pode-se entender, portanto, o porquê do caráter seletivo atribuído ao ensino secundário, outrora destinado às elites: vagas em número reduzido e, em boa parte, oferecidas pelas escolas particulares controladas pela Igreja Católica.

Considerado como marco normativo da política pública de educação secundária:

A Reforma Campos para o ensino secundário não poderia enfrentar de imediato a questão do novo compromisso da União se não desse conta do fato da pequena abrangência do ensino público oficial. Assim, ela liga-se à tradição republicana no que se refere à política de equiparação, caminhando no sentido das expectativas das escolas privadas de tornar a equiparação um processo de igualização entre o ensino público e o ensino privado. Num outro sentido, a Reforma Campos rompe com a tradição republicana de subordinação do ensino secundário ao superior, abolindo os exames oficiais de acesso ao 3º grau, e exigindo a seriação completa para a conclusão do curso. [...] São precisamente estas medidas que garantem a eficácia da Reforma na implantação definitiva da seriação da educação secundária. (ROCHA, 2000, p. 37-38).

Em 1934, Gustavo Capanema assumiu o comando da importante pasta e, sob a influência da Igreja, iniciou um processo de revisão da política educacional brasileira. De acordo com Schwartzman, Bomeny e Costa (2000, p. 189), configuravam-se entre as diversas proposições da Igreja: a defesa das humanidades clássicas (ensino de latim e grego) e a facilidade do ensino religioso, com o argumento de uma “defesa preventiva” (aspas dos autores) frente ao marxismo e ao comunismo, a partir do que Alceu Amoroso Lima, importante representante da Igreja Católica, apontava como ordem pública, paz social, liberdade de ação para o bem e unidade de direção.

Com base nessas premissas, Capanema, buscando uma reforma educacional para o país, inicialmente distribuiu aos representantes de alguns setores da sociedade um extenso questionário (contendo 213 perguntas) intitulado *Questionário para um inquérito* objetivando coletar informações para a elaboração de um Plano Nacional de Educação⁷. Tendo em vista

⁷ O Plano Nacional de Educação proposto pela gestão Capanema, definido como um código de conjunto e normas procurava consagrar a educação em nível nacional com o objetivo de formar o “homem completo”, útil à vida social, pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais e intelectuais e atividades físicas, sendo tarefa precípua da família e dos poderes públicos. A transmissão do conhecimento seria sua tarefa imediata, mas nem de longe a mais importante. Fazia ainda parte dos princípios gerais a definição do que se devia entender por

que “a ação educativa era vista como um recurso de poder” (2000, p. 192), desacordos em vários aspectos educacionais vieram à tona, sobretudo por parte da Igreja, detentora de quase todas as escolas privadas do país, que lutava pela autonomia do ensino sob uma óptica antiliberal.

Elaborado a partir das respostas obtidas pelo questionário, o Plano Nacional de Educação tratava-se de um documento extenso, contendo 504 artigos, que tinha por objetivo estabelecer princípios e opções educacionais, dos quais muitos não eram consensuais. Entendido por Capanema como um “código de educação nacional”, o Plano Nacional de Educação regulamentava todos os níveis de ensino e dispunha sobre a liberdade de cátedra, o ensino da religião, da educação moral e cívica, além das atribuições do Conselho Nacional de Educação, outrora criado em 1931⁸, inicialmente como órgão consultivo do ministro da Educação e Saúde Pública para os assuntos relativos ao ensino mas, que ao passar do tempo, foi assumindo funções legislativas e de controle minucioso do sistema educacional, cujo plano procurou preservar e ampliar (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000).

Em 1937, o Plano Nacional de Educação foi enviado para o Congresso para aprovação, que designou uma comissão para analisar o documento, que por sua vez não o aprovou, ficando em tramitação.

Com a promulgação de uma nova Constituição Federal em 10 de novembro de 1937, consubstanciando o então regime do Estado Novo, o Congresso – assim como as outras casas legislativas nas esferas estadual e municipal – foi fechado em 1937 antes que o Plano Nacional de Educação fosse aprovado, permitindo que o ministério de Capanema tivesse autonomia para regulamentar a educação nacional. Tal regulamentação se deu, nessa conjuntura, a partir das chamadas Leis Orgânicas do Ensino⁹.

O novo modelo educacional para o ensino secundário, vigente a partir da reforma de 1942, tinha as seguintes finalidades:

“espírito brasileiro” (“orientação baseada nas tradições cristãs e históricas da pátria”) e “consciência da solidariedade humana” (“prática da justiça e da fraternidade entre pessoas e classes sociais, bem como nas relações internacionais”), termos que a Constituição utilizava para caracterizar os objetivos gerais da educação nacional, ou seja, esse plano, não pretendia resolver somente as questões de ensino, como também as de ordem social, econômica, política e moral do país. (Vide SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 198-204).

⁸ Cf. BRASIL. 1931b.

⁹ Leis Orgânicas de Ensino: Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942. *Lei orgânica do ensino industrial*. (BRASIL, 1942a); Decreto-lei n. 4.244, de 09 de abril de 1942. *Lei orgânica do ensino secundário*. (BRASIL, 1942b); Decreto-lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943. *Lei orgânica do Ensino Comercial*. (BRASIL, 1943).

1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes.
2. Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.
3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial. (BRASIL, 1942b).

A reforma do ensino secundário estabeleceu entre algumas características: a divisão em dois ciclos do ensino secundário, tendo o primeiro a duração de quatro anos, o ginásio, e um segundo ciclo (nível médio) de três anos, com a opção pelo clássico ou pelo científico; a ênfase no ensino de línguas, permanecendo nesse rol o latim e o grego; a manutenção do exame de admissão para o acesso a esse nível de ensino; as aulas seriam lecionadas por professores catedráticos aprovados em rigorosos concursos de títulos e provas e formados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (este último item para contratação de docente tornou-se pré-requisito obrigatório a partir de cinco anos do funcionamento dessa instituição) e a obrigatoriedade da frequência escolar e uma formação moral e ética, fundamentada no patriotismo e em princípios religiosos.

Permeando os aspectos ora elencados da Reforma Capanema, podemos perceber que o Estado nesse período exercia uma forte intervenção no sistema educacional que se configurava, com o objetivo de “utilizar a educação como instrumento para inculcar na infância e na juventude os princípios do Estado Novo” (HORTA, 1994, p. 293):

[...] precisamos contar com a educação da juventude e com a mocidade que surge das escolas primárias e elementares, dos ginásios e escolas superiores. E, para isto, todos precisam ser educados dentro da doutrina do Estado Novo. Desapareceu e tem de desaparecer a exterioridade do livre didatismo. Agora precisa ser estabelecida a doutrina do Estado. (VARGAS, 1938 apud HORTA, 1994, p. 172).

Tal aspiração fez com que a educação fosse vista a partir de então como “instrumento de preservação da ordem” (HORTA, 1994, p. 151). Explicitada na Lei Orgânica do Ensino Secundário¹⁰, noções de civismo e moralidade, a preparação física como mecanismo de defesa interna e externa da Nação, tornam-se elementos presentes no currículo do ensino secundário, sobretudo nos programas de História do Brasil, Geografia do Brasil, Educação Física, Canto Orfeônico, atendendo desse modo a finalidade de acentuar a elevar, na formação espiritual

Disponíveis em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/. Acesso feito em 20 de setembro de 2011.

¹⁰ Cf. BRASIL, 1942b.

dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística (BRASIL, 1942b). Nesse ponto, ainda destacamos a intervenção das Forças Armadas nesse sistema educacional, sobretudo na prática da educação física nas escolas, justificada pela sua preocupação em torno da “segurança nacional”, ou seja, manter a pátria permanentemente preparada contra possíveis ataques de inimigos externos, mas também dos “inimigos internos” que serão, em sua maioria, identificados com os comunistas. Contudo, Horta (2004, p. 31) explica que,

[...] em qualquer das duas concepções o conceito de “segurança nacional” aparece com um caráter abrangente, englobando não apenas questões de ordem militar propriamente ditas, mas também questões econômicas, sociais, políticas e culturais, servindo assim como argumento legitimador da permanente intervenção das Forças Armadas em todos os setores.

Com efeito, é nesse cenário de divergências entre as diferentes forças da sociedade que o Estado procurou administrá-las, atendendo a grupos sociais economicamente privilegiados e, por conseguinte, colocar o sistema educacional a serviço de sua política autoritária (HORTA, 2004, p. 3). Logo, se por um lado é percebida a intenção de uma reformulação desse nível de ensino por parte do Estado, por outro lado fica evidenciado que o mesmo ainda permaneceria destinado à classe dominante que viria ser a elite dirigente do país, como já dito anteriormente, seja pela manutenção da sua forma dificultosa de acesso, seja pela presença maciça e crescente da rede privada - principalmente a da Igreja, detentora de percentual considerável dessa rede privada de ensino, que se mobilizou incisivamente para que seus objetivos fossem atendidos, - para preencher uma lacuna que o governo demonstrava não ter interesse de investir no aspecto infraestrutural.

Diante dessa realidade, coube aos Estados e Municípios verificar em que medida seria ampliado o número de matrículas no ensino secundário, atendendo a demanda crescente de alunos. Souza (2008, p. 107), aponta que a “maioria dos estados da federação manteve em funcionamento até 1930 um único ginásio público instalado nas suas capitais, com exceção de Minas Gerais e São Paulo”.

Tendo em vista a intenção desse estudo, trataremos a partir desse ponto especificadamente do Estado de São Paulo que contava com apenas três ginásios públicos de ensino secundário até 1930: o da Capital, o de Campinas e o de Ribeirão Preto. Vale ressaltar que além da manutenção desses três ginásios, a atuação do governo estadual no âmbito do ensino secundário restringiu-se à subvenção de alguns estabelecimentos privados e municipais, que analisaremos a seguir, entre outros aspectos.

2.1.1 A política educacional paulista durante o Estado Novo e a participação dos Poderes Executivos Estadual e Municipal

A articulação das relações entre a União e os Estados à época do Estado Novo dava-se a partir dos Interventores Federais, a fim de garantir um governo verdadeiramente nacional sob a ótica getulista (SKIDMORE, 2007, p. 55). Desse modo, podemos afirmar que tais relações estenderam-se também aos Municípios.

O Estado de São Paulo não recebeu a centralização de Vargas de bom grado como fez a maior parte dos Estados, uma vez que o então presidente

[...] exercia o poder com grande apoio popular e sancionado pelos tenentes revolucionários. Aproveitou essa força para realizar o que ele considerava indispensável para a consolidação do movimento: “Limpar o terreno das carpideiras saudosistas das benesses do poder”. Em outras palavras, o problema para os revolucionários era liquidar com o poder de São Paulo e o domínio que esse Estado exercia sobre o país. (CANNABRAVA FILHO, 2004, p. 31).

Desse modo, na esfera política podemos verificar um cenário instável frente ao governo de Getúlio Vargas, marcado por vários conflitos e sucessivas aproximações deste com as oligarquias paulistas que formavam o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD) (extinto em 1934, sucedendo ao Partido Constitucionalista, o PC, criado por Armando de Salles Oliveira), bem como entre si mesmos a fim de garantirem sua hegemonia no poder estadual.

A disputa pelo poder estadual paulista sempre esteve presente no cerne dos seus partidos. O Partido Republicano Paulista, criado em 1872, tinha por essência fazer oposição à centralização política imposta pelo regime monárquico que, segundo os seus partidários, em sua maioria cafeicultores, era um entrave para o progresso da então Província de São Paulo, cuja economia se baseava no cultivo e na comercialização do café. Entretanto, como bem observa Casalecchi (1987, p. 51), “o apego ao localismo não era um gesto gratuito”, e nesse aspecto, a ação do Partido Republicano Paulista, impôs-se de forma ambígua ao longo da Primeira República: “a de um regime que ao ser republicano era oligárquico e a de uma sociedade liberal e ao mesmo tempo discricionária”, cuja “matriz estava, no acentuado despreparo do povo, na sua conseqüente marginalização como sujeito político, na persistência

do autoritarismo delegando às elites e ao Estado a capacidade de modelar o social”, atendendo prioritariamente aos interesses dessa aristocracia rural (CASALECCHI, 1987, p. 184).

Formado pelas facções dissidentes da oligarquia bandeirante, o Partido Democrático foi criado em 1926, e constituído, em sua maioria, por fazendeiros e profissionais liberais da burguesia paulista, sustentando a premissa de que o PRP não poderia mais continuar como depositário dos interesses dominantes do mais importante estado da Federação e, por conta disso, era preciso criar um novo partido político com idéias assentadas sobre o governo do país e divergidas da orientação dominante. Tendo apoiado Getúlio Vargas no início do seu governo, o Partido Democrático rompeu tal aliança, mas não excluiu alternativas de entendimento com Vargas; entretanto, em 1932 formou juntamente com o PRP a Frente Única Paulista (FUP), com o intuito de mobilizar São Paulo contra o Governo Provisório, culminando, entre os conflitos, a Revolução Constitucionalista de 1932.

Expressão da insatisfação dos paulistas com a Revolução de 1930, sobretudo de suas oligarquias ora destituídas do poder, tal movimento serviu para convencer o Governo Provisório da necessidade da constitucionalização do país, pondo fim no caráter discricionário desse regime, haja vista que a Carta de 1891 havia se tornado sem efeito desde então. Além disso, pretendia-se a restituição da autonomia do Estado de São Paulo, a partir de um governante “civil e paulista”, o que não aconteceu no início do intervencionismo federal (DAVIDOFF, 2011).

O movimento fracassou e os paulistas, do ponto de vista militar, foram derrotados. Os líderes democráticos foram quase todos exilados. Em 24 de fevereiro de 1934, o Partido Democrático foi extinto, e para substituí-lo, foi criado o Partido Constitucionalista (PC). Entretanto, não se pode atribuir o mesmo resultado a sua economia e política. No que se refere à economia, o Estado paulista continuava a ser o principal fornecedor de divisas do país, diante de um quadro de crise econômica mundial. O Governo Provisório manteve a política de valorização do café na tentativa de subverter os efeitos da queda do seu preço no mercado internacional. Já na política, houve um fortalecimento do projeto de uma nova Constituição para a Nação. Além disso, em 1933, finalmente São Paulo passou a ser governada por um paulista civil: Armando de Sales Oliveira¹¹.

¹¹ Interventor do Estado de São Paulo, assumiu o cargo em 21 de agosto de 1933. Nessa gestão, fundou a USP (Universidade de São Paulo), em 1934. Foi eleito governador do Estado em 16 de julho de 1935, permanecendo no cargo até 29 de dezembro de 1936, quando se afastou para disputar as eleições de 1938 para Presidência da República que não vieram a ocorrer devido à instauração do Estado Novo. Foi exilado, retornando ao Brasil alguns meses antes de falecer em 1945.

Nesse ponto, vale destacar que o Estado de São Paulo vivenciou um curto período (entre os anos de 1933 e 1937) de reabertura do jogo democrático que se instaurava em âmbito nacional, o que gerou uma expressiva atuação política das oligarquias regionais na maior parte dos Estados. No caso do Estado de São Paulo, a disputa pelo controle do governo estadual mostrava-se permanente entre perrepistas e os democráticos reunidos no recém-criado Partido Constitucionalista.

Diante disso, podemos compreender a existência de um número excessivo de governantes, se comparado aos outros estados brasileiros, que administraram o Estado de São Paulo durante a Era Vargas, conforme mostra o Quadro 1, o que por sua vez evidencia as estratégias do Executivo Federal em evitar mal-estares e possíveis conflitos com a classe política paulista, garantindo assim a sua manutenção no comando desse estado, como apresentam Odalia e Caldeira:

Estabelecidos os novos parâmetros, com Getúlio Vargas à frente da máquina governamental, o que se viu foi a disputa por espaços de poder, à qual Vargas assistia pacientemente antes de tomar as suas decisões. Nessa conjuntura desenvolveu-se o “caso de São Paulo”, uma sucessão interminável de nomeações e destituições de interventores que tinham como objetivo a pacificação das relações entre os políticos paulistas e o governo federal. Trens, automóveis e aviões entre São Paulo e Rio de Janeiro traziam quase sempre, entre os passageiros, emissários encarregados de negociações políticas. (ODALIA; CALDEIRA, 2010a, p. 270).

QUADRO 1: Interventores, governadores militares e civis do Estado de São Paulo (1930-1947)

Governante	Função exercida	Período
Hastimphilo de Moura*	Chefe do Governo Provisório	24/10/1930 a 28/10/1930
José Maria Whitaker*	Chefe do Governo Provisório	28/10/1930 a 04/11/1930
Plínio Barreto*	Chefe do Governo Provisório	04/11/1930 a 25/11/1930
João Alberto Lins de Barros	Interventor Federal	25/11/1930 a 25/07/1931
Laudo Ferreira de Camargo	Interventor Federal	25/07/1931 a 13/11/1931
Manoel Rabello	Interventor Federal	13/11/1931 a 07/03/1932
Pedro de Toledo	Interventor Federal	07/03/1932 a 25/04/1932
José da Silva Gordo*	Interventor Federal	25/04/1932 a 02/05/1932
Pedro de Toledo	Interventor Federal	02/05/1932 a 10/07/1932
Pedro de Toledo	Governador	10/07/1932 a 02/10/1932
Herculano de Carvalho e Silva*	Delegado Militar	02/10/1932 a 06/10/1932
Waldomiro Castilho de Lima	Governador e Interventor Militar	06/10/1932 a 27/07/1933
Manuel de Cerqueira Daltro Filho*	Interventor Federal	27/07/1933 a 21/08/1933
Armando de Salles Oliveira	Interventor Federal	21/08/1933 a 22/09/1934
Márcio Pereira Munhós*	Interventor Federal	22/09/1934 a 24/10/1934

Armando de Salles Oliveira	Interventor Federal	24/10/1934 a 11/04/1935
Armando de Salles Oliveira	Governador	11/04/1935 a 29/12/1936
Henrique Smith Bayma*	Governador	29/12/1936 a 05/01/1937
José Joaquim Cardoso de Melo Neto	Governador	05/01/1937 a 10/11/1937
José Joaquim Cardoso de Melo Neto	Interventor Federal	11/11/1937 a 25/04/1938
Francisco José da Silva Junior*	Interventor Federal	25/04/1938 a 27/04/1938
Adhemar Pereira de Barros	Interventor Federal	27/04/1938 a 10/11/1939
José de Moura Rezende*	Interventor Federal	10/11/1939 a 26/11/1939
Adhemar Pereira de Barros	Interventor Federal	26/11/1939 a 04/06/1941
Fernando de Souza Costa	Interventor Federal	04/06/1941 a 27/10/1945
Sebastião Nogueira de Lima*	Interventor Federal	27/10/1945 a 07/11/1945
José Carlos de Macedo Soares	Interventor Federal	07/11/1945 a 14/03/1947

* Governantes interinos

FONTE: ODALIA e CALDEIRA, 2010b, p. 51-55

Os Interventores Federais por sua vez nomeavam os Prefeitos Municipais, procurando garantir a aspirada centralização política, característica do governo autoritário que se estabelecia. Para verificarmos a constatação dessa hipótese no que se refere ao interior paulista, utilizamos como exemplo o município de Matão¹². Para tanto, recorremos ao jornal *A Comarca*¹³, periódico que circula semanalmente até os dias de hoje nessa cidade, em busca de evidências que comprovem a relação União-Estado-Município que se dava a partir de então, e como essa realidade era apresentada à população através da imprensa escrita.

No que tange à representação dada pelo jornal enquanto documento que pode vir a ser utilizado em pesquisas de viés historiográfico, Campos (2009, p. 16) adverte que,

[...] não apenas a escrita da história é a representação do que aconteceu, mas as próprias fontes que permitem essa escrita o são. A narrativa historiográfica, que é representação, almeja substituir o passado, que é, em última instância, inatingível, por meio de fontes que também substituem o fato ocorrido, representando-o. [...] Pode se compreender, por conseguinte, que não apenas os jornais – ou qualquer outro tipo de fonte – são documentos parciais.

Partindo dessa prerrogativa, e considerando que o período em questão é de intensa movimentação política, temos por resultado uma censura deliberada pelo regime ditatorial ora instaurado. Por outro lado, a imprensa, geralmente ligada à elite política local – que por sua

¹² Os dados acerca desse município encontram-se no item 3.1 desse texto, intitulado *O Município de Matão às vésperas da criação do seu Ginásio Municipal*.

¹³ O jornal *A Comarca* foi criado em 04 de janeiro de 1925 pelos irmãos Ítalo e Augusto Ferreira, com o objetivo de “trabalhar pela criação da Comarca de Mattão”, expresso no editorial de sua primeira edição publicado nessa data. Ressaltamos que o jornal analisado neste trabalho, mesmo dada a sua importância, não foi tomado como questão de pesquisa, mas como fonte privilegiada no que tange a reconstrução das representações ligadas aos

vez demonstrava manifestar seu apoio ao regime de Vargas como veremos adiante –, seria um mecanismo de propaganda do regime às camadas a quem se dirigia, atribuindo-lhe importância por ser responsável pelo projeto de “construção da Nação brasileira”. Iniciamos nossa análise com uma reportagem que trata da posse do prefeito Major Joakim Gabriel de Carvalho ocorrida em 17 de setembro de 1938:

Tomou posse hontem do cargo de Prefeito Municipal de Mattão, o sr. Major Joakim Gabriel de Carvalho, que ha muitos anos reside no município, onde foi fazendeiro e antigo chefe politico. Esta folha, de acordo com telegramas que temos em nosso poder, do Dr. Getulio Vargas e do Dr. Adhemar de Barros, em resposta ás expressões de solidariedade que a ambos apresentamos em èpocas devidas, continúa na sua orientação de apoio do Governo da Republica e do Estado e por essa razão não vê – o que poderia parecer o contrario, - motivos para fazer opposição ao novo governo municipal. O que sobretudo desejamos é que o novo Prefeito seja feliz na sua administração e que possa exercer-la em beneficio do progresso e da tranquilidade geral. (PREFEITURA, 1938a)¹⁴.

Parece-nos evidente o fato que a estratégia getulista de conter os ânimos das oligarquias paulistas após a Revolução de 1932 transpunha a Capital e as maiores cidades do estado, atingindo as menores cidades localizadas no interior, que possuíam suas oligarquias locais com seus “coronéis”, seus “antigos líderes políticos”.

Nesse ponto, Araujo (2005, p. 161) postula que,

A proposta dos interventores do Governo Provisório visava ao fortalecimento do Governo Central e ao enfraquecimento das velhas oligarquias. Mas os interventores acabaram amoldando-se aos grupos regionais dominantes, o que sugere a reconstituição do pacto oligárquico em novas bases, articulado ao processo de centralização e de fortalecimento do poder da União. A Revolução Constitucionalista contribuiu para evidenciar que seria impossível desconsiderar o regionalismo das forças políticas [...], e a Constituição de 1934 refletiu esse fato.

Bem organizados, esses grupos políticos mantiveram-se no poder por vários anos, definindo-se na maioria das vezes como sucessores uns dos outros, como por exemplo, o caso do sr. José Bartholomeu Ferreira, que sucedeu no Poder Executivo desse município o então Prefeito, cujo discurso inflamado, publicado na edição n. 671, de 25 de setembro de 1938, apontava os “adjetivos” do seu antecessor. Vejamos:

atores políticos que estavam envolvidos na expansão do ensino secundário no interior paulista, e como elas eram apresentadas à sociedade local.

¹⁴ Reportagem publicada no jornal A Comarca, Edição n. 670 de 18 de setembro de 1938. Vale destacar que todas as edições desse periódico, utilizadas nesse estudo, não têm suas páginas enumeradas.

Por certo, senhores, o Exmo. Sr. Dr. Adhemar de Barros, eminente governador do Estado, não podia ter sido mais feliz na escolha; - o nosso Governador terá no nosso grande Prefeito, como homem de convicções que é, o seu braço direito neste Município, protegendo e dignificando os postulados do Estado Novo, em bôa hora lançados á Nação por essa figura empolgante e benemerita do grande presidente Getulio Vargas. Sim, senhores, benemerita! Porque por sua bravura e destemor, pelo ser amôr a esta grande pátria, salvou o seu povo das garras temiveis desse cancro social que é o comunismo, e da verde peste do caricato e importado integralismo. Por tudo isto, senhores, o povo de Mattão está de parabens pela brilhante escolha feita pelo Dr. Adhemar de Barros. Joakim Gabriel é o homem do momento! (PREFEITURA, 1938 b).

Possivelmente, o motivo da “feliz escolha” pelo Prefeito estaria no fato que este atenderia em âmbito local aos interesses do governo estadual (que por sua vez estava subordinado à figura “salvífica e benemérita” de Getúlio Vargas), relacionando desse modo a sua “grandiosidade” em meio à comunidade.

Verificamos que o jornal ao apresentar aos seus leitores tal cenário político, demonstrava uma preocupação em insistir na formação de uma opinião pública¹⁵ – a “voz popular” – favorável ao sistema vigente, atribuindo ao Estado Novo o sinônimo de “organização nacional”, reconhecendo como protagonista o seu presidente, como coadjuvante toda a massa popular que lhe demonstrava apoio, e como antagonista todo e qualquer cidadão que não comungasse da opinião coletiva:

O reconhecimento pleno e consciencioso das prerogativas dos homens públicos, não é mais do que um dever civico. Negal-as importa em fugir à logica dos factos, desmembrando-se em opposição systematica da opinião collectiva – arauto insophismavel das coisas concretas.

Desse dever civico de que falamos, desobrigamo-nos hoje; e o fazemos isentos de qualquer constrangimento que acompanha sempre as atitudes pouco sinceras.

Outro não è o fim da presente edição especial d’A COMARCA, cujas columnas jamais se negaram a emitir a voz popular, expressa no seu legitimo sentido. (UM ANNO, 1940)

Diante do exposto, à figura do Prefeito Municipal era conferida demasiada notoriedade, afinal este representava “o braço direito” do Governador neste município:

[...] os Municipios principiaram a sentir o influxo confortador do Estado Novo, e hoje nelle estão integrados na mais estreita comunhão.

Em Mattão, o trabalho de assimilação da nova realidade brasileira não poderia encontrar melhor nem mais dedicado obreiro que o sr. Prefeito

¹⁵ No jornal A Comarca, verificamos a existência entre os anos de 1937 a 1947 (com exceção de 1939, pois não encontramos as edições desse ano), de várias reportagens sobre o ex-presidente Getúlio Vargas.

Municipal, desde que foi investido das altas funções. Com o prestígio da sua autoridade, palmilha confiante os rumos traçados pelas idéias renovadoras; e para testemunho da sua convicção, vem pondo á prova todas as suas energias, cujos fructos, neste primeiro anno de governo que finda, são só por si capazes de atestar, no sector municipal, a excellencia do regime. (UM ANNO, 1940).

Podemos notar que a representação da força política do Executivo Municipal, sob a égide varguista, destinada à comunidade matonense lhe era atribuída sobremaneira a partir da execução de obras públicas destinadas à urbanização e modernização do município, notadamente: o calçamento das vias públicas, a implantação e/ou ampliação da rede de esgotos, a conservação das estradas que interligam a zona urbana da rural, a criação do Ginásio e do Estádio Municipal, entre outras. Ao que tudo indica o início do processo de modernização dos municípios do interior paulista não foi alcançado somente a partir da influência do Estado Novo, mas principalmente dado a um processo decorrente do prestígio econômico advindo da atividade agrícola desenvolvida na maioria das cidades do Estado de São Paulo, sobretudo da cafeicultura, que o sobrepunha aos demais estados da Nação.

2.2 Ginásios criados no Estado de São Paulo entre 1930 e 1947 e a contrapartida dos Municípios

No que tange à esfera educacional, a implantação de estabelecimentos de ensino secundário nos municípios do interior paulista era visto como algo prodigioso, uma conquista para a cidade, se considerarmos o reduzido número de ginásios e colégios públicos existentes além de alguns outros estabelecimentos privados ou municipais subvencionados pelo Estado, reforçando assim o caráter de distinção social impregnado a esse nível de ensino à época em todo o território nacional.

Nesse ponto, vale ressaltar que o processo de ampliação da rede de escolas secundárias oficiais no Estado de São Paulo foi iniciado a partir da década de 1930. Beisiegel (1964) aponta um aumento contínuo e acelerado de 41 ginásios, sendo 3 na Capital e 38 nos municípios do interior em 1940 para 561 escolas no ano de 1962 (96 na Capital e 465 no interior do Estado).

Souza (2011), em seus estudos, afirma que o processo de ampliação de número de estabelecimentos oficiais de ensino secundário no interior paulista, causado pela crescente

demanda social por esse nível de ensino foi iniciado pelos municípios, que assumiram “provisoriamente os encargos da educação secundária instalando ginásios e reivindicando que o Estado assumisse sua manutenção”, fazendo com que essa prática se tornasse objeto de regulamentação estadual. Desse modo, o Código de Educação do Estado de São Paulo de 1933, estabelecia condições para subvenção aos ginásios municipais por parte do Estado:

Art. 594. - O Govêrno poderá subvencionar por prazo nunca superior a 5 anos as municipalidades do Estado que mantiverem por sua conta estabelecimentos de ensino secundario, observadas as condições seguintes:

- a) funcionarem em edificio próprio municipal que tenha as necessarias condições higienicas e pedagógicas;
- b) terem mobiliario e material didático suficiente e inteiramente adequado ao ensino;
- c) terem diretoria e corpo docente idoneos;
- d) observarem a legislação estadual sobre os ginásios oficiais em tudo quanto lhes fôr applicavel;
- e) terem pelo menos dois anos de funcionamento regular. (SÃO PAULO, 1933, p. 151).

Assim, durante toda a era Vargas, a estratégia adotada pelos interventores e governadores paulistas de difusão do secundário se encontrava no processo de transferência para o Estado dos estabelecimentos de ensino secundário municipais já existentes numa ação orquestrada que colocava a escola secundária no centro do jogo político, o qual será discutido posteriormente a partir dos dados coletados. Com a redemocratização do país a partir de 1945¹⁶, há um segundo momento de expansão do ensino secundário, ainda mais acelerado, a partir da ação dos deputados estaduais, que, no entendimento de Beisiegel (1964) eram motivados por interesses eleitorais, servindo de mediadores entre as aspirações populares e as políticas educacionais do Poder Executivo estadual.

Referindo-nos a esse primeiro momento de expansão do ensino secundário apresentado por Souza (2011), elencamos todos os ginásios oficiais criados no Estado de São Paulo entre 1930 e 1947, conforme mostra o Anexo A, adotando como critérios para esse levantamento de dados: a data de criação do estabelecimento de ensino, o município beneficiado, e a contrapartida deste com o governo estadual. A partir da referida tabela e dos dados apresentados no Quadro 1, elaboramos o Quadro 2 que auxiliará em nossa análise.

¹⁶ No Estado de São Paulo, os Interventores governaram até 1947. O último Interventor Federal foi José Carlos de Macedo Soares, cujo mandato estendeu-se de 07/11/1945 a 14/03/1947, assumindo a partir de então, Adhemar de Barros, que saiu vitorioso nas eleições democráticas ocorridas em janeiro de 1947.

TABELA 1: Ginásios criados pelos governantes do Estado de São Paulo (1930-1947)

Ano	Governante	Nº de Ginásios Criados	Municípios atendidos
1932	Manoel Rabelo	4	Araraquara, Itu, Taubaté e Catanduva
	José da Silva Gordo*	1	São José do Rio Preto
1934	Armando de Salles Oliveira	10	Araras, Santos, Franca, Tietê, Bauru, Jaboticabal, Avaré, Faxina, São José do Rio Pardo e Sorocaba
	Márcio Pereira Munhós*	2	São José do Rio Preto e Pirajú
1935	Armando de Salles Oliveira	5	Mogi das Cruzes, Amparo, São João da Boa Vista, Penápolis e Itápolis
1938	José Joaquim Cardoso de Mello Neto	1	Pirajuí
	Adhemar Pereira de Barros	1	Rio Claro
1939	Adhemar Pereira de Barros	1	Caçapava
	José de Moura Rezende*	1	Itapira
1941	Adhemar Pereira de Barros	2	Presidente Prudente e Marília
1945	Fernando de Sousa Costa	10	São José dos Campos, Limeira, Dois Córregos, Capivari, Jacareí, Jaú, Cajuru, São Joaquim da Barra, Pindamonhangaba e Mogi Mirim
1946	José Carlos de Macedo Soares	04	Novo Horizonte, Cruzeiro, Pinhal, Igarapava
1947	José Carlos de Macedo Soares	16	Ibitinga, Barretos, São Roque, Presidente Venceslau, Viradouro, Batatais, Matão, Iguape, Caconde, Monte Alto, Santo André, Santa Rita do Passa Quatro, São Simão, Birigui, Bragança Paulista e Descalvado

* Governantes interinos.

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo (2011)¹⁷

Inicialmente, verificamos que os primeiros ginásios criados na década de 1930 são datados de 1932, entre os meses de março e abril daquele ano, ou seja, anteriores à Revolução

¹⁷ Levantamento feito no Diário Oficial do Estado de São Paulo entre os meses de maio a junho de 2011. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.sp.gov.br> ou <http://www.al.sp.gov.br/doc-e-informacao/legislacao-pesquisa>.

Constitucionalista. Dos cinco governantes que administraram o Estado de São Paulo nesse ano, apenas dois foram responsáveis pela criação dessas escolas: Manoel Rabelo¹⁸, que criou 04 ginásios, e José da Silva Gordo¹⁹, governante interino, 01 ginásio. Em contrapartida, os municípios tinham que dispor de prédio, mobiliário, além de arcar com as despesas do ginásio por mais dois anos, como condição compulsória para que a criação desses estabelecimentos se tornasse efetiva.

Entre os meses de maio de 1932 e janeiro de 1934 não houve nenhum investimento na educação secundária em âmbito estadual, justificada possivelmente pela instabilidade que permanecia pairada nas relações existentes entre o Governo Federal e a elite política paulista. Somente a partir de fevereiro de 1934, no governo do paulista Armando de Salles Oliveira²⁰, que assumira São Paulo como Interventor Federal em agosto do ano anterior, que o processo de expansão do ensino secundário foi retomado.

Nesse ano, Salles Oliveira, além de “recriar” os ginásios de Araraquara, Itu, Taubaté e Catanduva, criados em 1932, uma vez que estas cidades cumpriram a contrapartida imposta a elas outrora, foram criados outros 12 estabelecimentos escolares²¹, sinalizando o maior investimento em educação pública de nível secundário já visto na história do país. Todavia, nos decretos de criação dessas escolas, as obrigações impostas às Prefeituras permaneciam semelhantes àquelas dos ginásios criados em 1932.

Em 1935, mais precisamente até o mês de abril, ainda na administração Salles Oliveira, foram criados outros 05 ginásios, perfazendo um total de 17 estabelecimentos. Comparada às administrações de Fernando de Sousa Costa e José Carlos de Macedo Soares,

¹⁸ Nascido em Barra Mansa (RJ), militar de formação positivista. Foi promovido a general quando já era interventor no Estado de São Paulo, exercendo essa função de 13 de novembro de 1931 a 07 de março de 1932. Governou em um período de grave crise econômica, gerando diversas manifestações contra o governo federal, que chegaram a reunir duzentas mil pessoas na Praça da Sé, na capital paulista. Impediu que essas manifestações fossem reprimidas, o que desgastou sua imagem perante os “tenentistas” (aspas dos autores), que convenceram Getúlio Vargas a afastá-lo do cargo. Destacou-se como articulista da oposição de Vargas, nos anos 40. (ODALIA, CALDEIRA, 2010b, p. 51-52).

¹⁹ Governante interino, substituiu Pedro de Toledo, Interventor do Estado de São Paulo de 07 de março a 10 de julho de 1932. (ODALIA, CALDEIRA, 2010b, p. 52).

²⁰ Paulistano, formou-se em Engenharia na Escola Politécnica. Foi interventor do Estado de São Paulo, assumindo o cargo em 21 de agosto de 1933. Durante essa gestão, fundou a USP (Universidade de São Paulo), em 1934. Após a promulgação da Constituição Federal, foi eleito governador do Estado pela Assembleia Constituinte Paulista, assumindo o posto em 11 de abril de 1935. Permaneceu no cargo até 29 de dezembro de 1936, quando se afastou para disputar as eleições para a presidência da República em 1938. Com a decretação do Estado Novo, as eleições não se realizaram e ele partiu para o exílio. Retornou ao Brasil poucos meses antes de falecer. (ODALIA, CALDEIRA, 2010b, p. 52-53).

²¹ Dois dos doze estabelecimentos criados em 1934 foram por decretos assinados por Márcio Pereira Munhós, governante interino, que substituiu Armando de Salles Oliveira no período de 22 de setembro a 24 de outubro. Contabilizamos como ginásio criado nesse período o do município de São José do Rio Preto, haja vista, que diferentemente do Decreto n. 6.316 de 26/02/1934, que no seu texto fica evidenciado que os ginásios de

que foram responsáveis pela criação de 10 e 20 ginásios, respectivamente, as quais serão discutidas adiante, a atuação de Salles Oliveira voltou-se para a expansão do ensino secundário, refletindo no volume de estabelecimentos criados até então. Possivelmente, por detrás dessa “preocupação” em expandir o ensino secundário no interior paulista, Salles Oliveira teria objetivos estritamente políticos: estabelecer uma força política no Estado de São Paulo que pudesse lançá-lo na disputa pela Presidência do Brasil.

Ainda no que se refere à gestão de Armando de Salles Oliveira, outro fato que nos chama atenção, e talvez seja este uma lacuna que careça de estudos futuros, é a interrupção dada no processo de expansão de ensino a partir de maio de 1935 até a sua saída do Executivo paulista em dezembro de 1936, pois verificamos que o ritmo pelos quais vinham sendo criados os ginásios oficiais seria retomado de maneira tímida apenas no início de 1938, com José Joaquim Cardoso de Mello Neto, ao criar o ginásio de Pirajuí (Decreto n. 8.998, de 16 de fevereiro de 1938²²), e Adhemar Pereira de Barros, a partir dos ginásios de Rio Claro²³, Caçapava²⁴, Itapira²⁵, Presidente Prudente e Marília, entre 1938 e 1941.

Vale destacar, entretanto, que no governo ademarista houve uma mudança nas exigências feitas pelo Estado aos Municípios no que se refere à sua contrapartida na criação dos ginásios: o governo estadual, logo no momento da criação da escola, assumiria os gastos com os vencimentos dos docentes e funcionários administrativos, ficando a cargo dos municípios a responsabilidade de prover o prédio, as instalações e o material didático, representando dessa forma uma evolução da ação desse governo se comparado aos anos anteriores. Seria esse o caminho da estadualização?

Prosseguindo em nossa análise, constatamos que novamente um período de aridez na expansão do ensino secundário público paulista se instaurou, dessa vez de abril de 1941 a fevereiro de 1945, ou seja, desde os últimos meses do governo de Adhemar Pereira de Barros²⁶ aos primeiros quatro anos da gestão de Fernando de Sousa Costa²⁷. Contudo, após

Araraquara, Itu, Taubaté e Catanduva foram “recriados”, o Decreto n. 6.717 de 01/10/1934, a qual se refere ao ginásio de São José do Rio Preto, não faz nenhuma menção semelhante.

²² Cf. SÃO PAULO, 1938a.

²³ Cf. SÃO PAULO, 1938b.

²⁴ Cf. SÃO PAULO, 1939a.

²⁵ Cf. SÃO PAULO, 1939b. Criado por José de Moura Rezende, Interventor Federal interino, que substituiu Adhemar Pereira de Barros entre os dias 10 e 26 de novembro de 1939.

²⁶ Piracicabano formado em Medicina pela Universidade do Brasil, participou da Revolução Constitucionalista de 1932 e foi eleito deputado estadual em 1934. Foi nomeado interventor do Estado de São Paulo, exercendo as funções do cargo de 26 de abril de 1938 a 04 de junho de 1941. Durante esse período, seu governo se destacou pela grande quantidade de obras públicas executadas, como a eletrificação da Estrada de Ferro Sorocabana e a construção das rodovias Anchieta e Anhanguera, e iniciadas, como a construção do Hospital das Clínicas. Com o fim do Estado Novo, teve destacada atuação na política estadual e nacional. (ODALIA, CALDEIRA, 2010b, p. 53-54).

esse período foram criados somente no ano de 1945 outros 10 ginásios estaduais, e a contrapartida dos municípios se mantinha. O Estado solicitou aos municípios, na maioria dos casos, a doação de terrenos (geralmente de 10.000 metros quadrados) para si, destinando-os à construção de prédios escolares, e a cessão a título de empréstimo (sem ônus) para o Estado, de prédios para o funcionamento provisório dessas escolas recém-criadas, enquanto se dava a construção de tais edificações.

Em novembro de 1946, o último Interventor do Estado de São Paulo assumiu o comando do Executivo, o qual governou até 14 de março de 1947. Nesse curto período, podemos apontar que houve um aumento considerável do número de ginásios criados. Com um total de 20 novas escolas de nível secundário, verificamos a participação dos municípios beneficiados sob um novo formato: a doação de terrenos de 10.000 metros quadrados para o Estado a fim de que este construísse os prédios que iriam abrigar os novos estabelecimentos de ensino. Entretanto, pudemos constatar algumas exceções a essa nova proposição: no caso dos municípios de Matão e São Simão, foi solicitado as suas prefeituras, além do terreno, a doação do prédio e instalações necessárias para o funcionamento dos ginásios. Em outros casos, como nos municípios de Barretos e Batatais, não consta nenhuma solicitação feita pelo Estado.

Entendemos, pois, que o número elevado de ginásios oficiais criados nos últimos anos da ditadura de Getúlio Vargas pode representar uma preocupação que não era apenas dos Interventores Federais, mas também de outros atores políticos que tinham o interesse de se manterem e/ou ampliarem sua carreira política.

Diante do exposto, percebemos uma ação um tanto quanto contínua do governo estadual em promover uma política educacional expansionista, mas que ao mesmo tempo estabelecia condições divergentes a municípios que desejavam ser contemplados por esse Estado com um ginásio secundário oficial, uma vez que algumas dessas cidades, ao que nos parece, não possuíam uma relevância socioeconômica para o Estado que justificasse tal ação. Possivelmente, as relações políticas existentes entre o governo do Estado e as lideranças municipais eram o que definiam a criação dos estabelecimentos oficiais de ensino secundário, traduzindo um prestígio político a nível local, favorecendo a manutenção de um grupo político à frente do comando de várias localidades paulistas.

²⁷ Paulistano formado em Engenharia Agrônoma pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (aspas dos autores), mudou-se para Pirassununga, cidade onde instalou uma fazenda-modelo e da qual foi prefeito. Foi deputado estadual e presidente do Departamento Nacional do Café. Foi nomeado ministro da Agricultura por Getúlio Vargas em 1937. Posteriormente, foi interventor do estado de São Paulo de 4 de junho de 1941 a 27 de

As várias facetas desse jogo político é o que cabe investigar com maior profundidade. Na sequência examinamos o processo de criação do Ginásio Estadual de Matão-SP.

outubro de 1945, quando priorizou as atividades agrícolas e promulgou a Constituição Estadual de 1945. Acabou falecendo em um trágico acidente automobilístico. (ODALIA, CALDEIRA, 2010b, p. 54).

3 DE GINÁSIO MUNICIPAL “DR. ADHEMAR DE BARROS” A GINÁSIO ESTADUAL DE MATÃO: A TRAJETÓRIA DA ESTADUALIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM UMA CIDADE DO INTERIOR PAULISTA

Criado como Distrito de Paz do município de Araraquara com a denominação de Matão, de acordo com a Lei Estadual n. 499, de 07 de maio de 1897²⁸, a cidade de Matão foi elevada à categoria de município no ano seguinte pela Lei Estadual n. 567, datada de 27 de agosto²⁹. O censo realizado no país pelo IBGE no ano de 2010 informou que Matão possuía uma população de 76.786 habitantes distribuídos numa área de aproximadamente 525 quilômetros quadrados³⁰.

Distante cerca de 310 quilômetros da Capital paulista e apesar de ser considerada uma cidade de médio porte, Matão é economicamente um dos mais importantes municípios da Região Central do Estado de São Paulo, haja vista a existência de indústrias de pequeno, médio e grande porte no setor metalomecânico e agroindustrial. A maior parte dessas empresas está ligada ao agronegócio, que teve grande crescimento a partir da década de 1970. Vale destacar que a região de Araraquara, em geral, e a cidade de Matão, em particular, foram favorecidas sobremaneira por esse processo de modernização agrícola. Nelas se instalaram grandes empresas de implementos agrícolas do país e as duas maiores empresas mundiais de sucos cítricos, a Citrosuco, em Matão, e a Cutrale, em Araraquara. Além disso, o município e a região estão associados às duas mais importantes culturas agrícolas do Estado de São Paulo e do Brasil: a canaveira e a citrícola. Um forte sinalizador do crescimento sustentável desse agronegócio é a consolidação dos automóveis bicompostíveis e o crescimento mundial da adição do álcool à gasolina, devido à grande elevação nos preços do petróleo.

No que se refere ao contexto educacional, o ensino fundamental e o ensino médio podem ser vistos como uma realidade consolidada nesse município, sobretudo pela iniciativa pública – como na maioria dos municípios –, contando com 14 estabelecimentos de ensino das 29 escolas em funcionamento na cidade. Em 2009 foram realizadas 10.044 matrículas no ensino fundamental (64,20% na rede pública estadual e 22% na rede pública municipal) e 3.312 no ensino médio (75,94% na rede pública estadual e 13,35% na rede pública

²⁸ Cf. SÃO PAULO, 1897.

²⁹ Cf. SÃO PAULO, 1898.

³⁰ Vide Censo do IBGE – 2010 (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>).

municipal)³¹. Percebemos uma efetiva participação do Estado na oferta do número de matrículas para o município em questão em ambos os níveis de ensino, superior a 64% no ensino fundamental e a 75% no ensino médio. Todavia, a história educacional dessa cidade evidencia um processo de implantação do ensino secundário semelhante ao de uma parcela de outras cidades do interior paulista, sobretudo àquelas mencionadas no Quadro 2.

A intenção desse capítulo é analisar o processo de estadualização do primeiro estabelecimento de ensino secundário do município de Matão. Para tanto, entendemos que seja imprescindível apresentar elementos que caracterizem a realidade socioeconômica dessa cidade, em especial ao período histórico tratado nesse estudo.

3.1 O Município de Matão às vésperas da criação do seu Ginásio Municipal

Para reconstituir a sociedade de Matão à época da criação do seu primeiro estabelecimento de ensino secundário recorreremos ao relatório do Recenseamento Geral do Brasil³² realizado em 1940, dado a sua relevância por ter sido o primeiro censo realizado em nível nacional pelo recém-criado IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O relatório do recenseamento, publicado em 1950, apontou que o Estado de São Paulo contava com uma população de aproximadamente 7.180.316 habitantes³³, distribuída em cerca de 270 municípios, incluindo a Capital. A população matonense era composta por 22.907 habitantes³⁴, sendo 11.625 homens e 11.282 mulheres, distribuídos em uma área territorial de 687 quilômetros quadrados³⁵, que englobava os distritos de Dobrada (atualmente município de Dobrada) e São Lourenço do Turvo (Vide Tabela 2).

³¹ Vide BRASIL, 2009. Disponível do endereço eletrônico <http://www.ibge.gov.br>.

³² Vide BRASIL, 1938b; BRASIL, 1940 (Publicação do IBGE de 1950, intitulada *Censo Demográfico. Série Regional, Parte XVII – São Paulo*, em 03 tomos).

³³ Cf. IBGE, 1950. Tomo 1, p. 08.

³⁴ Cf. IBGE, 1950. Tomo 1, p. 274-275.

³⁵ Cf. IBGE, 1950. Tomo 1, p. 08.

TABELA 2: População de fato³⁶ por sexo e situação do domicílio³⁷ – Matão e seus Distritos (1940)

Municípios e Distritos	Totais			Pessoas presentes em domicílios situados nos quadros indicados					
	Total	Homens	Mulheres	Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
				Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Matão (Total)	22.907	11.625	11.282	1.147	1.238	691	736	9.787	9.308
Matão	14.844	7.476	7.368	825	886	587	625	6.064	5.857
Dobrada	4.586	2.347	2.239	227	255	83	90	2.037	1.894
São Lourenço do Turvo	3.477	1.802	1.675	95	97	21	21	1.686	1.557

FONTE: IBGE, 1950

Tabela 63: População de fato, por sexo e situação de domicílio, segundo os municípios e distritos (fragmento). Recenseamento Geral de 1940.

Na apuração do Censo de 1940 a população foi classificada em “urbana”, “suburbana”, e “rural”, em correspondência aos quadros administrativos dos Municípios e Distritos. Embora em sentido demográfico somente se considere, usualmente, urbana a população aglomerada em centros dotados de um mínimo de serviços coletivos, e cujos habitantes se dediquem em maioria a atividade alheias à vida rural, o critério adotado para a definição dos quadros urbano, suburbano e rural dos Municípios e Distritos brasileiros foi estabelecido com sentido mais amplo, porém caracterizado de modo restrito em função dos foros políticos e administrativos conferidos às diferentes áreas e comunidades, pelo Decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938³⁸, que fixou normas sistematizadoras para a divisão territorial do país. Na delimitação das áreas urbana e suburbana, da alçada dos Governos Municipais, o quadro da “vila”, sede distrital, deveria abranger, em conjunto, pelo menos trinta moradias; e o quadro da “cidade”, sede municipal, por sua vez, alcançar o mínimo de duzentas moradias. A apuração dos habitantes dos quadros urbano e suburbano revelou a real significação social desses núcleos, a par das anomalias verificadas na elevação de localidades à categoria de sedes administrativas. No caso do município de Matão, tal delimitação fora

³⁶ População de Fato, ou presente, constituída pelos habitantes presentes, moradores ou não. (Cf. IBGE, 1950. Tomo 1, p. xiii).

³⁷ Cf. IBGE, 1950. Tomo 1, p. xiii-xiv.

³⁸ Cf. BRASIL, 1938c.

outorgada pelo Decreto-lei n. 31 que delimitou os perímetros urbano e suburbano da sede do Município e dos Distritos de Dobrada e São Lourenço do Turvo³⁹.

Predominantemente localizada na zona rural (83% da população total) e de religião católica romana⁴⁰, cerca de 10% do montante era formada por estrangeiros (2.200 habitantes⁴¹: 1.142 homens, 1.058 mulheres, conforme mostram as Tabelas 3 e 4:

TABELA 3: População de fato – Modalidade: Nacionalidade– Matão (1940)

Nacionalidade	População Total	Homens	Mulheres
Brasileiros natos	20.612	10.417	10.195
Brasileiros naturalizados	84	59	25
Estrangeiros	2.200	1.142	1.058
De nacionalidade não declarada	11	7	4
Total	22.907	11.625	11.282

FONTE: IBGE, 1950

Tabela 62: População de fato, por sexo e grupos de idades, segundo os principais caracteres individuais (fragmento). Recenseamento Geral de 1940. Nacionalidade⁴².

TABELA 4: População de fato – Estrangeiros – Matão (1940)

Nacionalidade estrangeira	População Total	Homens	Mulheres
Alemã	52	24	27
Espanhola	329	162	167
Italiana	1.254	657	597
Japonesa	102	52	50
Portuguesa	336	182	154
Outras/Não declaradas ⁴³	127	65	63
Total	2.200	1.142	1.058

FONTE: IBGE, 1950

Tabela 66: Estrangeiros, segundo os municípios, com discriminação por sexo, das principais nacionalidades (fragmento). Recenseamento Geral de 1940.

Quanto à nacionalidade e naturalidade, o Censo Demográfico permitiu, não só o agrupamento geral da população de fato em “brasileiros natos”, “brasileiros naturalizados”, “estrangeiros” e “pessoas de nacionalidade não declarada”, mas também a discriminação dos estrangeiros segundo as nações de que eram cidadãos ou súditos na data do recenseamento. A classificação segundo as nacionalidades específicas restringiu-se, em alguns quadros, às

³⁹ Decreto-lei n. 31, *Delimita os perímetros urbanos e suburbano da Sede do Município e dos Distritos de Dobrada e São Lourenço do Turno*. Prefeitura Municipal de Matão, Registro de leis, decretos e atos de 30/1/1917 a 9/9/1943, vol. 1, p. 253v-254v.

⁴⁰ Dos 22.907 habitantes, 22.469 (11.398 homens e 11.071 mulheres) declararam ser católicos romanos. Vide IBGE, 1950. Tomo 1, p. 274-275.

⁴¹ Cf. IBGE, 1950. Tomo 1, p. 274-275.

⁴² Cf. IBGE, 1950. Tomo 1, p. xv-xvi.

⁴³ Dado produzido pelo pesquisador, com base no número total de estrangeiros informado pelo relatório do Recenseamento em relação às outras nacionalidades mencionadas pelo mesmo.

discriminações “alemã”, “espanhola”, “italiana”, “japonesa” e “portuguesa”, que, dada sua especial importância dos pontos de vista histórico, social e político, foram selecionadas como principais nacionalidades para efeito de confronto entre as diversas Unidades da Federação. As informações referentes à nacionalidade mencionaram, em alguns casos, nomes de unidades geográficas sem soberania no campo internacional dos diversos continentes à época. No que se refere à questão da naturalidade, foram considerados “brasileiros natos” àqueles nascidos, ou não, no Brasil, dos dois ascendentes, combinadas as alternativas possíveis; em outro caso foram classificados apenas segundo os países de naturalidade paterna, com discriminação dos que não falam português no lar habitualmente.

Nessa época, a preocupação em modernizar a pequena cidade de Matão, talvez para acompanhar o ritmo de desenvolvimento das cidades vizinhas (Araraquara e São Carlos), desencadeou um processo de urbanização recente, valendo-se de diversas melhorias de ordem infraestrutural na zona urbana, como relata reportagem veiculada na edição n. 751 de 29 de abril de 1940 do jornal A Comarca:

O primeiro serviço publico de grande envergadura que vae merecer este anno as atenções do Prefeito é o calçamento da cidade. Embora o projeto que creou este melhoramento seja muito recente, serviços já foram decididamente atacados, devendo ficar concluído este anno ainda, o assentamento de paralelepípedos em 9 quarteirões da cidade, num total de 9.900 metros.

[...] Será iniciada este anno ainda, a remodelação da rede de exgottos da cidade em vista da grande transformação urbana que se processa. [...]

[...] Com a abertura de um terceiro poço artesiano, já em franca produção e de excellente liquido – que o exame dos technicos classificou como riquissimo em substancias alcalinas, a Prefeitura pôde atacar decididamente neste exercicio, o serviço de reforma e aumento do abastecimento de agua à cidade. [...]

[...] Do extenso programma de remodelação urbana, faz parte a reforma completa da Praça da Bandeira, destinada assim a converter-se num logradouro publico dos mais apreciados. Será construido o novo serviço de iluminação subterrânea, com globos artisticos e columnas de ferro identicos aos da Praça Barão do Rio Branco. As áleas desse novo jardim terão tambem o seu calçamento a “petit pavê”. (MUNICIPIO DE MATTÃO, 1940).

Entre outros ícones da urbanização, estavam a iluminação elétrica e o serviço de telefonia:

[...] Tanto a séde como os districtos possuem serviço e iluminação e energia electrica, fornecido pela Empresa Força e Luz do Jahú. As comunicações telephonicas são feitas pela rêde da Cia Telephonica Brasileira, havendo ligação directa para a Capital. (MUNICIPIO DE MATTÃO, 1940).

Vale destacar que todas essas melhorias realizadas na zona urbana de Matão foram financiadas por uma economia local que se pautava principalmente em atividades ligadas à agricultura, pecuária e silvicultura e, no caso das mulheres, em atividades domésticas:

TABELA 5: Atividades Principais – Município de Matão (1940)

Atividade Principal	Total	Homens	Mulheres
Agricultura, pecuária, silvicultura	7.662	5.989	1.673
Indústrias extrativas	24	24	-
Indústrias de transformação	364	357	7
Comércio de mercadorias	267	261	6
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	21	21	-
Transportes e comunicações	271	257	14
Administração pública, justiça, ensino público	97	62	35
Defesa nacional, segurança pública	11	11	-
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada	37	30	7
Serviços, atividades sociais	298	216	82
Atividades domésticas, atividades escolares	6.061	510	5.551
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	947	436	511

FONTE: IBGE, 1950

Tabela 62: População de fato, por sexo e grupos de idades, segundo os principais caracteres individuais (fragmento). Recenseamento Geral de 1940.

Assemelhando-se a uma enorme fazenda, como a maioria dos municípios do interior paulista, Matão contava com a cafeicultura para subsidiar boa parte da sua economia:

Abrangendo uma área de cerca de 740 kilometros quadrados de terras ubérrimas, em situação privilegiada a salvo de quaesquer surtos de moléstias epidêmicas, era natural que o Municipio assentasse inicialmente, as bases do seu progresso, no factor agrícola. Desde logo os cafesaes – sentinelas avançadas do moderno bandeirismo paulista – surgiram nas férteis collinas da gléba mattonense. O algodão, os cereaes e todas as demais culturas que alicerçam a expansão economica da Nação, seguiram-se a este, no mesmo rythmo incessante de evolução progressiva.

O balanço do fecundo labor agrícola desenvolvido em nosso Municipio [...] póde resumir-se na eloquente expressão dos números, taes como se apresentam hoje: 43.026 alqueires de terras cultivadas, no valor global de 40.000 contos de réis; 16.000.000 de cafeeiros em franca producção, de onde sahiram no anno agrícola que se findou, 820.000 arrobas de café limpo, justamente cotado entre os de melhor tipo da zona araraquarense; 540.000 arrobas de algodão. Junta-se a essa edificante exposição, a comprovada excellencia das nossas culturas do feijão e cereais em geral, e a notavel expansão da fructicultura em todo o Municipio. A pecuária, como appendice

indispensável da agricultura, aparece nesta breve apreciação, com um total aproximado de 31.000 cabeças de gado em geral, distribuídas por uma área de 14.000 alqueires de campo e pastarias. (MUNICIPIO DE MATTÃO, 1940).

Em torno da importância da agricultura e pecuária, foi iniciado no município um processo de industrialização para atender prioritariamente o setor agrário, tanto de transformação, como por exemplo, a Fábrica de Óleo Cambuhy, quanto para suporte à atividade agrícola, destacando entre outras empresas, as Oficinas Bambozzi e as Oficinas Baldan, produzindo máquinas e instrumentos para atender à lavoura.

A COMARCA — N. 751 — 29 de Abril de 1940

Companhia Agricola Fazendas Paulistas
FAZENDAS DO CAMBUHY

CAFÉ CAMBUHY — torrado e moído por perito, sempre de primeira qualidade. Para boa bebida, só "CAFÉ CAMBUHY".

OLEO CAMBUHY — O finíssimo producto mattonense, PURO - SABOROSO - SAUDEL. De facto, o melhor.

ALGODÃO — Compramos qualquer quantidade, pagamos os melhores preços. Agente em Mattão — DANTE COMPARINI Agente em Dobrada — ALDO BASAGLIA.

FARELLO DE ALGODÃO — Farello de Torta de Carço de Algodão para ração de gado leiteiro ou para adubação, com garantia de analyse

ARROZ — Venda seu arroz á Companhia e receba o melhor preço.

FEIJÃO DE PORCO E MOCUNA — Vendemos sementes.

MILHO — Vendese em espiga ou debulhado.

TERRAS PARA ALGODÃO — Para arrendamento Consulte os nossos Administradores.

Para Informações: — Telephone para o Escritorio Central NA FAZENDA BÔA VISTA

... para a prisa que a legislação exige e para a personalidade jurídica, a Escritura e a Registração do Estado

Foto 01: Anúncio da Companhia Agrícola Fazendas Cambuhy
FONTE: Jornal A Comarca, n. 751, 29 abr. 1940.

A COMARCA — N. 751 — 29 de Abril de 1940

**OFFICINAS MECHANICAS E
DE ELECTRICIDADE EM GERAL**
B. Bambozzi Irmão

FUNDIÇÕES:
DE FERRO
BRONZE E
ALUMINIO

Reformam-se
MOTORES A GAZ,
GAZOLINA, VAPOR,
OLEO CRU E
A KEROZENE



Electricidade:
Fazem-se enrolamentos de:
Motores
Dynamos
Transformadores
e outros
apparelhos
electricos

Predio das Officinas «BAMBOZZI»

FABRICAM-SE

Machinas Para Sorvetes TRES TYPOS	Geladeiras Automaticas Para uso domestico, -- Para Açougues -- Para Padarias -- Para Polxarias.	Machinas Para Industria MACHINAS DE FURAR. MACHINAS DE RECTIFICAÇÃO
---	--	--

MACHINAS PARA BENEFICIAR CAFE'
PARA 200 — 400 — 600 — 800 e 1000 ARROBAS.

OFFICINAS:
Avenida
Siqueira
Campos, 15



**Escritorio e
Sala de Exposição:**
Avenida
7 de
Setembro.

Predio onde estão installados: Escritorio e Sala de Exposição

Mattão — E. F. Araraquara

Foto 02: Anúncio das Officinas Bambozzi
FONTE: Jornal A Comarca, n. 751, 29 abr. 1940

Decorrente das atividades agrícolas e industriais, o comércio local também começou a se desenvolver e, no início da década de 1940, Matão já contava com mais de duzentos estabelecimentos comerciais, além de três casas bancárias (Casa Bancaria Irmãos Malzoni & Cia, a Caixa Econômica anexa à Coletoria Estadual e a agência do Banco do Brasil), segundo informação do jornal A Comarca publicada na edição n. 751, de 29 de abril de 1940:

O Commercio do Municipio é representado por 220 estabelecimentos, merecendo especial menção a solidez da sua situação actual, e o admiravel prestígio com que resistiu aos sucessivos eventos críticos que sobrevieram nestes ultimos tempos, e que em tantas outras praças occasionaram serias derrocadas. [...] Os commerciantes, bem como os industriaes, têm a sua associação de classe — Associação Commercial e Industrial de Mattão, -

cujos trabalhos na defesa dos interesses dos seus associados têm sido intenso e productivo. (MUNICIPIO, 1940).

Nesse contexto, notamos que o percentual de pessoas que desempenhavam atividades ligadas à educação era reduzido se comparado ao total, semelhante ao grau de instrução dos matonenses como verificado na Tabela 7, fatos estes que podem ser interpretados em virtude de uma realidade da época: a carência de escolas, sobretudo de nível secundário. Em Matão, por exemplo, o único estabelecimento oficial de ensino primário localizado na área urbana era o Grupo Escolar, fundado em 1911 (atual Escola Estadual José Inocêncio da Costa)⁴⁴.

TABELA 6 – Instrução – Município de Matão – 1940

Instrução		População do Município ⁴⁵	Sabem ler e escrever	Não sabem ler nem escrever	De instrução não declarada
De 0 a 9 anos	Homens	3.451	332	242	1.109
	Mulheres	3.396	327	245	1.084
De 10 a 19 anos	Homens	2.778	1.493	762	523
	Mulheres	2.961	1.417	918	626
De 20 a 29 anos	Homens	2.070	1.431	633	6
	Mulheres	1.985	872	1.102	11
De 30 a 39 anos	Homens	1.369	938	429	2
	Mulheres	1.260	446	807	7
De 40 a 49 anos	Homens	959	609	349	1
	Mulheres	807	182	623	2
De 50 a 59 anos	Homens	513	307	204	2
	Mulheres	465	112	347	6
De 60 a 69 anos	Homens	323	193	129	1
	Mulheres	266	81	184	1
De 70 a 79 anos	Homens	127	67	57	3
	Mulheres	102	30	71	1
De 80 anos e mais	Homens	27	10	17	-
	Mulheres	35	4	27	4
Idade ignorada	Homens	8	6	1	1
	Mulheres	5	2	3	-
Totais	Homens	11.625	5.386	2.823	1.648
	Mulheres	11.282	3.473	4.327	1.742
	Total	22.907	8.859	7.150	3.390

FONTE: IBGE, 1950

Tabela 62: População de fato, por sexo e grupos de idades, segundo os principais caracteres individuais (fragmento). Recenseamento Geral de 1940.

⁴⁴ Além do Grupo Escolar, haviam mais dois grupos escolares: 01 no Distrito de Dobrada e 01 no Distrito de São Lourenço do Turvo. A zona rural contava, no início da década de 1940, conforme relata o Jornal A Comarca (Edição n. 751), com 11 escolas isoladas estaduais, ministrando exclusivamente o ensino primário.

Partindo desse pressuposto, cabe-nos uma análise preliminar dos dados apresentados na tabela anterior: aproximadamente 45%⁴⁶ dessa população era analfabeta, e desse percentual, 25% pertenciam à faixa etária dos 10 a 19 anos e outros cerca de 25% tinham entre 20 a 29 anos. Se considerarmos os dados apresentados no rodapé da página 275 do referido relatório, verificamos que na faixa etária de 07 a 14 anos sabiam ler e escrever 1.096 homens e 1.059 mulheres, ou seja, 24% do total dos munícipes alfabetizados; com idade entre 15 a 19 anos, esse número diminuía para 711 homens e 666 mulheres, perfazendo um total de algo em torno de 16%.

Outro dado relevante para este mapeamento refere-se ao número de pessoas com idade igual ou superior a 10 anos que possuíam algum curso completo ou diploma de estudos, conforme mostra a tabela a seguir:

TABELA 7: Pessoas de 10 anos e mais que possuem curso completo ou diploma de estudos – Matão (1940)

Grau de Ensino			
Gênero	Grau elementar	Grau médio	Grau superior
Homens	202	34	73
Mulheres	262	49	13
Total	464	83	86

FONTE: IBGE, 1950

Tabela 59: Pessoas de 10 anos e mais que possuem curso completo ou diploma de estudos, por sexo e grau de ensino, segundo os municípios (fragmento). Recenseamento Geral de 1940.

Comparando o total de pessoas que sabiam ler e escrever apontados na Tabela 06 (8.859 pessoas) com o total de pessoas que afirmaram possuir o diploma e/ou ter concluído o ensino elementar de acordo com a Tabela 07 (464 pessoas), podemos constatar uma divergência de cerca de 95% de pessoas que sequer concluíram esse nível de ensino ou que simplesmente não tiveram acesso à escola primária, revelando o cenário educacional precário pelo qual se encontrava a cidade. Reduzidíssimo era o número de concluintes do ensino médio: 83 pessoas, evidenciando dois obstáculos existentes no ensino secundário: o acesso a esse nível de ensino e a permanência dos alunos nos bancos escolares até a conclusão dos seus estudos.

⁴⁵ População total. No que se refere à instrução, foi tabulada apenas a população de 5 anos ou mais. Vide IBGE, 1950. Tomo 1, p. xvii.

⁴⁶ Para o cálculo foram desconsiderados: 3.390 habitantes que não declararam instrução e outros 3.508 com idade inferior a 5 anos de idade. Se considerarmos no cálculo os que não declararam nível de instrução, o percentual de analfabetos cai para aproximadamente 37%.

Em busca da modernização do município a partir de um processo de urbanização, pretendido pela maioria das cidades do interior paulista, mas que também atribuía à educação e a cultura um papel significativo, o anseio da sociedade matonense, sobretudo por parte da sua elite, em possuir no seu município um Ginásio Oficial traduzia-se em uma necessidade premente.

Para desvendarmos essa realidade procuramos nas edições do jornal A Comarca indícios da discussão em torno da criação do primeiro estabelecimento de ensino secundário de Matão, na intenção de compreendermos a participação e o posicionamento dos líderes políticos locais a respeito dessa questão e a repercussão na sociedade local.

3.2 O Ginásio Municipal “Dr. Adhemar de Barros” (1940-1947)

Como já dito anteriormente, Getúlio Vargas outorgou uma nova Constituição em 10 de novembro de 1937 que, entre outras medidas, suspendeu as atividades do poder legislativo, inclusive na esfera municipal. Em Matão, comprovamos esse fato após consultarmos o livro de atas de sessões⁴⁷ de sua Câmara Municipal, e com isso podemos concluir que o processo de criação do Ginásio Municipal ficou a cargo exclusivamente da única autoridade constituída responsável por governar o Município: o Prefeito Municipal. Diante do exposto, coube-nos verificar a atuação do Poder Executivo Municipal frente à instalação do estabelecimento de ensino em questão. O prefeito da época, o senhor José Bartholomeu Ferreira, foi empossado em 29 de abril de 1939⁴⁸ por designação do Interventor Federal do Estado de São Paulo, Dr. Adhemar de Barros.

Após um ano de governo, o jornal A Comarca noticiou em abril de 1940 um balanço do primeiro ano de sua gestão, enaltecendo-o, e associando a aura da boa administração diretamente ao regime de Vargas:

Ha um anno – desde 26 de Abril de 1939 – encontra-se á frente dos destinos do Municipio de Mattão, essa figura distincta de cidadão, essa rara personalidade de administrador que é o sr. José Bartolomeu Ferreira. Já no limiar de uma nova phase de promissoras mésses em todos os sectores da vida publica, o momento é mais que propicio pra um retrospecto, para uma

⁴⁷ Livro de Atas de Sessões da Câmara Municipal de Matão, do período de 08 de maio de 1930 a 19 de março de 1949.

⁴⁸ Cf. MATÃO, 1930-1949. p. 46v.

apreciação do trabalho do grande governador matonense, nesse primeiro anno de sua gestão, em quem, à sombra do Estado Novo, consignou um dos mais relevantes ciclos da nossa Historia administrativa. [...] Logo que assumiu o poder, todos os problemas de maior relevancia da administração passaram a ser solvidos decididamente. Mattão deve ao seu actual Prefeito, neste período relativamente curto de seu governo, uma extensa cópia de importantes concretizações, levadas a effeito nos vários sectores. Ahi estão, como testemunho do seu trabalho bem dirigido, a remodelação urbana que se processa, da qual uma grande parte já está no ról dos factos consummados; a solução do momentoso problema do abastecimento de agua; e outros serviços de incostestavel mérito. (MUNICIPIO, 1940).

Passa hoje o 1.º anniversario do Governo do Preclaro Prefeito José Bartholomeu Ferreira. Um anno de intensa lucta e sacrificio – mas também, pleno de glórias de Crêar, Construir, Progredir. É que os homens do Estado Novo são de uma tempera de sacrificios e a eles não sabem fugir por covardia, marasmo ou comodismo.

O novo Estado Nacional é, incontestavelmente uma dessas realizações que permanecerá indelevelmente gravadas nas paginas da Historia do Brasil, quer como o inicio de uma vida nova não só para o regime republicano, mas também para o proprio senso da nacionalidade, quer como um dos marcos decisivos que definem a evolução politica e social do paiz, em marcha para a conquista dos esplendidos destinos que esperam a sua joven e harmoniosa civilização, quer como uma afirmação da férrea união que vem de ha 10 de Novembro de 37 se estabelecendo entre todos os brasileiros. (MUNICIPIO, 1940).

Ainda nesta edição o jornal fazia uma retrospectiva da cidade de Matão, desde sua criação até o final da década de 1930, apresentando ao final um panorama do município de uma forma sucinta, trazendo informações sobre a agricultura, indústrias, estabelecimentos comerciais e de crédito locais, além da assistência social e hospitalar, imprensa, instrução pública e infraestrutura. Ao final, o prefeito expôs sucintamente seus próximos projetos, mencionando a instalação de um Ginásio Municipal pela primeira vez na imprensa escrita:

Para o anno administrativo que se inicia, o programma do sr. governador da cidade é extenso e de grande envergadura. Tudo nos levar a crêr que a sua energia e dedicação levarão a bom termo os planos concebidos ao influxo de um sadio patriotismo. Não lhe faltarão, estamos certos, no decorrer da sua acção realizadora o concurso franco e decidido dos munícipes. Com sincero cultor dos postulados do Estado Novo, è da cooperação conjunta do Poder e do Povo que o sr. José Bartholomeu Ferreira espera o exito do trabalho administrativo [...] Ahi apparecem como serviços de incalculavel merito e importancia de suas cogitações, a creação do Gymnasio Municipal, necessidade imprescindível que de há muito se faz sentir entre nós [...]. (MUNICIPIO, 1940).

Com essa declaração do Prefeito dada à imprensa, ficou evidente que ele se antecipou na implantação do ensino secundário em Matão, tomando à frente dessa questão em relação

ao governo estadual, que até então não havia se manifestado. Nesse ponto, o que nos chama atenção é a intenção de se criar um ginásio em uma cidade com uma população em que 45% eram analfabetos, e desse percentual, 25% estavam na faixa etária dos 10 aos 19 anos, ao invés de expandir o ensino primário no município com o intuito de diminuir esse déficit. Possivelmente, a opção do prefeito pelo ginásio oficial está atrelada ao atendimento das expectativas e/ou pressões de uma camada e/ou grupo social e, por conseguinte, pode ser compreendida como sendo uma estratégia política para garantir a sua popularidade em meio à elite local.

Verificamos ainda que somente no mês de novembro daquele ano o assunto voltaria às páginas do jornal, que noticiava a ida do Prefeito à Capital para tratar da criação do referido estabelecimento de ensino:

Falando a um representante do nosso jornal por ocasião do primeiro aniversário do seu governo, o sr. José Bartholomeu Ferreira declarou que entre os problemas de relêvo que a Prefeitura teria de enfrentar no anno proximo, figurava o da creação de um Gynasio, cuja falta obrigava a maior parte dos nossos jovens a limitar o seu preparo intelectual ao curso primario. Vemos com prazer que o preclaro governador da cidade, com a pontualidade e decisão que lhe são peculiares, não se esqueceu da promessa. Desde o principio da semana finda, acha-se o sr. José Bartholomeu Ferreira na Capital do Estado, com o fim principal de obter das altas espheras governamentaes o beneplacito para esse grande emprehendimento. As autoridades estaduaes não desconheceraõ por certo o elevado tino administrativo e a invulgar capacidade do nosso ilustre Prefeito, expressas nesse edificante trabalho que vem realisando em todos os sectores; e não lhe negarãõ sem duvida o seu apoio, môrmente em se tratando de assumpto de tanta relevancia como seja o da instrucção publica que prende hoje, mais do que qualquer outro, a attenção dos governos. Dentre os trabalhos de grande benemerencia publica que Mattãõ deve ao seu Prefeito actual, vae figurar dentro em breve o Gynasio Municipal que a collectividade reclama, e que o nosso progresso crescente justifica e exige. (EM VÉSPERAS, 1948).

A partir da reportagem, podemos inferir que o apoio solicitado ao Interventor provavelmente consistiu em uma estratégia para a criação do Ginásio Estadual no futuro próximo. Mesmo não tendo encontrado (até o presente) qualquer documento oficial que explicita essa propositura, supomos que a hipótese ora levantada possa ser confirmada, ainda que parcialmente, a partir das reportagens veiculadas – em sua maioria, estampadas na primeira página – pelo jornal *A Comarca*, como por exemplo, a da edição datada de 1º de dezembro de 1940, intitulada *O regresso do sr. Prefeito Municipal*:

Entrevistado, disse-nos S. S. que espera instalar para o inicio do anno que vem, o Gynasio Municipal “Dr. Adhemar de Barros”, pois, obteve, do chefe do governo Estadual e das demais autoridades inteiro apoio material e moral para o novo educandario, assim como para todas as demais aspirações do povo de Matão. Soubemos ainda que S. Excia. o Dr. Adhemar de Barros virá pessoalmente presidir às cerimoniaes de inauguração do Gynasio [...]. O dynamico e esclarecido prefeito do nosso município teve tambem o prazer de verificar que o Sr. Dr. Interventor Federal manifesta sinceras sympathias pela nossa cidade e, por isso, é grande o nosso prazer de registrar aqui, que as sympathias especiaes demonstradas por S. Excia. vêm ao encontro da unanimidade que ha em Mattão em torno do illustre chefe do executivo estadual e da nova ordem politica do Estado Novo tão compativel com as nossas realidades nacionaes e especialmente tão benefica para a nossa querida cidade. (GYMNASIO, 1940a).

Desse modo, podemos perceber a negociação existente entre o Poder Executivo Municipal com o Estadual manifestado no apoio à concepção do Ginásio Municipal:

Em audiência que foi concedida ha dias ao Sr. Prefeito Municipal de Mattão pelo eminente Sr. Dr. Adhemar de Barros, foram lançadas as bases para fundação do nosso Gymnasio Municipal.

Eis um facto que bem demonstra o prestigio de que goza o governador matonense, e principalmente o interesse com que o illustre Interventor paulista encara os problemas vitaes das populações do “hinterland”, não as cercando de promessas esquivas, mas dando-lhes solução prompta e satisfactoria.

Prontificou-se ainda o Sr. Dr. Adhemar de Barros a fornecer por conta do Estado, ao Gymnasio matonense, todo o material necessário. Não fosse o grande chefe do Executivo bandeirante o estadista modelar que se tem revelado – laborioso, popular, dedicado amigo dos seus governados – e só esse gesto tão meritorio quanto expontaneo, bastaria para grangear-lher a sympathia dos mattonenses. Vêmos ahi reproduzida, neste acto do Sr. Dr. Adhemar de Barros, uma faceta característica das novas instituições que nos governam: regime de unidade, de colaboração, de congraçamento das cellulas da grande comunidade brasileira.

Nesse confortador ambiente de compreensão e de sympathias mutuas, tudo podemos esperar do Prefeito José Bartholomeu Ferreira, que tão bem sabe comprehender e levar a bom termo as aspirações dos seus municípios. (GYMNASIO, 1940a).

Vislumbrado como signo do progresso e da modernidade, o estabelecimento de ensino ora demandado – sobretudo pela classe média e pelas elites locais –, resolveria neste primeiro momento a dificuldade do acesso à educação secundária, e, conseqüentemente beneficiava politicamente ambos os governos municipal e estadual, vistos como benfeitores da população local:

Cada dia que passa assignala um novo e vigoroso impulso nesse esplendido trabalho, que virá breve confirmar, ao lado da excellencia de uma administração, o gráo de progresso cultural e material dos mattonenses.

Será para todos nòs um motivo de orgulho, e divisando-se embora o emprehendimento sem o natural sentimentalismo bairrista – pelo seu lado pratico e constructivo de progresso, - veremos a grande somma de reaes beneficios que dele advirá. Estarão removidas as dificuldades que assaltavam os chefes de familia mattonenses, quando se tratava de dar aos seus filhos recém-sahidos dos grupos escolares, uma educação mais elevada e mais sólida: obrigados, uns, a envia-los a cidades ás vezes distantes, e outros a prival-os de continuar os estudos, por deficiencia de meios.

Dessas vantagens poderão partilhar toda a juventude da vasta zona rural – cujas vias de communição e intensidade de transito permitem facil e rapido acesso à cidade – além das populações dos districtos e localidades circunvisinhas.

Accresce ainda notar o enriquecimento dos nossos meios culturaes, com a vinda provavel de novos valores, representados nas lentes das diversas materias. (GYMNASIO, 1940b).

Mattonenses! Um movimento civico encabeçado por homem de responsabilidade e de acção – o nosso Prefeito – declara guerra á ignorancia, propondo a fundação do Gymnasio Mattonense! Batalhemos por esse ideal que aliàs já é um factio consumado! Nesta guerra não ha vencidos! Na lucha da sciencia e da razão natural, contra a ignorancia e mediocridade, quando a verdade vence não ha perdedores. Todos vencem! Tudo é luz! Tudo é victoria!

E para aquelle que trabalha pelo ideal gigantesco, o nosso sincero “Decus in labore”.

Honra aos que trabalham e aos que trabalharam! (DECUS, 1940).

Verificamos ainda, que antes da criação definitiva do Ginásio Municipal, a ida do Prefeito Municipal novamente à Capital paulista, para acertar os últimos detalhes junto ao Executivo Estadual, conforme consta a edição de 29 de dezembro do semanário local:

Como é do conhecimento publico, encontra-se já ha dias na Capital do Estado tratando de assumptos inherentes ao seu cargo, o sr. José Bartholomeu Ferreira, Prefeito deste Municipio. O grande, o principal empreendimento que vem ocupando a atenção do operoso governador da cidade è, sem duvida alguma, a criação do Gymnasio Mattonense. Por conseguinte, foi para esse assumpto que s. s. dirigiu as suas atividades, logo á sua chegada a São Paulo.

Sobre essas atividades, temos o prazer de informar os nossos leitores que o sr. José Bartholomeu telefonou na manhã de hontem para a Prefeitura local, dando a alviçaneira noticia que os seus esforços para isolar as ultimas dificuldades tinham sido coroados de inteiro exito, estando definitivamente assentada a fundação do nosso Gymnasio. (DEFINITIVAMENTE, 1940).

Com isso, no dia 31 de dezembro de 1940 o Prefeito criou a partir do Decreto-lei n. 42⁴⁹, o Ginásio Municipal:

Art. 1º - Fica creado um Ginasio Municipal nesta cidade, cuja instalação far-se-á oportunamente, obedecendo as disposições da legislação federal ao ensino. (MATÃO, 1940, p. 265-265v).

Tendo a criação do Ginásio Municipal “Dr. Adhemar de Barros” sido concretizada, o governo estadual passou a subvencioná-lo, confirmando assim a política educacional preconizada no Código de Educação de 1933, e revelou, por conseguinte, uma estreita relação entre o Executivo Municipal e o Executivo Estadual:

[...] obteve do grande governador paulista, a valiosa subvenção de 50:000\$000 anualmente.

Ficou dessa forma confirmado o elevado conceito de que goza o sr. Prefeito nas altas esferas governamentais, e especial atenção e simpatia que o sr. dr. Adhemar de Barros dedica á causa da instrução. (GINÁSIO MUNICIPAL, 1941).

As atividades do recém-criado estabelecimento de ensino foram iniciadas no dia 25 de março de 1941 nas dependências do primeiro Grupo Escolar, contando com duas turmas: uma de primeira e outra de segunda série do curso ginasial, com alunos aprovados no exame de admissão, além daqueles que vieram transferidos de outras escolas. O anúncio apresentado na figura a seguir, outrora publicado no jornal A Comarca no dia 09 de março de 1941 destacava a excelência do corpo docente e o funcionamento na recém-criada escola de laboratórios de física e química e salas de história natural, desenho e geografia.

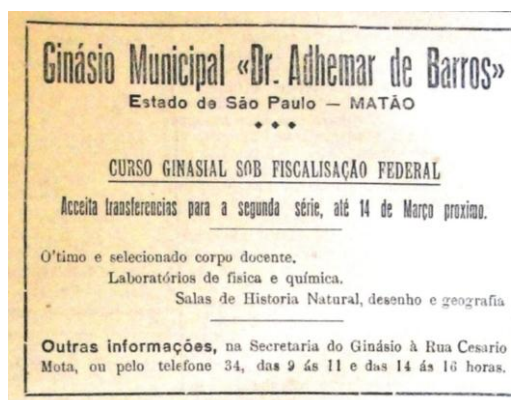


Foto 03 – Anúncio de vagas para ingresso no Ginásio Municipal de Matão
FONTE: Jornal A Comarca, n. 796, 09 mar. 1941.

⁴⁹ Vide MATÃO, 1917-1943. (v. 1). Decreto publicado no jornal A Comarca. Edição n. 789, de 19 de janeiro de 1941.

Sob grande repercussão, com direito à missa de ação de graças, a inauguração foi noticiada com entusiasmo no jornal:

No proximo dia 25 – terça feira – assinalar-se-á um dos acontecimentos de maior relevancia da historia do municipio de Matão; um acontecimento que marcará o alvorecer de um novo cyclo de progresso e um vitalizante influxo de atividades em todos os sectores, para a nossa bela cidade: - o inicio das aulas do Gymnasio Municipal.

Eis ahi uma data memoravel por todos os títulos; data em que Mattão vê inaugurar-se o seu primeiro estabelecimento de ensino secundario, abrindo para a juventude as mais brilhantes e confortadoras perspectivas, e ao mesmo tempo testemunhando que o nosso municipio não destôa do rithmo ascensional que dirige São Paulo e o Brasil na conquista dos seus altos destinos.

Nunca serà demais encarecer a extraordinaria importancia desse empreendimento. Vemos, agora de modo mais acentuado, que dezenas de jovens de ambos os sexos teriam que deixar ainda este mez a casa paterna, para continuar em outras cidades os seus estudos [...]. Da mesma forma, numerosas familias de recursos mais modestos, com a criação do Gymnasio Municipal, viram reduzidas ao minimo as dificuldades a vencer para a educação dos filhos. (GYMNASIO, 1941a).

Commemorando o inicio das aulas, transferido para o dia 25, do corrente, será celebrada a missa em acção de graças nesse dia ás 7 horas na Igreja Matriz.

Para a mesma são convidados todos os alunos, seus diretores, e corpo docente do Estabelecimento. O VIGARIO (GYMNASIO, 1941b).

Assim, para manter a popularidade que sobrepunha este fato que veiculava pelo município, logo se deu os trâmites para a construção de um prédio para abrigar o Ginásio Municipal. No dia 08 de fevereiro de 1942 foi lançada a pedra fundamental do edifício:

Na data de hoje, quando os matonenses assistem jubilosos ao lançamento da primeira pedra do nosso Ginásio, seria oportuno recordar, etapa por etapa, a breve e vitoriosa historia dessa extraordinária iniciativa, que, não ignoramos, custou ao sr. Prefeito o dispêndio de herculeos esforços de preparo e organização. [...]

Será sem duvida o edificio mais importante da cidade, verdadeiro monumento da arquitetura moderna, elevando suas colunas de concreto no topo da aprazivel colina matonense e formando com outros belissimos prédios publicos e particulares, como sejam a Igreja Matriz, o Hospital de Caridade, o Grupo Escolar, um harmonioso conjunto.

Assistiremos hoje ao lançamento de sua primeira pedra; e dentro de poucos meses, si Deus quizer, teremos a sua inauguração.

Será mais um marco na luminosa estrada do progresso, que vimos palmilhando. [...]

A essa edificante reunião a que assistiremos hoje ás 9 horas, não deverão faltar todas as características de uma festa civica. Não faltarão á mesma as nossas autoridades, os expoentes da cultura intelectual. Não deverão faltar a juventude e a infancia das nossas escolas, o povo, enfim, representados por

todas as classes. Compareçamos, pois, à cerimonia da benção e lançamento da pedra fundamental do nosso Ginásio. Consignemos os nossos nomes na Ata que será hoje colocada sob os alicerces daquele templo de instrução e que vai testemunhar um dia às gerações porvindouras; que ali ficou, talvez num passado remoto, a nossa contribuição, para a grandeza de Matão, de São Paulo e do Brasil. (UM DIA, 1942).

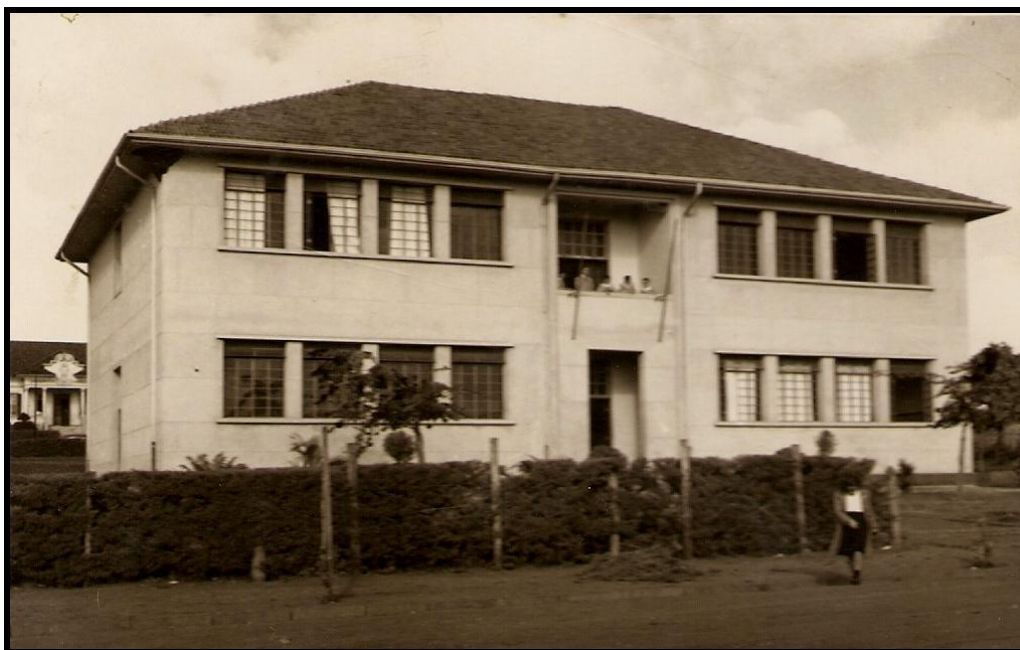


Foto 04 – Fachada do Prédio do Ginásio Municipal de Matão, 1945
FONTE: Arquivo da E. E. Prof. Henrique Morato

Portanto, o Poder Executivo Municipal, conforme relatado por esse jornal, apresentou-se de forma eficiente na implantação do ensino secundário em Matão. Tudo leva a crer que o Prefeito havia negociado com o Interventor Federal a construção do prédio prevendo a possibilidade de transformá-lo em Ginásio Estadual num futuro bem próximo. Entretanto, a manutenção do Ginásio consistia em uma despesa onerosa para os cofres municipais, mesmo com a subvenção parcial dada pelo Estado. A estratégia tomada para transpor esse obstáculo culminou no Decreto-lei n. 76⁵⁰ de 18 de abril de 1944, que autorizava o arrendamento para a iniciativa privada do Ginásio Municipal pelo prazo de 10 anos, mediante concorrência pública, nos seguintes termos:

Art. 2º: O edital de concorrência, que ser publicado com o prazo de 20 (vinte) dias, estipulará que o proponente vencedor ficará obrigado:

- a) a continuar mantendo o curso ginásial de conformidade com a legislação do ensino secundário;

⁵⁰ Vide MATÃO, 1943-1954. (v. 2). Decreto publicado no jornal A Comarca. Edição n. 966, de 23 de abril de 1944.

- b) a dotar o ginásio do material didático que for necessário além do existente;
- c) a destinar o edifício exclusivamente para o funcionamento do estabelecimento de ensino;
- d) a colocar á disposição da Prefeitura um mínimo de 10 (dez) lugares gratuitos, destinados a alunos reconhecidamente pobres;
- e) a entregar á Prefeitura, findo o contrato, todo o material existente e mobiliário, referidos na letra “b” deste artigo, independentemente de indenização;
- f) a aproveitar os professores e o pessoal administrativo do atual Ginásio Municipal, de acordo com as suas aptidões.

Parágrafo Unico: a assinatura do contrato sera precedida do tombamento geral dos bens, objeto da locação, seus moveis, accessorios e pertences cujo termo respectivo fará parte integrante do contrato.

Art. 3º: A Prefeitura subvencionará o Ginásio, no decurso do contrato, com um auxilio anual, até o limite máximo de CR\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros). (MATÃO, 1944, p. 20-21).

O Colégio Anglo Latino de São Paulo venceu a concorrência prescrita no Edital n. 109⁵¹, e assumiu em 05 de julho do mesmo ano a gestão do referido estabelecimento de ensino. Atribuindo a justificativa de que o governo municipal estaria confiando o Ginásio Municipal à iniciativa privada a fim de garantir o seu desenvolvimento, tal fato foi apresentado aos leitores de A Comarca em sua edição de 09 de julho:

A Prefeitura Municipal de Matão na intenção de dar o maior desenvolvimento possível ao ensino secundário de nossa cidade, acaba de entregar ao Colegio Anglo-Latino de São Paulo toda a orientação pedagógica do nosso Ginásio Municipal.

Foi assinado contrato no dia 5 do corrente, ficando o Colégio Anglo-Latino com o arrendamento por dez anos do prédio em que funciona o Ginásio Municipal. Compromete-se o Colégio Anglo-Latino, pelas clausulas do contrato, a incentivar, melhorar e estimular por todas as formas possíveis, o ensino secundário de nossa cidade. [...]

Está, pois, de parabéns a população de Matão que, mais uma vez deve êsse melhoramento ao Sr. Prefeito Municipal, que, em bôa hora, confiou o ensino de nossa cidade e uma orientação segura e esclarecida. (GINÁSIO, 1944).

Paralelamente, podemos verificar a continuidade da ação do Poder Executivo local junto ao Executivo estadual, apoiada a partir de então por um agente político que ressurgiu com o fim da Era Vargas – os deputados estaduais – que terão um papel fundamental na expansão do ensino secundário a partir de então:

⁵¹ Edital n. 109 da Prefeitura Municipal de Matão para atendimento ao seu Decreto-lei n. 76, aprovado pela Resolução n. 2.681/43 do Conselho Administrativo do Estado, publicado nas edições n. 978, 979, 980, 981, 982 de A Comarca.

O terceiro fato, importante para Matão, é o da esperada estadualização do Ginásio Municipal. Até o momento em que escrevemos esta notícia, o que há a respeito é o seguinte: mediante um pedido do sr. Prefeito Municipal, em ofício dirigido ao sr. Interventor Federal, defendido com empenho pelo dr. Valentim Gentil e apoiado decididamente pelo sr. Ruy Barbosa Baptista Pereira, ambos dignos candidatos a deputados estaduais nas próximas eleições, o exmo. sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares assinou, no dia 9 do corrente, o projeto de decreto-lei criando o Ginásio Estadual de Matão. Esse projeto foi remetido ao Conselho Administrativo do Estado, e espera-se a sua aprovação nos próximos dias. Consumado mais esse fato, poderemos afirmar, com inteira justiça, que Matão está de parabéns. A população matonense terminou o ano de 1946 e começou o de 1947 sob as melhores perspectivas, como um sopro de progresso e felicidade para todo o Município. (MATÃO, 1947).

Ao que tudo indica, a transferência da administração do Ginásio Municipal para a iniciativa privada seria uma forma do Executivo Municipal para assegurar o funcionamento desse estabelecimento de ensino. Considerando essa hipótese, devemos levar em conta o curto prazo decorrido de 02 anos e 07 meses – a partir do início da atuação do Colégio Anglo-Latino, cujo arredamento do Ginásio Municipal se deu pelo prazo de 10 anos – para a promulgação em 10 de fevereiro de 1947 do Decreto-lei estadual n. 16.871, incorporando o Ginásio Municipal ao Estado, nos seguintes termos:

Art. 1º - Fica criado um Ginásio Estadual em Matão, observada a legislação federal redativa ao ensino secundário.

Art. 2º - A instalação do estabelecimento criado pelo art. 1º, fica na dependência da doação ao Estado, por parte da Prefeitura Municipal daquela cidade, de terreno, prédio e instalações do Ginásio Municipal local. (SÃO PAULO, Diário Oficial do Estado, 1947a).

Todavia, o processo de estadualização do ensino secundário se efetivaria a partir de uma contrapartida do município beneficiado, conforme apresentado no Quadro 2. No caso do município de Matão, por exemplo:

[...] de acordo com o mesmo decreto, a instalação do referido estabelecimento ficou na dependência da doação ao Estado, por parte da Prefeitura Municipal, do terreno, prédio e instalações do Ginásio Municipal local. Podemos afirmar que a Prefeitura está agindo com a máxima urgência para cumprir a parte que lhe compete nesse sentido e que, a demora que houver, será a decorrente da prática de atos oficiais indispensáveis, tanto do lado da Prefeitura como do Governo do Estado. (GINÁSIO, 1947).

A partir da análise realizada, verificamos que as relações entre governos municipal e estadual no que se refere à criação do Ginásio Estadual de Matão já existiam desde a fase embrionária do Ginásio Municipal, configurando uma estratégia diferenciada juntamente com o governo estadual, se comparado a outros municípios que não possuíam estabelecimentos de ensino secundário até a promulgação dos decretos estaduais que os criavam. De qualquer maneira, é evidente a contrapartida financeira e/ou material dos municípios, quase de forma compulsória, no processo de expansão do ensino secundário oficial no interior paulista, nesse primeiro momento, por meio da política dos Interventores Federais da Era Vargas.

O segundo momento que discutiremos no capítulo posterior, utilizando-se de exemplo o município de Matão, está vinculado com a redemocratização do país iniciada em 1945. Nessa nova conjuntura, segundo Beisiegel (1964), os deputados estaduais tomariam a frente das negociações acerca da instalação dos Ginásios Oficiais em vários municípios paulistas, bem como na transformação dos ginásios existentes em Colégios ou em Institutos de Educação, ou ainda incorporando Escolas Normais a esses estabelecimentos, motivados por interesses eleitorais, ampliando enormemente o número de estabelecimentos de ensino secundário no Estado de São Paulo.

4 AS TRANSFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS DO PRIMEIRO GINÁSIO PÚBLICO DE MATÃO (1948-1965)

Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos [...].
(Constituição da República Federativa do Brasil – 1988)

Após ter sido deposto em 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas deixou o posto de Chefe da Nação, assumindo essa função o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, indicado por militares e civis ligados ao governo e à oposição. Linhares, por sua vez, extinguiu alguns órgãos de repressão⁵² criados outrora por Vargas, e revogou a data das eleições para governadores, previstas para ocorrerem entre outubro e dezembro daquele mesmo ano, com o propósito de conceder um prazo maior para os grupos políticos estaduais se organizarem e competirem em condições semelhantes aos interventores nomeados durante o Estado Novo (CARONE, 1980).

Com a vitória do general Enrico Gaspar Dutra à Presidência da República, o qual tomou posse do cargo em 31 de janeiro de 1946, iniciou-se o processo da instalação da Assembleia Nacional Constituinte⁵³, resultando em uma nova Constituição para o país, que trouxe para o sistema político novas determinações, tais como o alistamento e o voto obrigatórios e a periodicidade das eleições – quatro anos para a Câmara dos Deputados e oito anos para o Senado.

Em São Paulo, Adhemar Pereira de Barros saiu vitorioso nas primeiras eleições democráticas para Governador do Estado realizadas em janeiro de 1947 e, em julho do mesmo ano foi promulgada a Constituição do Estado de São Paulo, elaborada por sua Assembleia Constituinte, consolidando a nova ordem política vigente, onde o Poder Legislativo era exercido nos Estados pelas Assembleias Legislativas⁵⁴.

⁵² Cita-se, por exemplo, o Tribunal de Segurança Nacional, criado em setembro de 1936. Foi extinto a partir da promulgação da Lei Constitucional n. 14, de 17 de novembro de 1945, publicado no Diário Oficial da União em 24 de novembro de 1945.

⁵³ A Constituinte de 1946 foi a quarta assembleia reunida no país para elaboração do seu estatuto político fundamental. Eleita no pleito federal de dezembro de 1945, reuniu-se, pela primeira vez, em sessão preparativa, a 2 de fevereiro, sob a presidência do ministro Valdemar Falcão, presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Composta por 328 representantes - 42 senadores e 286 deputados -, que consumiram cerca de 70 dias no preparo do projeto, a Assembleia Constituinte de 1946 teve seus trabalhos estendidos até 18 de junho, quando então foi promulgada a nova Constituição. (FGV/CPDOC, 2012).

Vide: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/glossario/anconstituente>.

⁵⁴ No caso do Estado de São Paulo, a Assembleia Legislativa à época do período estudado era composta por 75 deputados, eleitos por sufrágio universal, voto secreto e direto, com sistema de representação proporcional dos partidos políticos.

No campo educacional, a partir dessa nova ordem instaurada, verificamos um aumento substancial do número de matrículas no ensino secundário, conforme mostra a tabela a seguir:

TABELA 8: Expansão do Ensino Médio no Brasil (1945-1960)

Matrícula Geral					
Ano	Secundário	Comercial	Industrial	Normal	Agrícola
1945	237.695	56.570	16.531	19.533	659
1950	406.920	76.455	19.436	33.436	2.099
1960	991.391	194.124	26.850	93.600	6.850

FONTE: NUNES (1979, p. 51)

Nessa nova conjuntura política, Beisiegel afirma que,

Após a queda do Estado Novo, a criação de um ginásio estadual passou a depender da promulgação da lei aprovada na Assembléia Legislativa do Estado. As providências relacionadas à criação da escola, desde as primeiras solicitações locais até o início das atividades letivas do estabelecimento, implicam em um conjunto de iniciativas que movimentam numerosos agentes da política e da administração escolar. O deputado ocupa posição central nesse consulto de iniciativas. (BEISIEGEL, 1964, p. 152-153).

Nesse capítulo, a partir do exemplo do Ginásio Estadual de Matão que, embora estadualizado em 1947, sofreu alterações nos anos seguintes, tornando-se em 1965 o Instituto Estadual de Educação Professor Henrique Morato, intentamos verificar como se deram as negociações do Legislativo Estadual para que tais mudanças ocorressem de fato, pela ação dos deputados estaduais, que viam na crescente demanda social pelo acesso ao nível secundário de ensino uma grande oportunidade política.

4.1 De Ginásio Estadual de Matão a Colégio Estadual e Escola Normal Professor Henrique Morato

Publicada em 13 de abril de 1950 no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a Lei n. 684, de 12 de abril de 1950, trouxe a seguinte redação:

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Passam a funcionar como colégio, uma vez obtida a autorização federal, os Ginásios Estaduais de São Roque, Andradina e Igarapava.

Artigo 2º - Fica criada uma Escola Normal em Matão.

Parágrafo único – O curso fundamental do Ginásio Estadual de Matão constituirá o da Escola Normal criada por este artigo.

Artigo 3º - A despesa com a execução da presente lei, correrá por conta de verba própria do orçamento.

Artigo 4º - Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (SÃO PAULO, 1950a).

Todavia, essa lei, consubstanciada a partir do Projeto de Lei n. 410 de 1948, proposto pelo deputado Joviano Alvim, não faz menção ao município de Matão, mas apenas ao município de São Roque:

Projeto de Lei n. 410, de 1948:

Dispõe sobre a criação de Colégio Estadual na cidade de São Roque. (SÃO PAULO, 1948).

Destacamos ainda que em quatro dos cinco pareceres emitidos pelas comissões responsáveis⁵⁵, apenas no último parecer (Parecer n. 313) é mencionada a criação de uma Escola Normal para Matão. Vale destacar que ainda nesse parecer consta a autorização para funcionamento como colégio, uma vez obtida a autorização federal, dos Ginásios de Andradina e Igarapava que, igualmente ao caso de Matão, não foram abordados nos pareceres anteriores.

O que nos chama atenção por reforçar o estudo de Beisiegel (1964), no que tange à ação dos deputados no processo de expansão do ensino secundário, é o trecho do Parecer n. 2.814 da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo:

A Comissão de Educação e Cultura desejaria examinar estatisticamente, na parte demográfica e na parte geográfica, os projetos de criação de colégios em diversos ginásios do Estado.

Verifica, entretanto, que todo o seu trabalho e todo o seu esforço seriam inúteis e perdidos. No Plenário, são apresentadas e aprovadas emendas que não atendem a qualquer critério, como se não houvesse estudos e pareceres elaborados com trabalho e objetividade.

Porisso, resolve remeter ao Plenário, com parecer favorável, indiscriminadamente, todos os projetos de criação de colégios que estavam em seu poder para exame.

Os srs. deputados, na sua alta sabedoria, decidam cada caso de per si, ressalvada a responsabilidade da Comissão de Educação e Cultura, que

⁵⁵ Vide SÃO PAULO, 1949a; SÃO PAULO, 1949b; SÃO PAULO, 1949c; SÃO PAULO, 1950b; SÃO PAULO, 1950c.

declara não se sentir com deveres maiores do que os da própria Assembléia soberana. (SÃO PAULO, 1949b).

Diante do exposto, podemos verificar que não havia critérios definidos que levassem em consideração as reais necessidades dos municípios na criação de estabelecimentos de ensino secundário nas suas possíveis modalidades, pelo contrário, os deputados pautaram-se em sua grande maioria por interesses puramente eleitoreiros. Desse modo, concordamos com Beisiegel quando ele afirma que os deputados estaduais se tornaram “veículos de expressão de necessidades educacionais emergentes” (BEISIEGEL, 1964, p. 102), uma vez que o atendimento “às reivindicações populares aparece como um dos mais eficazes instrumentos de mobilização do eleitorado” (1964, p. 103) e, para atender tal eleitorado, “a atuação do deputado é muitas vezes decisiva: cabe-lhe exercer pressão sobre os órgãos públicos encarregados das tarefas relacionadas à instalação da escola” (1964, p. 154).

No que tange à criação da Escola Normal no município de Matão, a mesma já funcionava como Escola Normal Livre desde 1948⁵⁶, nas instalações do Ginásio Estadual de Matão, embora não estando subordinada a esse estabelecimento, funcionava como escola particular, semelhante a uma cooperativa, pertencente a todos os professores e por eles administrada, porém com o aconselhamento do Prefeito Municipal.

Em 06 de novembro de 1948 o Prefeito Municipal de Matão à época, sr. Leônidas Calígula Bastia, encaminhou uma carta ao Departamento da Educação solicitando que a Escola Normal pertencesse à esfera municipal:

“[...] Em virtude de ter sido publicado no Diário Oficial de 17/2/1948, o Decreto n. 17.974 de 16/2/48, criando uma Escola Normal Livre e ser da nossa aspiração uma Escola Normal Municipal, conforme nosso pedido, solicitamos os bons ofícios dêsse Departamento para que seja retificado o Decreto de criação”. (MATÃO, 1948)⁵⁷.

Embora houvesse interesse dos fundadores da Escola Normal Livre em passar a administração dessa escola para a Prefeitura Municipal, conforme consta no Livro Ata de Reuniões Pedagógicas da Escola Normal (Livro n. 104 – Arquivo da E. E. Prof. Henrique Morato), a mesma foi anexada ao Ginásio Estadual de Matão, conforme a Lei n. 684, de 12 de abril de 1950, registrada em ata:

⁵⁶ Cf. SÃO PAULO, 1948.

Ata dos Professores da Escola Normal Livre de Matão.

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta, na Sala dos Professores do Ginásio, onde funciona, a título precário, a Escola Normal Livre desta cidade, reuniram-se os Professores do referido estabelecimento para tratar dos seguintes assuntos:

- 1) A Senhora Diretora levou ao conhecimento dos Senhores Professores que, por ofício dirigido ao Senhor Andronico de Mello, D. D. Chefe de Serviço do Ensino Secundário e Normal, esta Diretoria se prontificou a expedir as guias de transferência, uma vez autorizada pelas autoridades superiores, e após as lotações dos cargos. Nesse mesmo ofício foi doado ao Estado o arquivo, livros pedagógicos, vitrola com discos e um armário, em data de 18-4-1950.
- 2) O Conselho Consultivo oficiou, em data de 20-5-50, ao Senhor Dr. Secretário da Educação, José de Moura Rezende, solicitando a suspensão do funcionamento da Escola Normal Livre, o qual ofício teve o ciente do Senhor Dr. Leônidas Calígula Bastia, D. D. Prefeito Municipal, tendo em vista a criação de uma Escola Normal Oficial, pela Lei 684, de 12-4-50.
[...]
- 4) Em data de 20-5-50 cessou o funcionamento da Escola Normal Livre e a 22 do mesmo mês teve início o funcionamento da Escola Normal Oficial. Deste modo, a Senhora Diretora interpretando o sentir do Conselho Consultivo e dos demais professores do estabelecimento, agradeceu a todos os relevantes serviços prestados à causa do Ensino em Matão. (E. E. PROF. HENRIQUE MORATO, 1948-1950).

Com essa constatação, o que nos parece é que a ação dos deputados estaduais às vezes se sobrepunha aos interesses dos Municípios, conforme verificado no caso da Escola Normal de Matão. Além disso, verificamos uma contrapartida, talvez compulsória, por parte do Conselho Consultivo desse estabelecimento ao doar o patrimônio que até então possuía.

O jornal A Comarca, em sua edição de 16 de abril de 1950, apresentou o embate político em torno da criação da Escola Normal Oficial:

[...] Essa notícia alviçaneira foi festejada em Matão, por certos políticos, como uma grande realização do sr. Adhemar de Barros, cujo papel, no caso da criação da Escola se limitou a cumprir o dever constitucional de promulgar a respectiva lei. A iniciativa, porém, foi do Padre Carvalho, preclaro representante do PSD na Assembleia Legislativa de São Paulo. E não somente a iniciativa, pois a aprovação da lei, foi o resultado do prestígio do digno deputado entre os seus pares.

A notícia encheu os ares de Matão de muitos foguetes. Temos que distinguir, nessas manifestações ruidosas, os rojões dos estudantes, que revelaram a justa alegria de sadio contentamento, do foguetório dos políticos que quiseram, com eles, convencer a população de que a Escola Normal foi obra do partido dominante. Não convenceram ninguém. Seus rojões foram inteiramente perdidos. (A VERDADE, 1950).

⁵⁷ Cf. MATÃO, Declaração. Prefeitura Municipal de Matão, 06 nov. 1948. Vide Anexo A (pág. 118).

Tendo o jornal assumido uma posição política frente à questão, o que nos chama à atenção são as relações políticas em torno da expansão do ensino secundário. Iniciamos essa discussão apontando que o Projeto de Lei n. 410 de 1948 foi proposto pelo deputado Joviano Alvim, entretanto, segundo o jornal, o responsável pela criação da Escola Normal Oficial em Matão foi o deputado João Baptista de Carvalho, o Padre Carvalho. Ambos pertenciam à primeira legislatura pós-1945 (CALIMAN, 2011, p. 139-140), ou seja, entre os anos de 1947 e 1951, representando o PSD – Partido Social Democrático⁵⁸, juntamente com outros 24 deputados desse mesmo partido, além de 06 suplentes, num total de 76 parlamentares e 22 suplentes, constituindo dessa forma uma expressiva bancada na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Ao que tudo indica, o projeto de criação da Escola Normal de Matão foi inserido ao final do debate da referida propositura sem nenhum critério que respeitasse o trâmite legislativo, ficando assim relegado a uma questão partidária, possivelmente uma estratégia dos partidos políticos, no caso o PSD, em ampliar sua participação na Assembleia Legislativa a partir da sua ação nos municípios paulistas.

Por outro lado, verificamos que a implantação da Escola Normal Oficial no município de Matão atendeu uma demanda real, ainda que tímida, pois os egressos do primeiro ciclo do ensino secundário teriam apenas essa possibilidade para dar continuidade a seus estudos, haja vista que o município não contava com o colégio. Vejamos as tabelas a seguir:

TABELA 9: Alunos Concluintes do 1º Ciclo do Ensino Secundário – Ginásio Estadual de Matão (1947-1959)

Ano	Alunos Concluintes – Ensino Secundário (1º Ciclo)		
	Masculino	Feminino	Total
1947	9	14	23
1948	5	12	17
1949	16	8	24
1950	10	18	28
1951	9	7	16
1952	10	18	28
1953	8	12	20

⁵⁸ Partido político brasileiro, fundado em 17 de julho de 1945 e extinto pela ditadura militar, pelo Ato Institucional Número Dois (AI-2), em 27 de outubro de 1965. Durante sua existência, foi o partido majoritário na Câmara dos Deputados, tendo eleito dois presidentes da República: Eurico Gaspar Dutra, em 1945, e Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1955. Após a extinção do PSD, seus membros se dividiram: uns foram para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido de oposição à ditadura permitido após a instituição do bipartidarismo com o AI-2; e outros ingressaram na Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido que apoiava o regime instalado em 1964; em ambas as legendas, os ex-pessedistas se organizavam como alas à parte, em sublegendas. Cf. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Registros de Partidos Políticos 1945 a 1979, 2012. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>;

1954	12	11	23
1955	9	22	31
1956	7	17	24
1957	15	24	39
1958	7	23	30
1959	19	11	30

FONTE: Mapas de Movimento – Arquivo da E. E. Prof. Henrique Morato

TABELA 10: Alunos Ingressantes no Curso Normal – Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão (1950-1959)

Ano	Alunos Ingressantes – Curso Normal		
	Masculino	Feminino	Total
1950	7	8	15
1951	16	16	32
1952	6	6	12
1953	6	20	26
1954	8	12	20
1955	13	16	29
1956	7	19	26
1957	3	19	22
1958	8	21	29
1959	4	21	25

FONTE: Mapas de Movimento – Arquivo da E. E. Prof. Henrique Morato

Se compararmos as duas tabelas apresentadas, podemos constatar, conforme já mencionado, que havia uma demanda de alunos para ingressarem na Escola Normal. Vale lembrar que não foram apresentados na Tabela 10 os alunos que concluíram o primeiro ciclo do ensino secundário nos anos de 1944, 1945 e 1946, formados pelo então Ginásio Municipal “Dr. Adhemar de Barros”, mas que, somados aos 64 concluintes dos anos de 1947, 1948 e 1948, atingiam um montante que justificasse o funcionamento do Curso Normal anexo ao Ginásio Estadual de Matão, que já funcionava como Escola Normal Livre desde 1948. Outra informação relevante nesse aspecto refere-se ao horário de funcionamento do Curso Normal, que acontecia no período vespertino no qual o prédio encontrava-se ocioso, uma vez que as aulas do curso ginásial ocorriam no período matutino.

Nesse ponto, verificamos que ainda que utilizada como mecanismo eleitoreiro e/ou de prestígio político, nesse caso em favor do PSD e, em especial, do Pe. Carvalho, a criação da Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão trouxe benefícios a uma pequena parcela da população: àquela que tinha concluído a primeira etapa do ensino secundário, permitindo-lhe prosseguir nos seus estudos no seu próprio município ao invés de ter que se deslocar para os

municípios vizinhos, como por exemplo, Araraquara, São Carlos e Ribeirão Preto que por sua vez tinham que atender sua demanda local também crescente.

Em maio de 1958 o deputado Francisco Scalamandrê Sobrinho, vinculado ao PTN – Partido Trabalhista Nacional, solicitou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo a instalação do segundo ciclo do secundário no então Ginásio Estadual anexo à Escola Normal de Matão, com a seguinte justificativa:

Matão desde há muito está a exigir estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de 2º ciclo.

Na realidade, os seus alunos do 1º ciclo sobem a centenas, número mais que suficiente ao perfeito funcionamento do Colégio.

A medida ora proposta, funcionamento como Colégio do seu Ginásio Estadual, é das mais justas e consubstancia os desejos da classe de estudantes da progressista cidade de Matão. (SÃO PAULO, 1958a).

Beisiegel (1964) alerta, nesse aspecto, a forma pela qual os deputados estaduais agiam:

O deputado estadual estaria participando da execução de operações atribuídas ao Poder Público no ensino, na medida em que realiza tarefas de diagnóstico da situação escolar existente, faz previsão de necessidades e atua na criação de novas escolas (BEISIEGEL, 1964, p. 150)

Em julho do mesmo ano, o Parecer n. 1.958 da Comissão de Constituição e Justiça indicou a necessidade de uma emenda ao referido Projeto de Lei, fazendo menção ao ônus ao erário estadual posterior decorrente da sua aprovação, nesses termos:

Acrescente-se onde convier:

“Artigo ____: A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação do estabelecimento de ensino ora criado consignará dotações adequadas ao custeio das respectivas despesas”. (SÃO PAULO, 1958b).

Submetido à Comissão de Educação e Cultura, o projeto de criação do Colégio em Matão, recebeu dessa um parecer favorável com emendas no dia 20 de fevereiro de 1959, justificando que “o presente projeto, visando a ampliação da rede de estabelecimentos de ensino secundário no interior do Estado, pretende assegurar ao grande número de estudantes existentes em Matão facilidades para a continuação de seus estudos” (SÃO PAULO, 1959). Do mesmo modo, a Comissão de Finanças com o Parecer n. 1.124 de 1959, manifestou-se favorável à solicitação do deputado Scalamandrê Sobrinho, haja vista que o mesmo atendia o disposto no Art. 30, da Constituição Estadual:

Artigo 30 - Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será sancionada sem que dela conste a indicação de recursos hábeis para prover aos novos encargos.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica a crédito extraordinário, só admissível por necessidade imprevista e urgente, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública. (SÃO PAULO, 1947b).

Contudo, o Projeto de Lei n. 738/1958 ficou em tramitação até o final do primeiro semestre de 1961, quando a Comissão de Redação apresentou o Parecer n. 988 de 1961, no qual constava a redação que iria figurar posteriormente em forma de lei:

Artigo 1º - Passa a funcionar como Colégio, uma vez obtida autorização federal, o Ginásio Estadual anexo à Escola Normal de Matão.

Artigo 2º - A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação do estabelecimento de ensino ora criado consignará dotações adequadas ao custeio das respectivas despesas.

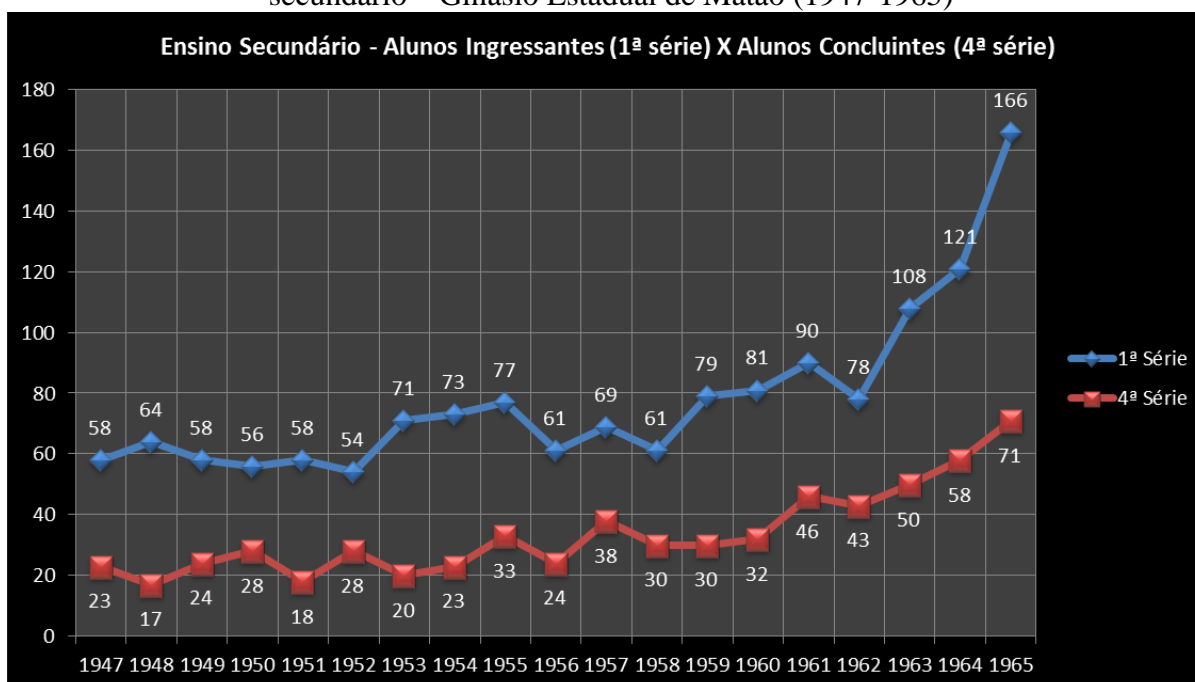
Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. (SÃO PAULO, 1961a).

O jornal A Comarca, procedendo de maneira bem diferente das ocasiões anteriores no que se refere em noticiar as mudanças institucionais do antigo Ginásio Municipal, enaltecendo a ação dos atores políticos envolvidos nas suas transformações institucionais, atribuiu na edição número 1.851, uma nota intitulada *Mais um passo largo no desenvolvimento do ensino em Matão* (MAIS, 1961), limitou-se a citar que o projeto de funcionamento do Colégio no Ginásio de Matão era de autoria do deputado Scalamandré Sobrinho, e a transcrever na íntegra o Projeto de Lei n. 738, os Pareceres 738 e 1.958 de 1958 e os Pareceres 1.123 e 1.124 de 1959.

Adicionado à postura adotada pelo jornal, o fato que nos chama atenção é de que tendo sido promulgada a Lei n. 6.173 de 14 de julho de 1961, o funcionamento do Colégio se deu somente a partir de 1969, oito anos após a promulgação da referida lei e quatro anos após a escola ter sido transformada em Instituto de Educação, que discutiremos adiante. Ao que tudo indica, não havia um montante de alunos matriculados no primeiro ciclo do ensino secundário ou concluintes desse nível de ensino que justificassem a proposição do legislador no que tange ao projeto do Colégio para Matão.

Analisando os Mapas de Movimento e os Livros de Matrículas do nosso objeto de pesquisa, verificamos que o Ginásio Estadual de Matão teve um crescimento relativamente baixo nos anos que antecederam ao Projeto de Lei n. 738/1958, conforme aponta o gráfico a seguir:

GRÁFICO 1: Alunos Ingressantes *versus* Alunos Concluintes do Primeiro Ciclo do ensino secundário – Ginásio Estadual de Matão (1947-1965)



FONTE: Mapas de Movimento e Livros de Matrícula – Arquivo da E. E. Professor Henrique Morato

Podemos perceber que o crescimento de número de alunos ingressantes e concluintes se deu de forma contínua a partir de 1963. Ainda que houvesse demanda anterior a 1961, esse índice era sutil e oscilava, nunca ultrapassando a marca anual de 40 concluintes, cuja uma parcela desses era absorvida pela Escola Normal que funcionava já em 1948. Provavelmente, ou seria essa a justificativa para compreendermos a intervalo de quase 8 anos entre a promulgação da lei e a sua aplicação em termos reais, ou podemos compreender tal realidade a partir da ação do deputado que, tendo a possibilidade de ampliar seu eleitorado, utilizou-se de uma necessidade educacional do município para se promover politicamente.

No que se refere ao índice de alunos concluintes que justificasse a ampliação do ensino secundário, Beisiegel afirma que,

[...] o reduzido número de conclusões de curso primário no município ou a ausência das demais condições estabelecidas como necessárias à criação ou à instalação de ginásios, nem sempre constituíram obstáculos à apresentação ou à aprovação de projetos de lei de criação do estabelecimento nas pequenas cidades do Interior e nem à sua posterior instalação nessas cidades. (BEISIEGEL, 1964, p. 169).

Com base nisso, associamos a segunda hipótese levantada como a mais próxima da realidade à época, se considerarmos o fato de que o deputado Scalamandrê Sobrinho além do

projeto de funcionamento do Colégio em Matão, apresentou um segundo projeto de lei – o Projeto de Lei n. 343, de 1961 – no qual pleiteava a denominação de Professor Henrique Morato para a Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão, tendo em vista a seguinte justificativa:

O Professor Henrique Morato, já falecido, foi a alma máter da criação e instalação da escola secundária de Matão. Com a saúde abalada pejejou, lidou, trabalhou, esfaltou-se até conseguir seu desiderato, em benefício dos jovens matonenses.

Lecionou latim e português, e foi gratuitamente secretário do estabelecimento.

Substituía diariamente os demais professores em seus misteres. Pobre, veio a perecer com quase nenhum pecúlio pessoal.

Jornalista militante durante mais de 30 anos, lutou sempre pelas mais sentidas reivindicações do município.

É justíssima a homenagem que pretendemos prestar ao insigne professor; e consideramos mesmo, tardia, esta manifestação. O mérito do Prof. Morato é consagrado e reconhecido por todo o povo matonense. (SÃO PAULO, 1961b).

Convertido na Lei n. 6.497, de 13 de novembro de 1961, publicada no dia seguinte no Diário Oficial do Estado de São Paulo, constatamos certa proximidade do parlamentar com a comunidade local, utilizando-se de tais artifícios para ampliar seu prestígio, a fim de posteriormente angariar votos nas eleições subseqüentes.

4.2 O Instituto de Educação “Professor Henrique Morato”

Os Institutos de Educação, criados inicialmente no Código de Educação do Estado de São Paulo de 1933, tinham por finalidade:

- a) formar professores primários, secundários e inspetores e diretores de escolas;
- b) manter cursos de aperfeiçoamento e de divulgação, para os membros do magistério;
- c) ministrar ensino primário e secundário a alunos de ambos os sexos, em estabelecimentos que permitam a observação, a experimentação e a prática de ensino, por parte dos candidatos ao professorado. (SÃO PAULO, 1933).

No que tange ao ensino primário, verificamos que foi criado o Curso Primário anexo a Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão no dia 29 de novembro de 1958 por Decreto do

Governador publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo a 30 de novembro do mesmo ano, embasado nos artigos 201 e 205 do Decreto n. 17.698 de 26 de novembro de 1947⁵⁹. Quatro classes do curso primário foram criadas, uma de cada série, e as atividades iniciaram-se em 1959. Tal número se manteve pelo menos até 1965, com um número de alunos que variava de um ano para outra de maneira acentuada em alguns casos, como podemos verificar na tabela a seguir:

TABELA 11: Matrículas Curso Primário anexo à Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão (1959-1965)

Ano	Nº de Classes	Quantidade de Alunos		
		Masculino	Feminino	Total
1959	4	30	44	74
1960	4	59	47	106
1961	4	58	33	91
1962	4	65	63	128
1963	4	78	71	149
1964	4	64	69	133
1965	4	67	64	131

FONTE: Mapas de Movimento – Arquivo da E. E. Professor Henrique Morato

Diante do exposto, ainda que o Colégio passasse a funcionar efetivamente a partir de 1969, mas criado em 1961 conforme já discutido, a EE Prof. Henrique Morato oferecia à época o Curso Primário, o Curso Ginásial e o Curso Normal. Desse modo, em 1964 começaram as negociações para transformar esse estabelecimento de ensino em Instituto de Educação. Tal proposta, encabeçada pelo deputado estadual Leonardo Barbieri, pautou-se pela seguinte justificativa:

Matão, município da zona araraquarense, vem de há muito projetando-se como centro de indiscutível progresso em todos os seus campos. O atual Colégio Estadual Prof. Henrique Morato, já não atende os propósitos de sua população que como em todas as cidades do Interior, cresce vertiginosamente. Felizmente, graças a Deus, cresce o número dos que procuram a instrução como meio de progresso individual, e nada mais justo e humano, do que contribuir através de meios para facilitar o acesso à instrução, para que cada vez mais se aprimore o elemento humano. É dever precípua do Estado, fornecer escolas, e em quantidade que atenda as reais necessidades da população. Os grandes centros, as capitais já os tem em número remediável. É necessário agora, expandirmos a cultura através do Interior, como o fizeram as grandes nações, assim faremos nós, que somos pelo menos um grande Estado. (SÃO PAULO, 1964).

⁵⁹ Cf. SÃO PAULO, 1947c.

Com a aprovação da Comissão de Educação e Cultura por meio do Parecer n. 1.896 de 1965 (SÃO PAULO, 1965b) e emendas propostas pela Comissão de Constituição e Justiça (SÃO PAULO, 1965a) e pela Comissão de Finanças (SÃO PAULO, 1965c), foi decretada a criação do Instituto de Educação Professor Henrique Morato, nos seguintes termos:

Artigo 1º - É transformado em Instituto de Educação o Colégio Estadual e Escola Normal “Prof. Henrique Morato”, de Matão.

Artigo 2º - O estabelecimento de ensino de que trata o artigo anterior denominar-se-á Instituto de Educação “Prof. Henrique Morato”.

Artigo 3º - A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação do Instituto de Educação ora criado consignará dotações necessárias a ocorrer às respectivas despesas.

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário. (SÃO PAULO, 1965d; SÃO PAULO 1965e).

Diante da justificativa apresentada pelo parlamentar no que se refere à questão do crescimento populacional local, vale ressaltar que, segundo os dados dos relatórios dos Recenseamentos Gerais do Brasil de 1940, 1950⁶⁰ e 1960⁶¹ produzidos pelo IBGE, a população do município de Matão manteve-se em termos quantitativos praticamente igual: 22.907 habitantes em 1940, 20.551 habitantes em 1950 e 22.135 habitantes em 1960. Contudo, verificamos que, mesmo com a existência de uma estagnação demográfica, além das atividades agrícolas representarem a base da economia desse município, houve de fato uma alteração econômica do município haja vista o crescimento das atividades industriais, conforme a tabela a seguir:

TABELA 12: Estabelecimentos Industriais em Matão (1950-1959)

Data	Nº de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	
		Total	Operários
01/01/1950	44	324	253
31/12/1959	129	745	589

FONTE: IBGE (1954, 1960) - Recenseamentos Gerais do Brasil de 1950 e 1960

A partir dos dados apresentados, podemos concluir que entre os anos de 1950 e 1959 houve um crescimento de 293,2% do número de indústrias em Matão e, conseqüentemente, um aumento de 227,9% na mão-de-obra destinada a esse setor. Se considerarmos essa realidade que começava a se consolidar a partir da década de 1960, associada ao não

⁶⁰ Vide IBGE, 1954.

⁶¹ Vide IBGE, 1960a; IBGE, 1960b; IBGE, 1960c.

funcionamento do segundo ciclo do ensino secundário, no caso o curso colegial, qual o interesse desse deputado em transformar a escola em Instituto de Educação, ao invés de, por exemplo, implantar uma Escola ou um Curso Industrial no município de Matão? Possivelmente, a instalação do Instituto de Educação seria para reforçar o caráter seletivo da escola secundária, frequentada em grande parte pelos filhos das classes sociais mais abastadas, e dessa maneira o “dever precípua do Estado, fornecer escolas, e em quantidade que atenda as reais necessidades da população”, apontado pelo parlamentar no seu projeto de lei se efetivaria.

Destacamos o Parecer n. 1.896 de 11 de agosto de 1965 por fazer alusão do progresso industrial pelo qual passava o município, manifestando-se favorável ao Projeto de Lei, afirmando que é “justo que se amplie [...] as oportunidades educacionais pelo Estado à mocidade estudiosa de Matão”, que faz “por merecer esta melhoria”. (SÃO PAULO, 1965d).

Beisiegel (1964) afirma que a população valorizava a execução de melhorias na infraestrutura do município e, desse modo, pressionava o poder local (prefeito e/ou vereadores) para que atuasse em favor dos interesses da população. Esses, por sua vez, se viam compelidos a buscar apoio na esfera estadual, a partir dos deputados, firmando e/ou fortalecendo alianças políticas com vistas a garantir o prestígio político para ambos. Em suas palavras:

Encontram-se também [...] pressões que vereadores e prefeitos enfrentam nos subsistemas políticos locais, traduzidas em reivindicações que incluem escolas secundárias e às quais o político municipal deve atender sob pena de perda de prestígio diante de seus representados. Há referências à valorização, pelas populações locais, de “melhoramentos” públicos que condensariam as suas expectativas de “progresso” para o município: estradas, pontes, repartições públicas ainda não existentes, ou novos edifícios destinados à cadeia, ao fórum, à escola, etc. [...] reportam-se o desenvolvimento de expectativas que expressam novos padrões de sucesso sócio-econômico, relacionados a carreiras no funcionalismo público, nas profissões liberais, no magistério ou nas burocracias privadas, todas elas importando em grau de escolaridade posterior ao curso primário, e traduzindo a valorização da escola secundária como canal de ascensão para as camadas menos favorecidas ou mesmo de manutenção de posições para as camadas médias da sociedade local. (BEISIEGEL, 1964, p. 183).

Nesse momento, a escola secundária passa a figurar entre os objetivos de reivindicações municipais e, por conseguinte, ao rol de recursos de estabelecimento e consolidação de relações entre os atores políticos das esferas municipal e estadual, onde a

permanência no poder das lideranças políticas locais passa a depender do êxito dos deputados estaduais que atendem às reivindicações das localidades que representam.

Em âmbito local, o jornal A Comarca se encarregou de explicitar a relação existente entre o deputado Leonardo Barbieri e o vereador Laert Tarallo Mendes (que coincidentemente viria a se tornar Prefeito Municipal em 1968) no que se refere à criação do Instituto de Educação Professor Henrique Morato:

Conforme é do conhecimento de todos, o nosso principal estabelecimento de ensino, pela lei 9.179, de 13-12-65, foi transformado em Instituto de Educação.

Tal fato se deve ao trabalho, em primeiro, do deputado Leonardo Barbieri, que apresentou o projeto à consideração da Assembléia Legislativa e conseguiu vê-lo aprovado e sancionado; em segundo, à dinâmica intervenção do vereador e prof. Laert Tarallo Mendes, que acompanhou todos os passos do projeto pelas Comissões Legislativas e apresentou à Assessoria Técnico-Legislativa a documentação e os elementos essenciais a sua sanção.

Regozizando-se com o acontecimento, esta fôlha cumprimenta os dois ilustres batalhadores.

Agora é só esperar que outras partes se façam, a fim de, em curto prazo, termos, de fato, a instalação do curso colegial e dos cursos post-graduados.

Tudo está em bom caminho, venha pois a ampliação do prédio. (INSTITUTO, 1966).

O que fica evidente é a prática da “troca de favores” entre os deputados estaduais e prefeitos e/ou vereadores, utilizando-se da educação, como recurso de mobilização do eleitorado.

Com base no que foi ora apresentado, e partindo do contexto municipal em que se insere a Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão, verificamos o número de alunos matriculados entre os anos de 1947 e 1965:

GRÁFICO 2: Número de Classes - Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão (1947-1965)



FONTE: Mapas de Movimento e Livros de Matrícula – Arquivo E. E. Prof. Henrique Morato

TABELA 13: Matrículas - Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão (1947-1965)

Curso/Ano	Ginásial	Normal	Primário	Total
1947	144	-	-	144
1948	157	-	-	157
1949	181	-	-	181
1950	178	64	-	242
1951	147	70	-	217
1952	153	58	-	211
1953	169	72	-	241
1954	186	59	-	245
1955	202	77	-	279
1956	190	68	-	258
1957	207	65	-	272
1958	204	71	-	275
1959	216	100	74	390
1960	221	87	106	414
1961	245	76	91	412
1962	273	99	128	500
1963	312	109	149	570
1964	349	140	133	622
1965	398	190	131	719

FONTE: Mapas de Movimento e Livros de Matrícula – Arquivo E. E. Prof. Henrique Morato

Diante dos dados apresentados, percebemos um crescimento contínuo da oferta de vagas no futuro Instituto de Educação Professor Henrique Morato, sobretudo de forma acentuada no ano de 1959; porém, entre os anos de 1950 e 1958 podemos observar que a escola manteve o número matrículas, com uma média de 250 alunos. Entre 1947 e 1965, o

montante de matrículas foi quintuplicado, mas o aumento da oferta de matrículas no curso ginásial foi de 276,89% e do curso normal 296,86%.

Comparando o número de alunos matriculados nos anos de 1950 (242 matrículas) e 1960 (308⁶² matrículas) com a população da época a qual mencionamos anteriormente, verificamos que respectivamente 1,18% e 1,39% dos munícipes frequentavam o referido estabelecimento de ensino. Logo, se há uma pressão da população pela expansão do ensino secundário, os seus resultados advindos, no caso de Matão, atendem a um seletivo grupo de pessoas, reforçando uma representação social da escola enquanto espaço que reforça as diferenças sociais presentes na sociedade.

Ademais, ao analisarmos as transformações institucionais pelas quais passou o estabelecimento oficial de ensino secundário outrora denominado Ginásio Estadual de Matão, podemos verificar que elas se efetivaram por intermédio da ação dos deputados estaduais que, mediada às aspirações municipais, utilizaram-se dessa prática para manter-se no poder. Se por um lado, “as pequenas cidades do interior encontraram no deputado estadual um agente situado em posição privilegiada para o encaminhamento de suas reivindicações no campo da educação secundária” (BEISIEGEL, 1964, p. 157) e, por conseguinte, receberam o beneplácito desses atores políticos no que se refere à expansão e melhoria das condições do ensino secundário paulista, por outro, tais agentes tiraram o máximo proveito da posição que ocupavam.

⁶² Consideramos para essa análise apenas os alunos que frequentavam o ensino secundário.

5 UMA ESCOLA PARA POUCOS: O DESAFIO DO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SECUNDÁRIO PÚBLICO DE MATÃO (1941-1965)

Temos escrito muito, mas não demais, porque nunca será demais escrever sobre cousas, fatos e iniciativas que de perto contribuam para o bem estar, adiantamento e de modo especial para a cultura intelectual de uma população, de um povo. Oxalá o tempo nos sobrasse e mais teríamos escrito sobre o Ginásio de Matão, o qual constitue ao nosso ver, o maior surto de progresso jamais atingido pela nossa urbs.

(Henrique Morato)⁶³

O propósito desse capítulo é abordar os aspectos inerentes à representação social da escola secundária no interior paulista entre as décadas de 1940 e 1960, utilizando-se do exemplo do Ginásio Estadual de Matão, reconhecido por sua comunidade local como um símbolo de modernidade e de ascensão social, haja vista a seletividade existente desde o acesso dos alunos aos bancos escolares desse estabelecimento quanto na sua própria permanência ao longo do processo de escolarização que tal escola oferecia.

Para essa discussão, utilizamo-nos de algumas fontes primárias relevantes, pertencentes ao arquivo da Escola Estadual Professor Henrique Morato, para melhor compreendermos o cotidiano desse estabelecimento de ensino à época estudada, dentre as quais elencamos:

- a) Prontuários dos alunos: foram selecionados 150 prontuários, sendo 50 de alunos matriculados em 1941 (primeiro ano de funcionamento do então Ginásio Municipal), 50 prontuários de alunos matriculados em 1950 (ano em que ocorreu iniciaram as atividades da Escola Normal Oficial) e 50 prontuários de alunos matriculados em 1965 (ano em que a escola torna-se Instituto de Educação e é o limite do recorte histórico desse estudo). Selecionamos prontuários de meninos e meninas, matriculados nas quatro séries do primeiro ciclo do ensino secundário, para verificarmos informações como procedência (endereço) e profissão dos pais, a fim de mapearmos a condição social dos alunos ora matriculados, ou seja, a que grupo social tal escola atendia.

⁶³ Cf. GINÁSIO, 1943.

- b) Livros de Matrículas e de Atas de Exame Final, além dos Mapas de Movimento, para verificar os índices de evasão escolar, e diante disso, procurar mensurar o grau de seleção que o referido estabelecimento de ensino impunha.

5.1 O crivo do acesso à escola secundarista

Marcado por uma aura de prestígio, o Ginásio Estadual de Matão, sobretudo no início da sua trajetória – quando ainda pertencia à administração municipal –, era tido pela população local como um ícone do progresso no qual a cidade procurava se inserir a partir da década de 1940. Logo, pertencer ao corpo discente desse estabelecimento de ensino era visto como um desafio, haja vista a seleção existente para garantir uma vaga entre o número limitado de vagas oferecidas, inicialmente pelos exames de admissão e, num segundo momento, pelo aumento da demanda em torno do ensino secundário.

Ademais, vale destacar que essa instituição manteve-se por muitos anos como sendo a única opção de educação pública de nível secundário na cidade, portanto, adentrar nessa escola demonstrava ser uma grande conquista social e educacional; conquista essa que era noticiada com destaque pela imprensa escrita local:

Como foi amplamente noticiado realizaram-se dia 30 p. p. as solenidades de formatura da primeira turma de Licenciados do nosso Ginásio Dr. Adhemar de Barros. Tal festividade que foi para a nossa cidade fato inédito, foi uma verdadeira apoteose. Para todos aqueles que tiveram a ventura de assisti-la e de vive-la será um dia inesquecível.

Dentre as solenidades cumpre-nos assinalar a Missa em ação de graças realizada na manhã de 30 pelo Vigário da Paróquia. Foi uma missa solene, cantada, no qual podemos salientar o feliz desempenho da Scola Cantorum da nossa Matriz que merece os mais efusivos parabens de toda cidade. Durante a Santa Missa receberam a comunhão os Licenciados e um grande numero de fieis. [...]

A tarde, às 15 horas ainda no Ginásio procedeu-se uma reunião de confraternização entre alunos e professores. Nesse momento foi homenageado o senhor José Bartholomeu Ferreira nosso estimado Prefeito Municipal, sendo lhe ofertada uma placa comemorativa [...].

Às 18 horas teve lugar no salão térreo do Cine Politeama a colação de grau dos Licenciados deste ano que são os seguintes: Andreolino C. Correia, Fernando W. de Carvalho, Heitor E. Bottura, José A. Torquio, Maria de Cassia C. Ferreira, Percy Gandini, Pirajá de Carvalho e Roberto Gabriel.

Literalmente repleto estava o Cine Politeama na noite de 30. Grande era a ansiedade de todos. Os Licenciados acompanhados das suas respectivas madrinhas e padrinho, receberam o pergaminho conquistado nos bancos

escolares, sob calorosos aplausos. [...] Às 22 horas teve início nos altos do Cine Politeama, um pomposo baile que se prolongou até as primeiras horas do dia seguinte. (ENCERRAMENTO, 1944).

Verificamos no relato do jornal A Comarca todo o aparato organizado em torno da formatura da primeira turma de licenciados do então Ginásio Municipal, evidenciando a importância que a sociedade local atribuía a tal escola. Entretanto, cabe-nos apontar que o número reduzido de alunos concluintes é quase que proporcional ao número de alunos ingressantes, conforme indica a Tabela 14:

TABELA 14: Alunos Matriculados em 1941

Série	Alunos		Total de Alunos
	Sexo Masculino	Sexo Feminino	
1ª Série	22	20	42
2ª Série	6	2	8
3ª Série	0	0	0
4ª Série	0	0	0
Total (por Gênero)	28	22	

FONTE: Arquivo da E. E. Prof. Henrique Morato – Prontuários dos Alunos

Como podemos observar, em 1941 a escola dispunha apenas de duas séries do primeiro ciclo do ginásio, sendo que a 2ª série contava apenas com 08 alunos, dado este que pode reforçar a hipótese de que anteriormente à fundação do Ginásio Municipal uma boa parte das crianças residentes em Matão, sobretudo àquelas em idade escolar, frequentavam somente o ensino primário, com o propósito principal de aprender a ler e a escrever (Vide Tabela 06), não dando assim continuidade aos seus estudos, provavelmente para auxiliar em atividades que envolvessem o orçamento familiar, ou em outros casos, não tinham condições financeiras para cursar o ensino secundário em outros municípios, como por exemplo, Araraquara, São Carlos e Ribeirão Preto.

Outro aspecto importante considerado em nossa análise é a procedência dos alunos, ou seja, o local onde residiam⁶⁴:

⁶⁴ Para definirmos o número de alunos residentes nas áreas urbanas e suburbanas de Matão, comparamos os endereços dos discentes com o Decreto Lei n. 31 de 19 de fevereiro de 1940, publicado na edição do jornal A Comarca datada de 10 de março do mesmo ano, que delimitou os perímetros urbano e suburbano da sede do Município e dos distritos de Dobrada e São Lourenço do Turvo.

TABELA 15: Localização da Residência dos Alunos Matriculados em 1941

Localidade	Total de Alunos
Matão – Área Urbana	43
Matão – Área Suburbana	-
Matão – Zona Rural	08
Distrito de Dobrada	02
Distrito de São Lourenço do Turvo	-

FONTE: Arquivo da E. E. Prof. Henrique Morato – Prontuários dos Alunos

A partir dos dados apresentados na tabela acima podemos perceber que aproximadamente 80% dos alunos ora matriculados residiam na região central da cidade – um espaço reduzido e concentrado –, onde se encontravam reunidas funções variadas necessárias ao funcionamento dessa pequena cidade, como por exemplo, a administração pública, a igreja, os estabelecimentos comerciais, bancários e de prestação de serviços e entretenimento.

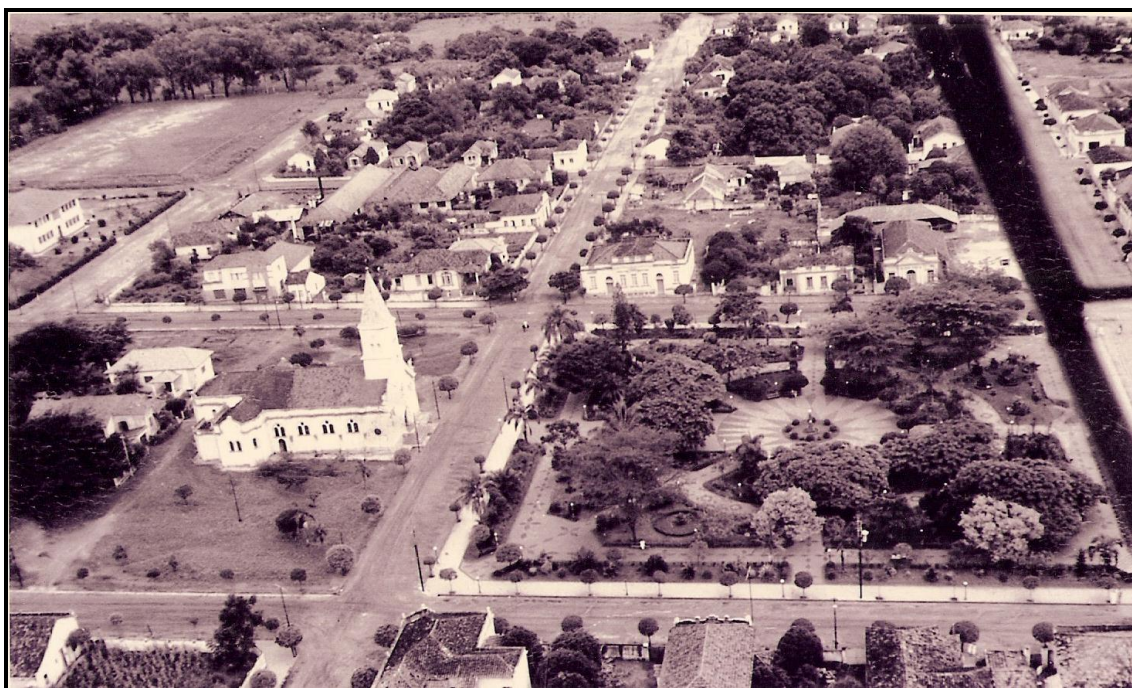


Foto 05: Área Urbana de Matão (Central) – 1950

FONTE: Casa da Cultura de Matão

Tal informação pode-nos sugerir que os alunos que frequentaram a escola ginásial de Matão nos seus primeiros anos de funcionamento provavelmente eram, em sua maioria, filhos de comerciantes, fazendeiros, profissionais liberais, funcionários públicos, etc., ou seja,

vinham de classes sociais mais abastadas, reforçando sobremaneira o caráter seletivo atribuído ao ensino secundário à época⁶⁵.

Percebe-se, entretanto, com o passar dos anos, que o Ginásio Estadual de Matão que até então atendia a um número reduzidíssimo de alunos, prioritariamente pertencentes a famílias possivelmente detentoras de um poder aquisitivo maior em relação às famílias que residiam na região periférica do município, ampliou o seu atendimento no que tange ao primeiro ciclo do ensino secundário, conforme mostra a tabela 16:

TABELA 16: Alunos Matriculados no 1º Ciclo do Ensino Secundário – Ginásio Estadual de Matão (1947-1965)

Ano	1º Ciclo do Ensino Secundário				Total de Alunos
	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	
1947	58	30	33	23	144
1948	64	48	28	17	157
1949	58	60	39	24	181
1950	56	49	45	28	178
1951	58	33	38	18	147
1952	54	44	27	28	153
1953	71	41	37	20	169
1954	73	54	36	23	186
1955	77	54	38	33	202
1956	61	63	42	24	190
1957	69	62	38	38	207
1958	61	71	42	30	204
1959	79	50	57	30	216
1960	81	55	53	32	221
1961	90	64	45	46	245
1962	78	87	65	43	273
1963	108	80	74	50	312
1964	121	94	76	58	349
1965	166	88	73	71	398

FONTE: Arquivo da E. E. Prof. Henrique Morato – Mapas de Movimento

Se compararmos o montante de alunos matriculados entre os anos de 1941 (53 alunos), 1950 e 1965, podemos verificar um crescimento vertiginoso de 751% de 1941 a 1965 na oferta de matrículas, entretanto verificamos um crescimento menor entre os anos de 1950 a 1965, ou seja, em um intervalo de 15 anos (224%), se comparado aos 09 anos de intervalo entre os anos de 1941 a 1950 (336%).

⁶⁵ Procuramos nos prontuários dos alunos pesquisados informações sobre a profissão dos pais, mas infelizmente não encontramos em nenhum deles alguma informação que apontasse nesse sentido, pois em nenhum dos formulários utilizados nesse período solicitava tais informações.

Utilizando-se da amostra dos prontuários dos alunos matriculados em 1950 e 1965, conforme podemos observar na tabela a seguir, constatamos que houve uma diminuição da concentração de matrículas de alunos residentes na área urbana da cidade com predominância na região central do município. Nesse contexto, podemos perceber um aumento gradativo dos alunos provindos da zona rural de Matão, favorecendo assim uma alteração na clientela escolar que a partir de então extrapolava os limites do centro da cidade.

TABELA 17: Localização da Residência dos Alunos do Ginásio Estadual de Matão (1950, 1965) - Amostra

Localidade	1950	1965
Matão (Zona Urbana – Centro)	27	29
Matão (Zona Urbana – Bairros)	03	02
Matão (Zona Rural) ⁶⁶	14	16
Distrito de Dobrada	05	02
Distrito de São Lourenço do Turvo	-	01
Não declarado	01	-
Total	50	50

FONTE: Arquivo da E. E. Prof. Henrique Morato – Prontuários dos Alunos

Quanto à situação socioeconômica dos alunos podemos considera-los pertencer a uma classe social ascendente a partir da profissão paterna, de acordo com os dados a seguir:

TABELA 18⁶⁷: Profissão dos Pais dos Alunos Matriculados no Ginásio Estadual de Matão (1950, 1965) - Amostra

Profissão do Pai	Incidência de Alunos	
	Ano de 1950	Ano de 1965
Comerciante	05	14
Agricultor	05	09
Funcionário Público	01	02
Tipógrafo	01	-
Bancário	01	01
Contador	01	-
Escriturário	01	02
Industrial	02	03

⁶⁶ Adotamos como critério para classificar a procedência dos alunos como sendo da zona rural, aqueles residentes em fazendas, incluindo os bairros de Toriba, Boa Vista, Silvânia e o Distrito de Bueno de Andrada.

⁶⁷ Elaboramos essa tabela a partir da consulta de 100 prontuários de alunos, sendo 50 prontuários de alunos matriculados no ano de 1950 e outros 50 prontuários de alunos matriculados em 1965, conforme enunciado no início desse capítulo, verificando a profissão do pai que por sua vez deveria ser declarada no formulário de requerimento de matrícula do estabelecimento de ensino em questão. Adotamos o critério de selecionar prontuários de alunos matriculados nas quatro séries do primeiro ciclo do secundário, de ambos os sexos. Com exceção da profissão agricultor, na qual aglutinamos as profissões “fazendeiro”, “lavrador” e “agricultor”, as demais profissões elencadas na referida Tabela foram transcritas na íntegra, de acordo com o que estava apresentado nos formulários analisados.

Operário	-	03
Mecânico	-	02
Açougueiro	01	-
Marceneiro	01	-
Carpinteiro	-	02
Farmacêutico	-	01
Ferrovário	-	03
Militar	-	01
Fiscal Agrícola	-	01
Pedreiro	-	01
Motorista	-	03
Aposentado	-	01
Não declarado	31	01
Total	50	50

FONTE: Arquivo da E. E. Prof. Henrique Morato – Prontuários dos Alunos

Nesse contexto, observamos que a diversidade das profissões paternas incidu em um perfil social mais variado do corpo discente, o qual a escola passou a incorporá-lo no seu cotidiano; ao mesmo tempo a sua representação social de prestígio foi sendo, de certa forma, mantida perante a sociedade local, uma vez que o Ginásio Oficial deixava de ser uma exclusividade dos grupos sociais economicamente mais privilegiados, mas ainda assim continuava sendo um apanágio para poucos.

Agregado às condições socioeconômicas, outro aspecto que deve ser considerado no ingresso ao ensino secundário trata-se do Exame de Admissão, cuja exigência perdurou até o início da década de 1960, constituindo uma efetiva contenção da demanda para essa etapa de estudos. Para submeter-se ao exame de admissão era necessário atender alguns pré-requisitos, conforme mostra a figura abaixo de um edital publicado na edição n. 1.488 do jornal A Comarca, datada de 07 de fevereiro de 1954:

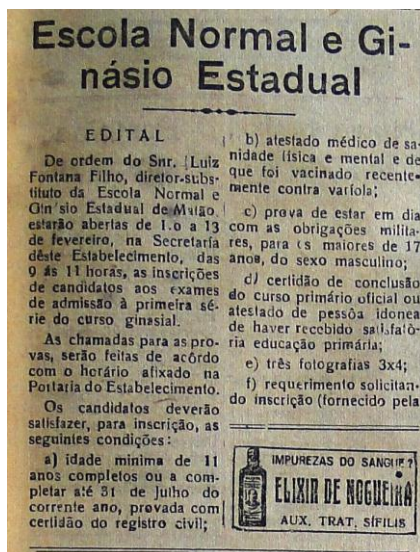


Foto 06: Anúncio de Edital de Exame de Admissão – Escola Normal e Ginásio Estadual de Matão

FONTE: Jornal A Comarca, n. 1.488, 07 fev. 1954.

Logo, é possível compreender que o acesso ao ensino secundário permanecia restrito a um número reduzido de crianças em idade escolar até a década de 1960, como evidenciam as tabelas a seguir:

TABELA 19: População de 5 a 14 anos que sabem ler e escrever (1950 e 1960)

Idade	1950		1960	
	Total	Sabem ler e escrever	Total	Sabem ler e escrever
5 a 9 anos	2.570	501	3.397	1.015
10 a 14 anos	2.587	1.541	2.115	1.877
Total	5.157	2.042	5.512	2892

FONTE: IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1950 (1954)⁶⁸ e Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1960 (1960)⁶⁹ (Fragmentos)

TABELA 20: Estudantes com idade entre 10 e 19 anos – Município de Matão (1960)

Idade	1960	
	Total	Estudantes
5 a 9 anos	3.397	1.058
10 a 14 anos	2.115	1.350
15 a 19 anos	3.570	973
Total	9.082	3.381

FONTE: IBGE, Censo Demográfico do Estado de São Paulo de 1960 (1960) (Fragmento)

⁶⁸ Vide IBGE, 1954. (t. I. p. 154-155).

⁶⁹ Vide IBGE, 1954. (t. XIII. p. 114-115).

Tendo por base a população com idade entre 10 e 19 anos apontada na tabela 20, verificamos que apenas 63% dos adolescentes matonenses com idade entre 10 e 14 anos eram estudantes, e tal percentual apresentou uma drástica redução para 27% quando nos referimos a faixa etária dos 15 a 19 anos, evidenciando assim um baixíssimo índice de acesso à escola secundarista, reforçando a importância da escola como um dos principais meios para alcançar melhores condições socioeconômicas, tão almejadas pelos alunos.

Entendemos, pois, que a alta seletividade do ensino secundário era vista como uma decorrência de um padrão de qualidade desejável, ratificado pela sociedade em torno do discurso da “boa escola pública”. Nas palavras de Nadai,

[...] esse conjunto de obstáculos a ser superado por aqueles que desejavam continuar os estudos transformou-se no que se poderia chamar “ritual de passagem” e se constitui no próprio fundamento da escola secundária seriada que se organizava no sentido de firmar a necessidade social da passagem dos jovens por ela. (NADAI, 1991, p. 34).

Em suma, constatamos que a precariedade do sistema educacional brasileiro, no que se refere ao número demasiadamente insuficiente de vagas nos estabelecimentos de ensino secundário, pode ser visto como um fator determinante na representação da escola secundária enquanto espaço destinado à formação das “elites condutoras do país”, em detrimento de uma grande massa popular que se encontrava fora da escola no período histórico analisado. Por outro lado, a imprensa local, ao invés de apontar a fragilidade de tal sistema na direção de pressionar o Estado a fim de propor políticas públicas visando à diminuição do déficit de vagas no ensino secundário, preferiu enaltece-lo, destacando os benefícios que a escola pode proporcionar aos “escolhidos” por ela.

5.2 O desafio de permanecer na escola secundária

Adentrar no ensino secundário era visto como um motivo de orgulho, uma verdadeira conquista tanto para o aluno quanto para seus familiares, pois tal instituição, como já dissemos, ostentava a aura do progresso e da ascensão social. Logo, vencida a barreira do acesso a esse nível de ensino, outro grande obstáculo sobrepunha-se aos alunos: o de se manter nos bancos escolares até a conclusão dos estudos.

A qualidade do prestigiado ensino secundário se dava primordialmente pela rigidez adotada no cotidiano escolar a partir das inúmeras avaliações a que os alunos eram submetidos no decorrer do ano letivo, contempladas desde a Reforma Francisco Campos. Souza aponta que,

[...] os alunos deveriam ser avaliados mediante arguições, trabalhos práticos, provas escritas parciais com atribuição da nota graduada de cinco em cinco pontos, de zero a cem. A média aritmética das notas atribuídas durante o mês seria computadas na média anual, constituindo a nota final dos trabalhos escolares. Os alunos deveriam fazer anualmente quatro provas escritas parciais para cada disciplina – nos meses de maio, julho, setembro e novembro –, cuja média daria a nota final das provas parciais. [...] No final do ano letivo, os alunos deveriam ser submetidos a provas finais constando, para cada disciplina, de prova oral ou prático-oral, versando sobre toda a matéria do programa. (SOUZA, 2008, p. 151-152).

Outrossim, a determinação imposta pela Reforma Francisco Campos, que mais tarde fora reforçada pela Reforma Capanema, institucionalizou a avaliação como mecanismo de seleção e símbolo da excelência do ensino secundário, valendo-se de uma formação humanista efetivada pela relevância dada ao ensino do Latim, a inclusão do Grego no curso clássico, à redistribuição das matérias literárias e científicas constantes nos programas e ao número de aulas semanais, prefigurando a importância de cada disciplina no projeto cultural de formação dos adolescentes e jovens (SOUZA, 2008).

Ginásio Municipal "Dr. Adhemar de Barros"
MATÃO – ESTADO DE SÃO PAULO

Nome do aluno Waldemar Caparelli

CARACTERÍSTICOS **EXAME DE ADMISSÃO**

Data do nascimento 16 de maio de 1928 Realizado no Gin. Mun. Dr. Adhemar de Barros
em Matão, --27 de fevereiro de 1941

Local Matão Estado São Paulo Por. (esc.) 75 (oral) 70 final 72
Arit. (esc.) 75 (oral) 80 final 77
Nome do pai Belarmino Caparelli Hist. do Brasil 70 Geografia 85
Ciências F. Naturais 80
Nome da mãe Camila Generosa Finotti Média Geral 75
Residência Matão Certificado expedido por:
Insp. Dr. Horacio Ramalho
Diretor Dr. Sylvio de Mattos Carvalho

1.ª SÉRIE ANO LETIVO DE 194 1

DISCIPLINA	ARGUIÇÕES									PROVAS PARCIAIS				Prova oral	Média condicional	Média Final
	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Média das arguições	1.a	2.a	3.a	4.a			
Português . . .	45	40	45	50	45	55	55	70	51	65	70	50	62	50		57
Francês	50	55	50	65	60	70	60	80	61	40	50	30	75	83		60
História	60	75	80	50	65	75	35	70	64	50	30	15	20	50		33
Geografia . . .	80	50	45	30	30	60	60	50	51	40	30	35	80	30		49
Matemática . .	50	50	45	60	65	60	65	70	58	30	50	65	70	60		60
Ciências	60	70	65	60	50	40	40	55	55	70	55	50	50	75		58
Desenho	70	70	50	60	70	70	50	60	62	--	--	--	--	50		56

Certificado expedido por _____ (Nome do estabelecimento)
Inspetor _____ Diretor _____

Média geral **53**

2.^a SÉRIE Ano letivo de 1942.....

Disciplinas	Arguições								P. par.		Média condic.	Prova oral	Nota da dis.
	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setemb.	Outub.	Novemb.	Méd. arguic.				
									1. ^a	2. ^a			
Português	6	6	6	6	7	6	5	6	6,0	6	3	6	6,3
Latim	7	6	8	6	5	6	6	7	6,6	2	7	7	5,3
Francês	10	7	9	6	6	7	8	7	7,5	3	5	6,6	6,4
Inglês	10	8	8	8	6	5	8	8	7,6	7	4	8	5,1
Matemática	5	6	6	7	6	6	7	8	6,3	2	9	6	6,4
Hist. Geral	7	5	7	6	3	5	8	8	6,1	3	4,5	6,6	6,9
Geografia Geral	7	4	5	9	6	9	7	5	6,2	6	5	6	5,6
Trab. Manuais													
Desenho	7	5	5	5	5	6	6	7	5,7			5	5,3

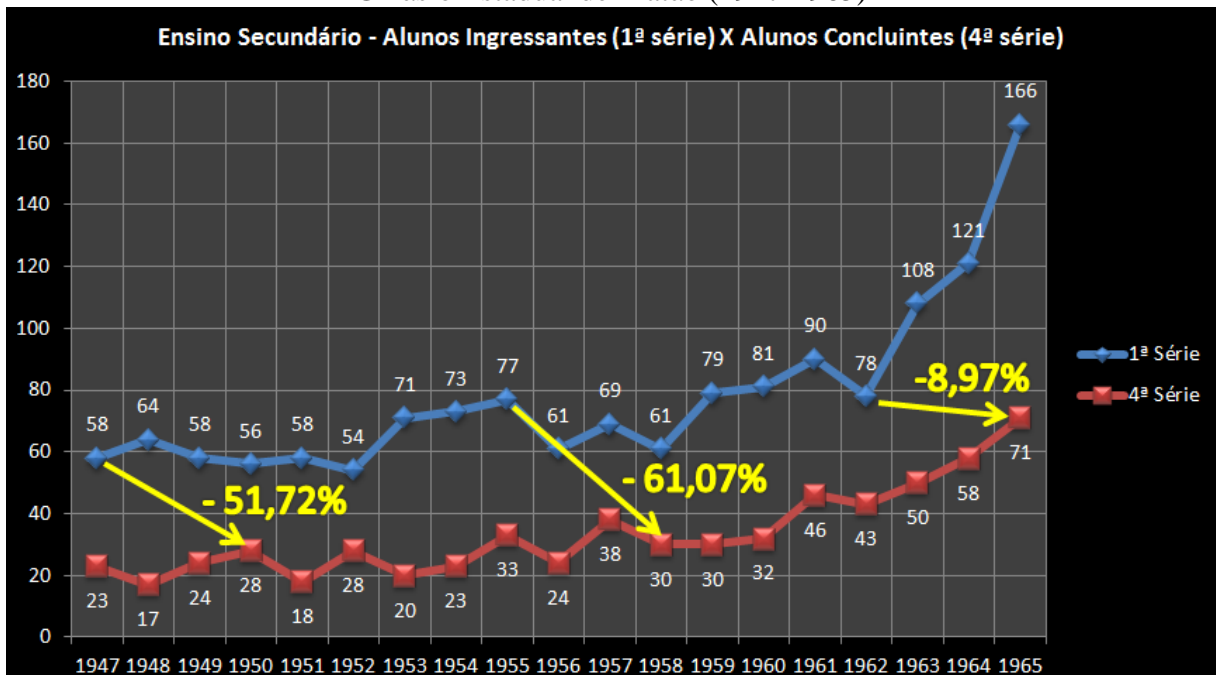
Média final *av. est. Adhemar (5,7)*

Certificado expedido por Ginásio Municipal Dr. Adhemar de Barros
 (Nome do estabelecimento)
 Diretor Dr. Sylvio de Mattos Inspetor Dr. Horacio Ramalho
 Modelo 4.244 - 28 Carvalho

Fotos 07 e 08 – Fichas para Registro de Avaliações – Década de 1940 (Fragmentos)
 FONTE: Arquivo da E. E. Prof. Henrique Morato – Prontuário de Aluno

Entendido como um forte mecanismo de seleção interna, o sistema de avaliação outrora implantado fez com que, no caso do município de Matão, entre as décadas de 1940 e 1960, ocasionasse um índice bem inferior de alunos concluintes (4^a série) se comparado ao número de alunos ingressantes (1^a série); em outras palavras, uma expressiva incidência de evasão escolar, como mostra o gráfico a seguir:

GRAFICO 3: Alunos Ingressantes *versus* Alunos Concluintes (Indicadores de Percentuais) – Ginásio Estadual de Matão (1947-1965)



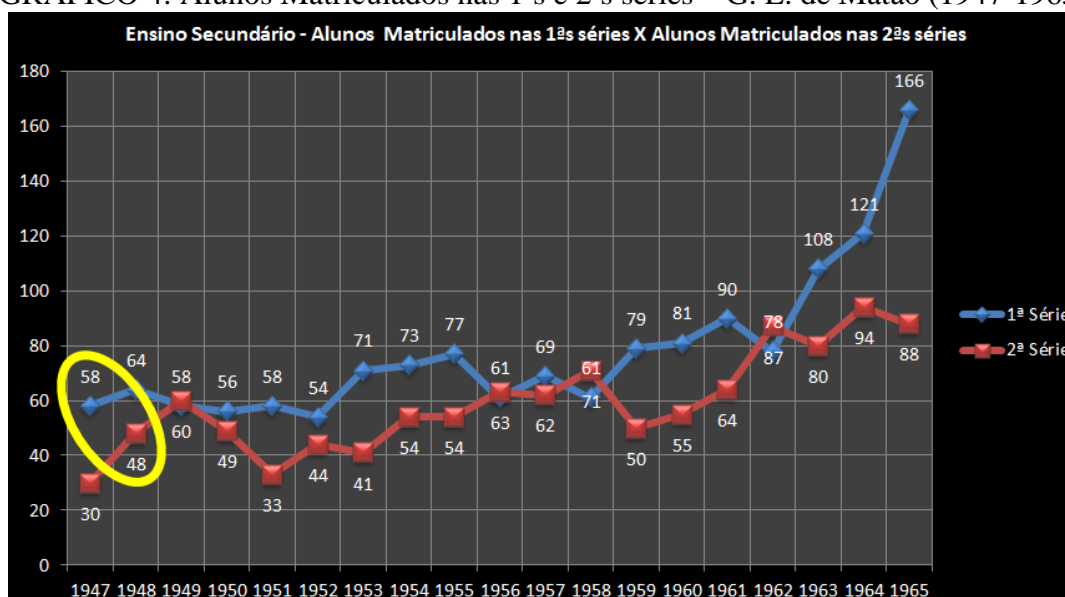
FONTE: Arquivo da E. E. Prof. Henrique Morato – Mapas de Movimento

A partir dos dados apresentados no gráfico acima, e confrontando-os com os dados fornecidos pelos Mapas de Movimento, podemos inferir que o déficit do número de alunos

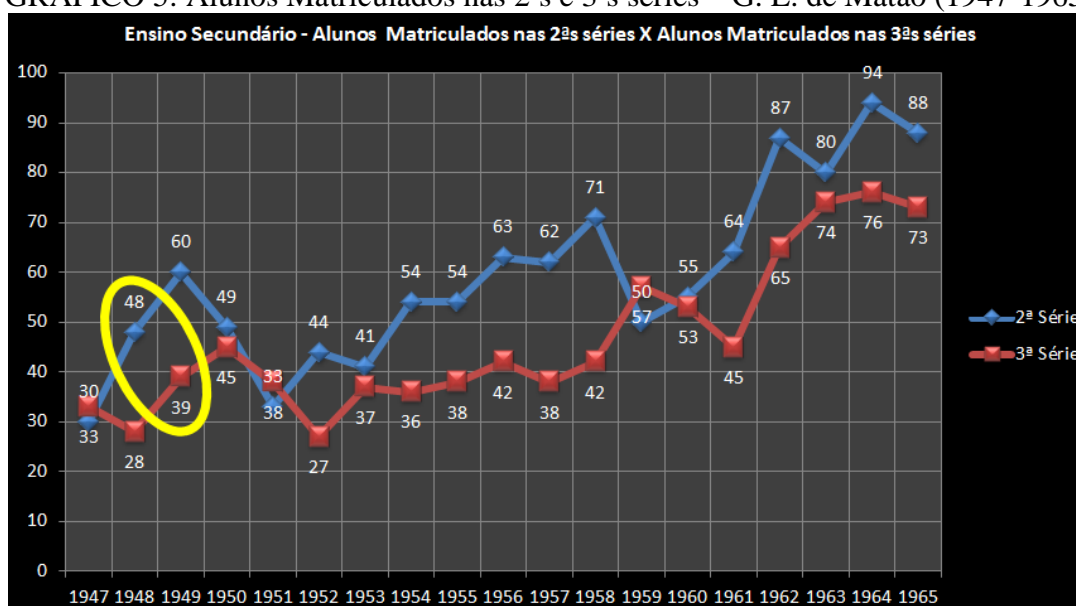
concluintes em relação ao número de alunos que ingressaram (quatro anos antes), deve-se principalmente pelo alto índice de repetência que levavam, em uma boa parte dos casos, à evasão escolar.

Para balizar nossas inferências, utilizamos como exemplo inicial os 58 alunos (26 meninos e 32 meninas) matriculados na primeira série no ano de 1947. Ao final do ano de 1947, verificou-se que apenas 01 aluno do sexo feminino havia sido eliminado, totalizando assim 57 alunos ao final do ano letivo. Entretanto, conforme mostra o Gráfico 04, verificamos que em 1948 a turma da 2ª série do Ginásio Estadual de Matão, ao invés de contar com 57 alunos, contava apenas com 48 discentes (19 meninos e 29 meninas), ou seja, 09 alunos a menos do que o previsto, o que representa um déficit de aproximadamente 16%, o que nos leva a entender que esses 09 alunos a menos do que o previsto possivelmente ficaram retidos ou desistiram de cursar o ginásial. Chegaram ao final do ano letivo de 1948, 47 alunos (18 meninos e 29 meninas), contudo, iniciaram a 3ª série em 1949 apenas 39 alunos (15 meninos e 24 meninas) (Gráfico 05). Ao montante dessa turma, adicionamos 01 aluna que veio transferida de outro ginásio estadual e subtraímos 01 aluna outrora eliminada, perfazendo um montante 39 alunos (15 meninos e 24 meninas), apontando uma redução de 17% em relação ao ano anterior. Na 4ª série (ano de 1950) foram matriculados 28 alunos (10 meninos e 18 meninas) (Gráfico 06) que finalizaram o primeiro ciclo do ensino secundário, sinalizando uma diminuição ainda maior: cerca de 28%, se comparado ao número de alunos que encontravam-se matriculados no final do ano anterior.

GRÁFICO 4: Alunos Matriculados nas 1ªs e 2ªs séries – G. E. de Matão (1947-1965)

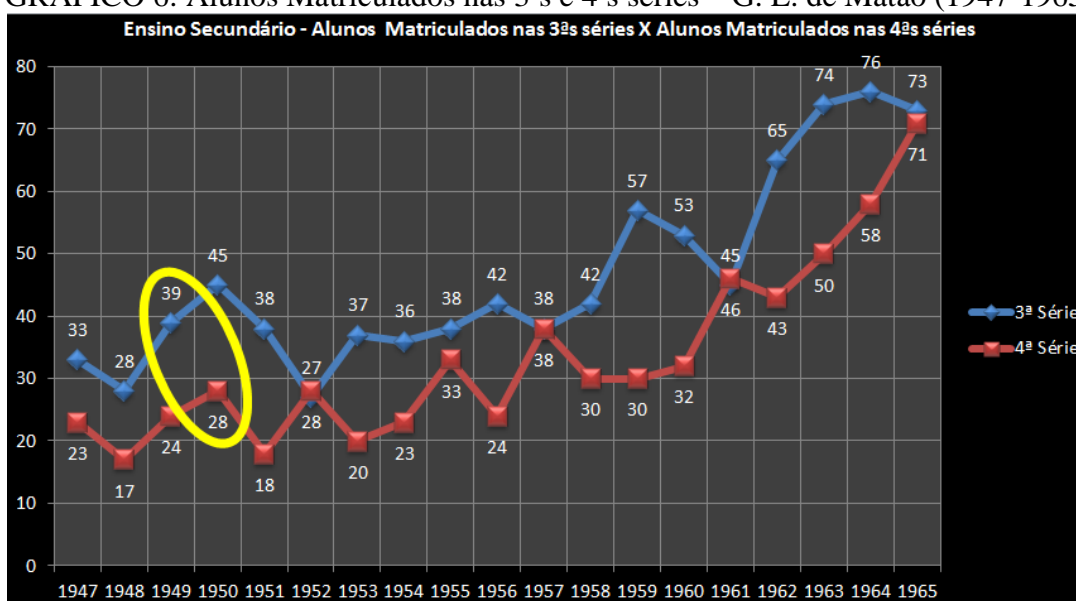


FONTE: Arquivo da E. E. Prof. Henrique Morato – Mapas de Movimento

GRÁFICO 5: Alunos Matriculados nas 2^{as} e 3^{as} séries – G. E. de Matão (1947-1965)

FONTE: Arquivo da E. E. Prof. Henrique Morato – Mapas de Movimento

GRÁFICO 6: Alunos Matriculados nas 3ªs e 4ªs séries – G. E. de Matão (1947-1965)



FONTE: Arquivo da E. E. Prof. Henrique Morato – Mapas de Movimento

A partir dessa primeira análise, apontamos como hipótese que no início da década de 1950 a retenção provavelmente deve ter sido o principal motivo pelo baixo índice de alunos concluintes com 04 anos de escolarização, associada à evasão escolar gerada por desistências, transferências para outros estabelecimentos de ensino, etc.⁷⁰ Vale ainda destacar que as

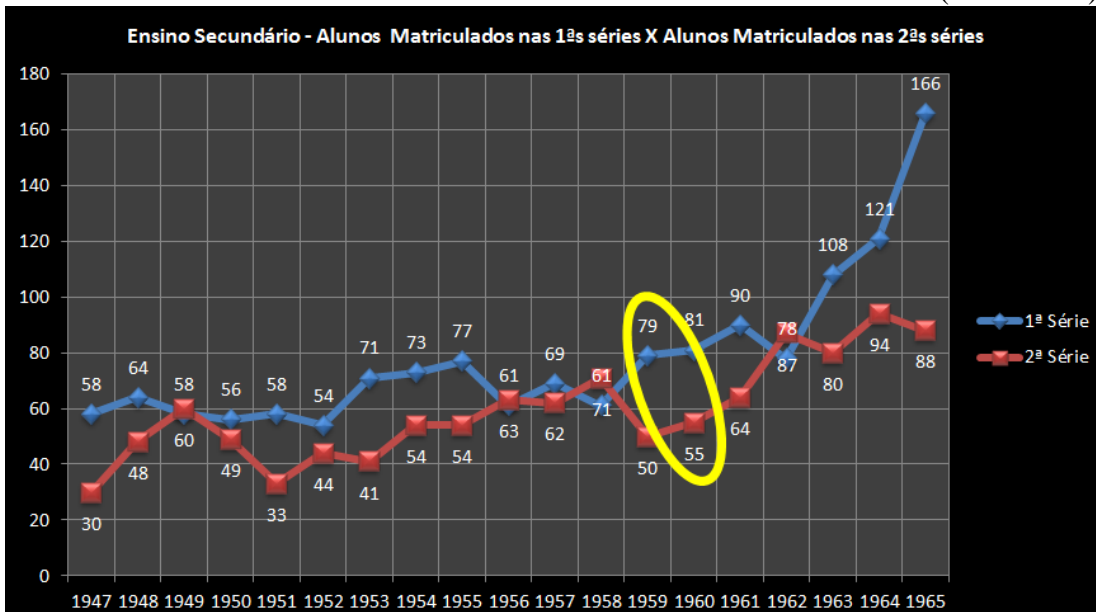
⁷⁰ Não foram encontrados documentos no Arquivo da E. E. Prof. Henrique Morato que pudessem comprovar nossa hipótese, entretanto não a descartamos haja vista a incidência do baixo índice de alunos concluintes durante todo o período estudado, e que puderem ser comprovados nos anos de 1959, 1960, 1961, por meio dos Livros de Matrículas do estabelecimento de ensino em questão.

demais séries do primeiro ciclo do ensino secundário oferecido pelo Ginásio Estadual de Matão, nos anos analisados, sem exceções, também evidenciaram índices de déficit no número de alunos matriculados, reforçando o caráter seletivo da escola.

Diante do exposto, mesmo com as mudanças significativas decorrentes da reformulação do currículo ocorrida em 1951 e posteriormente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação sancionada em 1961, pudemos verificar numa segunda análise que a retenção nos primeiros anos da década de 1960 permaneceu como fator principal do número reduzido de alunos concluintes no tempo mínimo previsto de 04 anos. Para tanto, adotamos como objeto de análise os alunos matriculados nas duas turmas de 1ª série de 1959. Totalizando 79 alunos (35 meninos e 44 meninas), 02 desses alunos (do sexo feminino) foram eliminados e, além disso, ficaram retidos nessa série um total de 19 crianças (14 meninos e 05 meninas), restando 58 alunos aptos para cursar a 2ª série no ano seguinte (Gráfico 07). Em 1960, foram matriculados na 2ª série, 55 alunos (20 meninos e 35 meninas) e desses, 10 alunos (06 meninos e 04 meninas) estavam cursando tal série pela segunda vez. Nesse ponto, percebemos um índice elevado de evasão escolar logo nas séries iniciais do ensino secundário, pois dos 58 alunos aprovados no ano anterior, apenas 45 deram prosseguimento aos estudos, ou seja, 13 alunos não continuaram os seus estudos, mesmo tendo sido considerados promovidos no ano anterior. Ao que tudo indica, no final do ano letivo de 1960, 43 alunos foram considerados aptos a cursar a 3ª série em 1961 e, somados a 01 aluno repetente (da 3ª série no ano de 1960) e 01 aluno transferido de outra escola, constituiu-se a turma de 3ª série com 45 alunos para o ano letivo de 1961 (Gráfico 08). Em 1962, a turma da 4ª série foi composta por 43 alunos, revelando uma sutil redução do número de alunos em relação ao ano anterior (Gráfico 09).

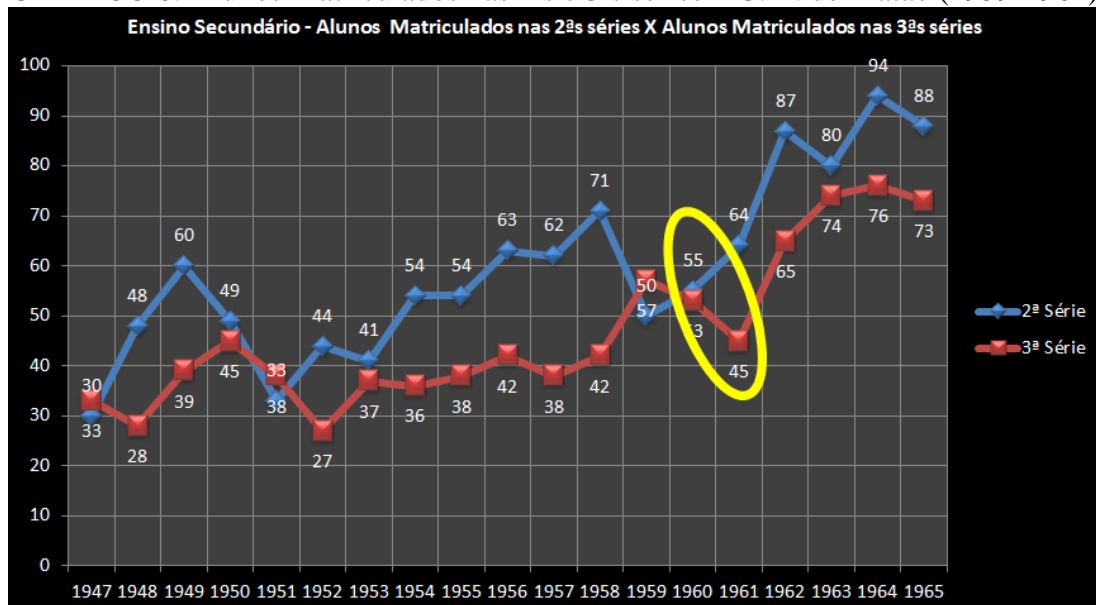
Com base nos dados apresentados podemos deduzir que no final da década de 1950 e início da década de 1960, a maior incidência de repetência ocorria logo na primeira série do ensino secundário, fator esse que ocasionava um aumento do índice de evasão escolar. Observamos ainda que o percentual de repetência da turma analisada reduz gradativamente entre os anos de 1959 e 1962. Contudo, se compararmos o número de alunos ingressantes com o número de alunos concluintes ao longo de todo o período estudado, admitimos a existência de uma oscilação que indica um maior distanciamento do número de alunos ingressantes nas séries finais do primeiro ciclo do ensino secundário, reforçando o alto índice de evasão apresentado no Gráfico 03.

GRÁFICO 7: Alunos Matriculados nas 1ªs e 2ªs séries – G. E. de Matão (1959-1962)

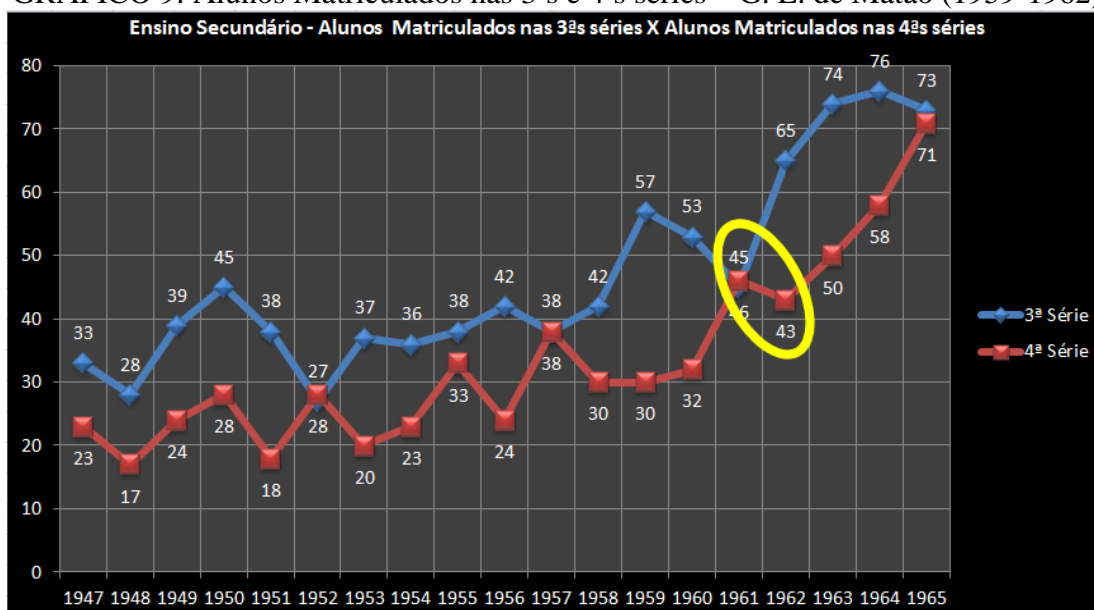


FONTE: Arquivo da E. E. Prof. Henrique Morato – Mapas de Movimento

GRÁFICO 8: Alunos Matriculados nas 2ªs e 3ªs séries – G. E. de Matão (1959-1962)



FONTE: Arquivo da E. E. Prof. Henrique Morato – Mapas de Movimento

GRÁFICO 9: Alunos Matriculados nas 3^{as} e 4^{as} séries – G. E. de Matão (1959-1962)

FONTE: Arquivo da E. E. Prof. Henrique Morato – Mapas de Movimento

Ao ratificar que a boa escola pública, símbolo da eficiência e da qualidade, deveria ser algo a ser perseguido, mas difícil de ser conquistado, a sociedade matonense conferiu ao seu Ginásio Estadual um status que o posicionava com uma instituição que prestava serviços de extrema relevância à cidade, proporcionando uma perspectiva de desenvolvimento socioeconômico em âmbito local. Por isso, a rigidez e a seletividade eram considerados aspectos imprescindíveis para garantir os objetivos da política educacional da época para esse nível de ensino. Logo, as representações individuais produzidas pelos munícipes, tornam-se, ao mesmo tempo, representações coletivas e, a partir disso, é possível compreender a “visão de mundo” que as pessoas possuem e os motivos que as levam a agir de determinadas maneiras, construindo assim uma realidade social em torno do acesso e permanência na escola pública secundária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de qualidade para todos é um desejo comum da sociedade brasileira, afinal, é pelo intermédio de um sistema de ensino de excelência que tanto almejamos que perpassam todas as condições necessárias para se garantir melhores condições de vida para a população e, por conseguinte, de desenvolvimento do país. Sendo essa uma premissa incontestável, a grande questão que emerge nesse debate é: por que nossa sociedade ainda não usufrui de uma política pública educacional eficiente e extensiva a todas as camadas sociais para que seja possível alcançar todos os patamares desejados, sejam eles de ordem econômica, social, política e cultural? Por que a qualidade e a quantidade não podem ser proporcionadas simultaneamente quando falamos de educação?

Se por um lado o saudosismo da política educacional adotada na Era Vargas para um ensino secundário de excelência vem à tona no debate educacional, impregnada da rigidez no cotidiano escolar e pela diferenciação social conferida por essa escola, por outro lado, temos a convicção que se tratava de uma oportunidade concedida a poucos, excluindo da escola uma massa esmagadora que se via à margem da possibilidade de ascender socialmente por não poder frequentá-la.

No âmbito desse estudo procuramos compreender, a partir do exemplo ocorrido no município de Matão, como se deram as relações políticas entre Estado e Município no processo de expansão da rede de estabelecimentos de ensino secundário no Estado de São Paulo a partir da década de 1930. Verificamos que durante a ditadura de Getúlio Vargas, os Interventores Federais, em âmbito paulista, tiveram um papel importante no aumento do número de ginásios oficiais; entretanto, tal expansão foi possível somente graças à contrapartida financeira e/ou material dos municípios que, pressionados pela demanda populacional, atendiam as exigências impostas pelo governo estadual.

Nesse sentido, averiguamos que dos 58 ginásios oficiais criados entre 1930 e 1947, 55 tiveram participação dos municípios para que sua instalação se efetivasse, ou seja, 95% do número total de estabelecimentos criados, traduzindo assim uma efetividade da política educacional proposta, atrelada ao anseio dos municípios que viam no ensino secundário uma necessidade premente, seja para seu desenvolvimento socioeconômico local ou para o privilegiamento do poder público local para atender um restrito grupo social, e com isso utilizar a escola como instrumento de diferenciação social. Entretanto, essa atuação dos municípios pode ser também interpretada como estratégia política para forçar o governo estadual a assumir a difusão do ensino secundário. Seria esse o caminho para a expansão do

ensino secundário? No nosso entendimento essa hipótese se confirma, haja visto o prestígio que o Poder Executivo local acumulava a partir da inauguração de grandes obras de interesse público, em grande parte subvencionadas pelo Poder Executivo Estadual, e dentre elas, destacamos os ginásios oficiais. Diante disso, esse estudo revelou a importância que os municípios tiveram na expansão do ensino secundário no Estado de São Paulo e a necessidade de uma revisão da historiografia sobre o tema.

Igualmente, o que nos chamou a atenção é a instalação de ginásios oficiais em municípios que possuíam (e até hoje possuem) pouca representatividade socioeconômica perante o Estado, em detrimento a outros municípios com maior relevância e que por sua vez não foram contemplados à época com um estabelecimento de ensino secundário. Verificamos, pois, que não haviam critérios específicos que norteavam um estudo prévio que determinasse a real necessidade da instalação (ou não) de um ginásio oficial em um determinado município; pelo contrário, o que ficou evidente é que a expansão dos ginásios oficiais durante a Era Vargas atendia prioritariamente a interesses políticos, de modo que um determinado grupo político – aliado ao Estado Novo –, se mantivesse no poder no âmbito municipal.

Com o fim da Era Vargas e o ressurgimento da democracia em nível nacional, constatamos que no Estado de São Paulo a expansão da rede de estabelecimentos de ensino secundário foi fortemente impulsionada pela ação dos deputados estaduais que viam na demanda crescente por esse nível de ensino uma grande oportunidade política. Mais uma vez, a adoção de uma análise prévia que permitisse indicar as reais necessidades dos municípios paulistas em torno dos ginásios oficiais cedeu lugar a critério nenhum, ou melhor, ao critério dos deputados estaduais que barganhavam melhorias nas cidades e, dentre elas a criação de escolas, em troca da manutenção e/ou ampliação de seus redutos eleitorais.

Valendo-se do “dever precípua do Estado” no que tange em oferecer escolas “em quantidade que atenda as reais necessidades da população”, podemos concluir que a ação dos deputados estaduais e dos políticos locais, no que se refere à expansão do ensino secundário no município de Matão, teve um cunho meramente eleitoreiro e extremamente ineficaz, pois continuou mantendo uma grande parte da população em idade escolar privada de frequentar à escola, reforçando o caráter seletivo da escola secundária.

Outro aspecto relevante que constatamos nesse trabalho refere-se à atuação da imprensa escrita local que, desde a fase embrionária do então Ginásio Municipal e perpassando pelas transformações institucionais que culminaram com a instalação do Instituto de Educação em Matão, restringiu-se exclusivamente em enaltecer o papel desempenhado por tais atores políticos, sejam eles o Prefeito, o Interventor Federal ou os deputados estaduais,

omitindo-se da sua função primordial de esclarecer a população quanto ao déficit educacional que se mantinha no município, evidenciando, por conta disso, ter servido a grupos políticos ao longo do recorte histórico estudado.

Ademais, a imprensa ainda teve um papel importante em reforçar a representação social do Ginásio Estadual de Matão enquanto estabelecimento de ensino destinado à uma pequena parcela de matonenses, seja noticiando cerimônias promovidas pela escola como, por exemplo, de formaturas, ou ainda transmitindo comunicados sobre exames de admissão e descrição detalhada dos modelos de uniforme escolar (de uso obrigatório), entre outros.

Estudar no Ginásio Estadual de Matão era visto como motivo de orgulho, uma verdadeira conquista, tanto para os alunos como para seus familiares, conferindo-lhes certo “status” social perante a comunidade local. Notamos essa conotação, sobretudo a partir da imprensa, que por sua vez, descrevia com detalhes alguns eventos escolares promovidos, em especial, as formaturas, informando inclusive os nomes dos formandos que eram, na maioria das vezes, em número muito reduzido se comparado ao número de ingressantes.

Ao analisarmos os livros de matrículas, prontuários de alunos e outros documentos escolares do nosso objeto de estudo, verificamos que vencida a barreira do acesso à escola, obstáculo maior ainda era permanecer nela até a conclusão do primeiro ciclo do ensino secundário. Tal obstáculo se dava primordialmente pela rigidez do sistema de avaliação que contemplava arguições, provas, trabalhos práticos, exames orais, etc., ocasionando um índice considerável de repetência e, por conseguinte, de evasão escolar. Nesse ponto, podemos inferir que os resultados negativos obtidos pelos alunos reafirmavam a representação da escola perante a sociedade enquanto estabelecimento de ensino de elevada qualidade.

Com efeito, nesse estudo pudemos verificar que a expansão do ensino secundário nas cidades do interior do Estado de São Paulo entre as décadas de 1940 e 1960, como no caso do município de Matão, manteve um padrão de seletividade que proporcionou à época uma diferenciação do seu ginásio oficial, garantindo um status desse estabelecimento de ensino frente à sociedade local. Portanto, há de se destacar que estudos em torno de instituições escolares criadas em municípios do interior paulista em meados do século XX revelam-se um recurso potencial para compreender o papel que a escola secundária exercia na sociedade em geral; além disso, possibilita resgatar a história da educação brasileira, sobretudo no que se refere às questões pouco investigadas na historiografia da educação paulista, como as que foram abarcadas nesse trabalho.

FONTES

A VERDADE sobre a Escola Normal. **A Comarca**, Matão, ed. 1.295, 16 abr. 1950.

BRASIL. Censo Educacional 2009. **Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 ago. 2011.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em: 15 ago. 2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 mai. 2012.

_____. Decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930. Institue o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1930a.

_____. Decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, 1930b.

_____. Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. **Diário Oficial da União**, 1931a.

_____. Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931. Crêa o Conselho Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, 1931b.

_____. Decreto n. 21.241, de 04 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1932.

_____. Decreto-lei n. 868, de 18 de novembro de 1938. Cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário. **Diário Oficial da União**, 1938a.

_____. Decreto-lei n. 969, de 21 de dezembro de 1938. Dispõe sobre os recenseamentos gerais do Brasil. **Diário Oficial da União**, 1938b.

_____. Decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 1938c.

_____. Decreto-lei n. 2.141, de 15 de abril de 1940. Regulamenta a execução do Recenseamento Geral de 1940, nos termos da decreto-lei n. 969, de 21 de dezembro de 1938. **Diário Oficial da União**, 1940.

_____. Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. **Diário Oficial da União**, 1942a.

_____. Decreto-lei n. 4.244, de 09 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. **Diário Oficial da União**, 1942b.

_____. Decreto-lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei orgânica do Ensino Comercial. **Diário Oficial da União**, 1943.

_____. Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Primário. **Diário Oficial da União**, 1946.

_____. Lei Constitucional n. 14, de 17 de novembro de 1945. Extingue o Tribunal de Segurança Nacional e dispõe sobre a competência para o processo e julgamento de crimes contra existência, a segurança e a integridade do Estado a guarda e o emprego de economia popular. **Diário Oficial da União**, 1945.

_____. Registros de Partidos Políticos 1945 a 1979. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2012. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registros-de-partidos-politicos-1945-a-1979>>. Acesso em 29 set. 2012.

DECUS in Labore. **A Comarca**, Matão, ed. 784, 15 dez. 1940.

DEFINITIVAMENTE resolvida a criação do Gymnasio. **A Comarca**, Matão, ed. 786, 29 dez. 1940.

E. E. PROF. HENRIQUE MORATO. **Livro Ata de Reuniões Pedagógicas da Escola Normal**. Matão, 1948-1950. Arquivo da escola. livro n. 104.

_____. **Livro de Matrículas**. Matão, 1947-1969. Arquivo da escola. livros n. 208, 209, 210, 211, 212, 213, 213, 250, 252.

_____. **Mapas de Movimento**. Matão, 1947-1965. Arquivo da escola.

_____. **Prontuário de Aluno**. Matão, 1941. Arquivo da escola. n. 1926, 1939, 1965, 1986, 1988, 1990, 1992, 1993, 1994, 1995, 1997, 1999, 2000, 2001, 2003, 2004, 2005, 2011, 2013, 2016, 2018, 2020, 2057, 2071, 2074, 2075, 2076, 2077, 2079, 2082, 2086, 2088, 2090, 2097, 2098, 2100, 2104, 2106, 2108, 2109, 2110, 2112, 2114, 2115, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2127, 2070, 2073, 2096.

_____. **Prontuário de Aluno**. Matão, 1950. Arquivo da escola. n. 123, 124, 128, 130, 135, 139, 148, 149, 155, 157, 163, 177, 179, 180, 183, 184, 188, 190, 197, 205, 224, 226, 231, 232, 238, 240, 246, 248, 252, 278, 291, 301, 314, 346, 358, 359, 360, 364, 366, 376, 377, 380, 383, 389, 402, 407, 452, 458, 474, 477

_____. **Prontuário de Aluno**. Matão, 1965. Arquivo da escola. n. 1111, 1114, 1117, 1122, 1126, 1130, 1134, 1141, 1143, 1144, 1147, 1149, 1156, 1157, 1158, 1206, 1230, 1237, 1253, 1257, 1258, 1260, 1270, 1290, 1304, 1312, 1317, 1323, 1324, 1325, 1329, 1349, 1356, 1361, 1376, 1379, 1385, 1398, 1399, 1402, 1469, 1491, 1566, 1587, 1663, 1683, 1714, 1744, 2168, 2183

EM VÉSPERAS de iniciar um novo anno administrativo: um rápido esboço do programma do sr. Prefeito para o próximo exercício. **A Comarca**, Matão, ed. 781, 24 nov. 1940.

ENCERRAMENTO do Ano Letivo do nosso Ginásio com grandes festividades. **A Comarca**, Matão, ed. 938, 09 jan. 1944.

GINÁSIO Estadual de Matão. **A Comarca**, Matão, ed. 1.137, 23 jan. 1947.

GINÁSIO Municipal. **A Comarca**, Matão, ed. 791, 02 fev. 1941.

GINÁSIO Municipal Dr. Adhemar de Barros. **A Comarca**, Matão, ed. 987, 09 jul. 1944.

GINÁSIO. **A Comarca**, Matão, ed. 894, 21 fev. 1943.

GYMNASIO Municipal: coroados de pleno êxito os esforços do Sr. Prefeito Municipal para criação do nosso Gymnasio. **A Comarca**, Matão, ed. 782, 01 dez. 1940a.

GYMNASIO Municipal. **A Comarca**, Matão, ed. 783, 08 dez. 1940b.

GYMNASIO Municipal “Dr. Adhemar de Barros” de Matão. **A Comarca**, Matão, ed. 798, 23 mar. 1941a.

GYMNASIO Municipal: Missa em Ação de Graças pela abertura das aulas. **A Comarca**, Matão, ed. 798, 23 mar. 1941b.

IBGE. **Censo do IBGE 2010**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 17 ago. 2011.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil de 1940**: Série Regional Parte XVII – São Paulo, Censo Demográfico, Rio de Janeiro, 1950. t. I, II, III.

IBGE. **Censo Demográfico do Estado de São Paulo (1950)**, Série Regional. Rio de Janeiro, 1954. v. XXV, t. I-III

IBGE. **Censo Demográfico de 1960**: São Paulo, Série regional. Rio de Janeiro, 1960, v. I, t. XIII.

IBGE. **Censo Agrícola de 1960**: São Paulo, Série regional. Rio de Janeiro, 1960, v. IV, t. XI.

IBGE. **Censo Industrial de 1960**: São Paulo, Série regional. Rio de Janeiro, v. III, t. VI.

INSTITUTO de Educação. **A Comarca**, Matão, ed. 2.070, 08 jan. 1966.

MAIS um passo largo no desenvolvimento do ensino em Matão. **A Comarca**, Matão, ed. 1.851, 02 jul. 1961.

MATÃO está de parabéns. **A Comarca**, Matão, ed. 1.131, 12 jan. 1947.

MATÃO, **Declaração**. Prefeitura Municipal de Matão, 06 nov. 1948.

_____. **Livro de Atas de Sessões da Câmara Municipal**. Câmara Municipal, 1930-1949.

_____. **Registro de Leis, Decretos e Atos, de 30/01/1917 a 09/09/1943.** Câmara Municipal, 1917-1944, v. 1.

_____. **Registro de Leis, Decretos, etc., de 06/12/1943 a 30/12/1954.** Câmara Municipal, 1943-1954, v. 2.

MATTÃO sob o governo do sr. José Bartholomeu Ferreira. **A Comarca**, Matão, ed. 751, 29 abr. 1940.

MUNICIPIO de Mattão: homens e cousas do passado, num breve retrospecto histórico – como se vem processando, através de pouco mais de quatro décadas, a evolução das nossas possibilidades economicas e sociaes – o actual surto de progresso do município e seus principaes factores. **A Comarca**, Matão, ed. 751, 29 abr. 1940.

PREFEITURA Municipal. **A Comarca**, Matão, ed. 670, 18 set. 1938a.

PREFEITURA Municipal: a posse do snr. Major Joakim Gabriel de Carvalho, no cargo de Prefeito Municipal de Mattão. **A Comarca**, Matão, ed. 671, 25 set. 1938b.

SÃO PAULO. Decreto n. 5.884, de 21 de abril de 1933. Código de Educação do Estado de São Paulo. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 1933.

_____. Constituição do Estado de São Paulo de 1947. **Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**, 1947b. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/portal/site/Internet/menuitem.72bc967820cffe2eca76e110f20041ca/?vgnextoid=171a50d649467110VgnVCM100000590014acRCRD>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. Decreto n. 8.998, de 16 de fevereiro de 1938. Cria um gymnasio em Pirajuhy. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 1938a.

_____. Decreto n. 9.784, de 03 de dezembro de 1938. Crea um Ginásio em Rio Claro. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 1938b.

_____. Decreto n. 10.334, de 21 de junho de 1938. Crea um Ginasio Estadual em Caçapava. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 1939a.

_____. Decreto n. 10.709, de 21 de novembro de 1939. Crea um Ginásio Estadual em Itapira. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 1939b.

_____. Decreto-lei n. 16.871, de 10 de fevereiro de 1947. Dispõe sobre a criação de um Ginásio Estadual. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 1947a.

_____. Decreto n. 17.698, de 26 de novembro de 1947. Aprova a Consolidação mandada elaborar pelo Decreto n. 17.211, de 13 de maio de 1947. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 1947c.

_____. Decreto n. 17.974, de 16 de fevereiro de 1948. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, 1948.

_____. Lei Estadual n. 499, de 07 de maio de 1897. Crea o districto de paz do “Mattão”, no município de Araraquara. **Diario Oficial do Estado de São Paulo**, 1897.

_____. Lei Estadual n. 567, de 27 de agosto de 1898. Eleva à categoria de município o districto de paz do “Mattão”. **Diario Oficial do Estado de São Paulo**, 1898.

_____. Lei n. 684, de 12 de abril de 1950. Determina que passem a funcionar como colégio os ginásios estaduais de São Roque, Andradina e Igarapava, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, 1950a.

_____. Lei n. 6.173 de 14 de julho de 1961. Dispõe sôbre o funcionamento, como Colégio, do Ginásio de Matão. **Diário Oficial do Estado**. 1961c.

_____. Lei n. 9.179, de 13 de dezembro de 1965. Transforma em Instituto de Educação o Colégio Estadual “Prof. Henrique Morato”, de Matão. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. 1965e.

_____. **Projeto de Lei n. 410, de 1948**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 26 ago. 1948.

_____. **Parecer n. 1.412, de 14 de julho de 1949**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1949a.

_____. **Parecer n. 2.814, de 24 de novembro de 1949**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1949b.

_____. **Parecer n. 49, de 22 de dezembro de 1949**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1949c.

_____. **Parecer n. 229, de 28 de fevereiro de 1950**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1950b.

_____. **Parecer n. 313, de 17 de março de 1950**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1950c.

_____. **Projeto de Lei n. 738, de 1958**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1958a.

_____. **Parecer n. 1.958, de 05 de setembro de 1958**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1958b.

_____. **Parecer n. 1.123, de 20 de fevereiro de 1959**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1959a.

_____. **Parecer n. 988, de 19 de junho de 1961**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1961a.

_____. **Parecer n. 1.124, de 24 de junho de 1959**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1959b.

_____. **Projeto de Lei n. 343, de 1961.** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1961b.

_____. **Parecer n. 1.869, de 08 de agosto de 1961.** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1961d.

_____. **Parecer n. 1.870, de 20 de setembro de 1961.** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1961e.

_____. **Parecer n. 2.523, de 23 de outubro de 1961.** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1961f.

_____. **Projeto de Lei n. 1.424, de 1964.** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 12 nov. 1964.

_____. **Parecer n. 501, de 04 de janeiro de 1965.** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1965a.

_____. **Parecer n. 1.896, de 11 de agosto de 1965.** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1965b.

_____. **Parecer n. 2.173, de 26 de agosto de 1965.** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1965c.

_____. **Parecer n. 3.615, de 24 de novembro de 1965.** Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1965d.

UM ANNO de governo municipal. **A Comarca**, Matão, ed. 751, 29 abr. 1940.

UM DIA festivo para a população matonense: será assentada hoje a primeira pedra do edifício do nosso Ginásio Municipal. **A Comarca**, Matão, ed. 843, 08 fev. 1942.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, G. C. **Município, federação e educação: história das instituições e das idéias políticas no Brasil**. São Paulo: USP. Tese de Doutorado em Educação, 2005.
- BEISIEGEL, C. R. **Ação política e expansão da rede escolar**. Pesquisa e Planejamento, n. 8, São Paulo, 1964.
- BICUDO, J. C.. **O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação** (de 1931 a 1941 inclusive). São Paulo: José Magalhães, 1942. p. 639.
- BURKE, P.. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CALIMAN, A. A. (Coord.). **Legislativo Paulista: parlamentares, 1835-2011**. 4. ed. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2011.
- CAMPOS, R. D. **Mulheres e crianças na imprensa paulista, 1920-1940: educação e história**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CANNABRAVA FILHO, P. **Adhemar de Barros: trajetória e realizações**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2004.
- CASALECCHI, J. E. **O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.
- CORTELLA, M. S. A reconstrução da escola: a educação municipal de São Paulo de 1989 a 1991. **Em aberto**. Brasília, ano 11, n. 53. jan./mar. 1992.
- DAVIDOFF, C. H. Revolução de 1932. **Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro**. São Paulo: FGV/CPDOC. Disponível em <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 10 set. 2011.
- DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre. v.32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5520/4015>>. Acesso em: 30 out. 2011.
- FGV/CPDOC. **Assembléia Nacional Constituinte (ANC)**, 2012. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/glossario/anconstituente>>. Acesso em: 14 mar. 2012.
- FREITAG, B. **Escola, Estado e sociedade**. 4. Ed. Coleção Educação Universitária. São Paulo: Editora Moraes, 1980.
- Haidar, M. L. M. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo: Grijalbo, 1972, p. 13-94, 255-263.

HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Tendências da educação brasileira**. Lourenço Filho, Ruy. Monarcha, Carlos (orgs). 2. ed. – Brasília: MEC/Inep, 2002. Coleção Lourenço Filho, v. 6.

MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. SOUZA, C. P.; CATANI, D. B. (Orgs.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

NADAI, E. **A educação como apostolado: história e reminiscências (São Paulo 1930-1970)**. Tese de Livre Docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

NUNES, C. **A modernização do ginásio e a manutenção da ordem**. 1979. 221f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

ODALIA, N.; CALDEIRA, J. R. C. (orgs.). **História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista**. v. 2. República. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010a.

ODALIA, N.; CALDEIRA, J. R. de C. (orgs.). **História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista**. v. 3. Governo e municipalidade. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010b.

PESAVENTO, S. J. **História & História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PILETTI, N. **Ensino de 2º grau: educação geral ou profissionalização?** São Paulo: EPU, 1988.

ROCHA, M. B. M. A política de ensino secundário do Estado Novo e os atores políticos. **Educação conformada: a política de educação no Brasil (1930-1945)**. Juiz de Fora: UFJF, 2000, p. 117-162.

SCHWARTZMAN, S; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 14. ed. 2007.

SOUZA, R. F. **História da organização do trabalho escolar e do currículo do século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008 (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira, v. 2).

SOUZA, R. F. As políticas de expansão e de modernização do ensino secundário no estado de São Paulo e a questão da qualidade da escola pública (1945 – 1968). **Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação**. Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação no Brasil. CD-Rom. Vitória – ES, UFES, 2011.

VARGAS, G. A nova política do Brasil. v. 5. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.
HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia:** regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

APÊNDICE

APÊNDICE A: Ginásios (secundaristas) criados no Estado de São Paulo (1930-1947)

Ano	Município Beneficiado/Decreto de Criação	Contrapartida do Município
1932	Araraquara (Decreto n. 5.408, de 04/03/1932)	Prédio, mobiliário, gabinetes necessários ao seu regular funcionamento e despesas de manutenção do Ginásio, durante dois anos, a partir de 1932.
1932	Itu (Decreto n. 5.424, de 05/03/1932)	Adaptar convenientemente ao fim destinado o prédio onde funcionou o grupo escolar "Convenção de Itu", além das despesas de manutenção do Ginásio, durante dois anos, a partir de 1932.
1932	Taubaté (Decreto n. 5.429, de 05/03/1932)	Prédio, mobiliário, gabinetes necessários ao seu regular funcionamento e despesas de manutenção do Ginásio, durante dois anos, a partir de 1932.
1932	Catanduva (Decreto n. 5.430, de 05/03/1932)	Prédio, mobiliário, gabinetes necessários ao seu regular funcionamento e as todas as despesas de manutenção do ginásio, durante dois anos, a partir de 1932.
1932	São José do Rio Preto (Decreto n. 5.494, de 29/04/1932)	Prédio, mobiliário, gabinetes e todas as despesas de manutenção do Ginásio durante dois anos, a partir de sua instalação.
1934	Araraquara, Itu, Taubaté, Catanduva e Araras (Decreto n. 6.316, de 26/02/1934)	Prédios, instalações e material didático. Considerando que, pelos decretos ns. 5.408, 5.424, 5.429 e 5.430, de 1932, o Governo do Estado resolveu criar ginásios estaduais em diversas cidades do interior do Estado; considerando que, si as respectivas Prefeituras tiverem cumprido, ou vierem a cumprir as condições estipuladas naqueles decretos, assim como as exigências das leis federais em vigor, não deve o Governo deixar de manter os ginásios criados; considerando que, com pequeno aumento das atuais taxas escolares, é possível a criação de ginásios, como convém á difusão do ensino secundário; considerando que o Conselho Consultivo, ao qual foi submetido o projeto, deu parecer favorável á sua execução.
1934	Santos, Franca, Tietê, Bauru e Jaboticabal (Decreto n. 6.601, de 11/08/1934)	Prédios, instalações e material didático, além de custear todas as despesas dos Ginásios, inclusive vencimentos do pessoal, durante o ano de 1935.
1934	Avaré, Faxina, São José do Rio Pardo e Sorocaba (Decreto n. 6.691, de 21/09/1934)	Prédios, instalações e material didático além de custear despesas com o funcionamento dos Ginásios: inclusive pagamento do pessoal, até 31 de dezembro de 1935.
1934	São José do Rio Preto e Piraju (Decreto n. 6.717, de 01/10/1934)	Prédios, instalações e do material didático, bem como das verbas destinadas à manutenção desses estabelecimentos, inclusive pagamento de pessoal, até 31 de dezembro de 1935.
1935	Mogi das Cruzes (Decreto n. 6.943, de 05/02/1935)	Prédios, instalações, materiais didáticos e despesas com o funcionamento dos Ginásios: inclusive pagamento do pessoal, até 31 de dezembro de 1935.

1935	Amparo (Decreto n. 6.999, de 09/03/1935)	Prédios, instalações, materiais didáticos e despesas com o funcionamento dos Ginásios: inclusive pagamento do pessoal, até 31 de dezembro de 1935.
1935	São João da Boa Vista (Decreto n. 7.051, de 03/04/1935)	Prédios, instalações, materiais didáticos e despesas com o funcionamento dos Ginásios: inclusive pagamento do pessoal, até 31 de dezembro de 1935.
1935	Penápolis (Decreto n. 7.101, de 10/04/1935)	Prédio, instalações, material didático e despesa com o funcionamento do Ginásio, inclusive pagamento de pessoal, até 31 de dezembro de 1936.
1935	Itápolis (Decreto n. 7.105, de 10/04/1935)	Prédio, instalações, material didático e pagamento de pessoal, até 31 de dezembro de 1936.
1938	Pirajuí (Decreto n. 8.998, de 16/02/1938)	Prédio, instalações, material didático, mobiliário, bem como custear durante os anos de 1938 e 1939 as despesas com a manutenção do Ginásio, inclusive vencimentos do pessoal docente e administrativo.
1938	Rio Claro (Decreto n. 9.784, de 03/12/1938)	Terreno, prédio, instalações, mobiliário e material didático e de laboratórios.
1939	Caçapava (Decreto n. 10.334, de 21/06/1939)	Prédio, instalações e material didático.
1939	Itapira (Decreto n. 10.709, de 21/11/1939)	Prédio, instalações, material didático e despesas com a manutenção do Ginásio em 1940. A partir de 1941 a referida Prefeitura contribuirá anualmente com a quantia de cinquenta contos de réis (50:00\$000) para as despesas com o funcionamento da escola.
1941	Presidente Prudente e Marília (Decreto-Lei n. 11.864, de 11/03/1941)	Prédios, instalações e material didático.
1945	São José dos Campos (Decreto-Lei n. 14.562, de 26/02/1945)	Um terreno de 100 m. (cem metros) x 10 m. (dez metros), destinado à construção de um prédio para o funcionamento do estabelecimento ora criado, bem como a ceder as instalações que se fizerem necessárias. Enquanto não for levada a efeito a construção, a Prefeitura de São José dos Campos, mediante decreto-lei, providenciará a cessão ao Estado, sem quaisquer ônus para este, a título de empréstimo, do prédio e das instalações do atual Ginásio Municipal daquela cidade, para o funcionamento do Ginásio Estadual.
1945	Limeira (Decreto-Lei n. 14.609, de 16/03/1945)	Prédio e aparelhamento necessários ao seu funcionamento.
1945	Dois Córregos (Decreto-Lei n. 14.758, de 02/06/1945)	Terreno e prédio.
1945	Capivari (Decreto-Lei n. 14.783, de 13/06/1945)	Prédio e aparelhamento necessários ao seu funcionamento.
1945	Jacareí (Decreto-Lei n. 14.786, de 13/06/1945)	Um terreno de 100 m (cem metros) x 100 m (cem metros), destinado à construção de um prédio para o funcionamento do estabelecimento ora criado, bem como ceder às instalações que se fizerem necessárias. Enquanto não for levada a efeito a construção, a Prefeitura de Jacareí mediante decreto-lei providenciará a cessão ao Estado, sem qualquer ônus para este, a título de empréstimo, do prédio e das instalações do atual Ginásio daquela cidade, para funcionamento do Ginásio Estadual.

1945	Jaú (Decreto-Lei n. 14.868, de 14/07/1945)	Terreno com a área mínima de 10.000 m ² (dez mil metros quadrados), destinado à construção de um prédio para o funcionamento do estabelecimento ora criado, bem como ceder às instalações que se fizerem necessárias. Enquanto não for levada a efeito a construção, a Prefeitura de Jaú mediante decreto-lei providenciará a cessão ao Estado, sem quaisquer ônus para este, a título de empréstimo, de prédio e de instalações para funcionamento do Ginásio Estadual.
1945	Cajuru (Decreto-Lei n. 14.976, de 29/08/1945)	Terreno, prédio e aparelhamentos necessários ao seu funcionamento. Enquanto não for levada a efeito a doação que trata esse decreto-lei, a Prefeitura de Cajuru, mediante decreto-lei, providenciara a cessão ao Estado sem quaisquer ônus para este, a título de empréstimo, de prédio indispensável e adequado ao bom funcionamento do estabelecimento, das respectivas instalações e do mobiliário.
1945	São Joaquim da Barra (Decreto-Lei n. 15.070, de 25/09/1945)	Um terreno de 100 m (cem metros) x 100 m (cem metros), destinado a construção de um prédio para o funcionamento do estabelecimento ora criado, bem como ceder às instalações que se fizerem necessárias. Enquanto não for levado a efeito a construção, a Prefeitura de São Joaquim da Barra, mediante decreto-lei, providenciará a cessão ao Estado, sem quaisquer ônus para este, a título de empréstimo, de prédio e de instalações para funcionamento do Ginásio Estadual.
1945	Pindamonhangaba (Decreto-Lei n. 15.170, de 24/10/1945)	Prédio onde está instalado o Ginásio Municipal o qual será doado ao Governo do Estado pela Prefeitura Municipal.
1945	Mogi Mirim (Decreto-Lei n. 15.174, de 24/10/1945)	Terreno de 100 m (cem metros) x 100 m (cem metros) destinado construção de um prédio para o funcionamento do estabelecimento ora criado bem como ceder as instalações que se fizerem necessárias. Enquanto não for levada a efeito a construção, a Prefeitura de Moji Mirim, mediante decreto-lei, providenciará a cessão ao Estado sem quaisquer ônus para este, a título de empréstimo, do prédio e das instalações da escola comercial daquela cidade, para funcionamento do Ginásio Estadual.
1946	Novo Horizonte (Decreto-Lei n. 15.814, de 22/05/1946)	Terreno, prédio e aparelhamento necessários ao seu funcionamento.
1946	Cruzeiro (Decreto-Lei n. 16.076, de 12/09/1946)	Terreno de 100 (cem) metros x 100 (cem) metros, destinados à construção de prédio, e o material escolar e didático, atualmente no Colégio Mantiqueira e Escola Normal de Cruzeiro, inclusive biblioteca, laboratório de física, gabinete de química e museu de história natural, conforme consta do processo n. 14.001/46 da Secretaria de Estado da Educação e Saúde Pública. Enquanto não for levada a efeito pelo Estado a construção, a Prefeitura Municipal de Cruzeiro se compromete a ceder ao Estado a título de empréstimo e sem nenhum ônus para este, prédio para o funcionamento da Escola Normal e Ginásio Estadual.

1946	Pinhal (Decreto-Lei n. 16.263, de 05/11/1946)	Nada consta.
1946	Igarapava (Decreto-Lei n. 16.668, de 31/12/1946)	Prédio, instalações didáticas e respectivo terreno, com cerca de 11.000 m ² (onze mil metros quadrados), onde funciona o Ginásio São Sebastião, daquela localidade, feito às adaptações julgadas necessárias pelo Departamento de Educação, constantes do processo n. 75.099-45, da Secretaria da Educação e Saúde Pública.
1947	Ibitinga (Decreto-Lei n. 16.714, de 14/01/1947)	Terreno de 10.000 m ² (dez mil metros quadrados), prédio e respectivo aparelhamento didático.
1947	Barretos (Decreto-Lei n. 16.727, de 16/01/1947)	Nada consta.
1947	São Roque (Decreto-Lei n. 16.741, de 17/01/1947)	Terreno de 10.000 m ² (dez mil metros quadrados), prédio e respectivo aparelhamento didático.
1947	Presidente Venceslau (Decreto-Lei n. 16.811, de 29/01/1947)	Terreno de 10.000 m ² (dez mil metros quadrados), prédio e respectivo aparelhamento didático.
1947	Viradouro (Decreto-Lei n. 16.834, de 31/01/1947)	Terreno de 10.000 m ² (dez mil metros quadrados), prédio e respectivo aparelhamento didático.
1947	Batatais (Decreto-Lei n. 16.870, de 10/02/1947)	Nada consta.
1947	Matão (Decreto-Lei n. 16.871, de 10/02/1947)	Terreno, prédio e instalações do Ginásio Municipal local.
1947	Iguape (Decreto-Lei n. 16.872, de 10/02/1947)	Terreno de 10.000 m ² (dez mil metros quadrados), destinado à construção do respectivo prédio.
1947	Caconde (Decreto-Lei n. 16.874, de 10/02/1947)	Terreno de 100 m (cem metros) por 100 m (cem metros).
1947	Monte Alto (Decreto-Lei n. 16.875, de 10/02/1947)	Terreno de 100 m (cem metros) por 100 m (cem metros), destinado a construção do respectivo prédio.
1947	Santo André (Decreto-Lei n. 16.876, de 10/02/1947)	Terreno de 100 m (cem metros) por 100 m (cem metros), destinado à construção do respectivo prédio.
1947	Santa Rita do Passa Quatro (Decreto-Lei n. 16.884, de 11/02/1947)	Terreno de 10.000 m ² (dez mil metros quadrados), prédio e respectivo aparelhamento didático.
1947	São Simão (Decreto-Lei n. 16.913, de 14/02/1947)	Terreno, prédio e instalações necessárias.
1947	Birigui (Decreto-Lei n. 16.960, de 22/02/1947)	Terreno de 10.000 m ² (dez mil metros quadrados), prédio e respectivo aparelhamento didático.
1947	Bragança Paulista (Decreto-Lei n. 17.021, de 06/03/1947)	Terreno de 100 m (cem metros) x 100 m (cem metros), destinado a construção do respectivo prédio.
1947	Descalvado (Decreto-Lei n. 17.085, de 08/03/1947)	Terreno adequado, de acordo com as exigências do Departamento de Educação, destinado à construção de um prédio para o funcionamento do ginásio criado. Enquanto não for levada a efeito a construção de que trata o decreto-lei, a Prefeitura de Descalvado, mediante decreto-lei, providenciará a cessão ao Estado, sem quaisquer ônus para este, a título de empréstimo, de prédio e de instalações para funcionamento do Ginásio Estadual.

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo (2011)

ANEXO

ANEXO A: Declaração do Prefeito Municipal encaminhada ao Departamento de Educação

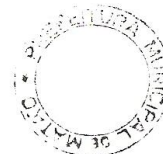


Prefeitura Municipal de Matão

MATÃO — ESTADO DE SÃO PAULO

No.

DECLARAÇÃO:



Eu, Dr. Leonidas C. Bastia, Prefeito Municipal de Matão, tendo recebido da Diretoria da Escola Normal Livre desta cidade o processo 700/48, do Departamento de Educação, sobre o funcionamento das Escolas Normal Livre e Técnica de Comércio, ora em funcionamento no próprio do Estado- Ginásio Estadual de Matão- declaro e, por ser de interesse público e para realizar o compromisso desta Prefeitura Municipal, assumido perante a Diretoria da referida Casa de Ensino, renovo o formal compromisso perante o Snr. Professor Paulo Marcondes Ciarlo, Diretor do Ginásio Estadual, perante o conselho Consultivo da Escola Normal Livre, representado pelo Snr. Dr. Sylvio de Mattos Carvalho, e perante o Departamento de Educação que:

- 1 - A Prefeitura Municipal de Matão, na pessoa do Snr. Prefeito Municipal, Dr. Leonidas C. Bastia, assume o compromisso de entregar o prédio situado à Rua José Bonifácio nº. 967, em condições pedagógicas para o funcionamento das referidas Escolas até fins de Fevereiro do próximo ano, 1.949.
- 2 - Para atender o dispositivo do artigo 493, da Consolidação das Leis do Ensino, item 13a, sobre a existência de classes do Curso Primário, leve ao conhecimento desse Departamento que esta Prefeitura está providenciando a anexação de uma das Escolas Municipais junto ao prédio, onde, no próximo ano, funcionarão os Estabelecimentos citados.

Informo, outrossim, para melhor juízo desse Departamento que o Grupo Escolar " José Inocêncio da Costa " conta com 495 alunos matriculados em 12 classes, funcionando em 2 períodos. Há ainda seis Escolas Municipais, onde estão matriculados 131 alunos. O número de Escolas Estaduais no Município é de 15, com a matrícula de 484 alunos. Portanto, realizando-se um trabalho junto aos pais de alunos, em idade escolar, acreditamos seja-nos fácil e útil completar o número legal de classes para a prática de ensino dos alunos da Escola Normal Livre de Matão.

- 3 - A Prefeitura Municipal fará funcionar também, no mesmo prédio, o Jardim de Infância, facilitando assim, o aprendizado às professorandas.
Acreditamos que, ao realizar esses compromissos, dentro do prazo de 4 meses, a Prefeitura Municipal de Matão terá solucionado o magno problema da difusão do ensino em seu Município.
- 4 - Em virtude de ter sido publicado no Diário Oficial de 17/2/48, o Decreto nº. 17.974 de 16/2/48, criando uma Escola Normal Livre e ser de nossa aspiração uma Escola Normal Municipal, conforme nosso pedido, solicitamos os bons ofícios desse Departamento para que seja retificado o Decreto de criação. Assim sendo, resolveremos, igualmente, o disposto no artigo 525 da Consolidação das Leis do Ensino.

Matão, 6 de Novembro de 1.948.

Dr. Leonidas C. Bastia

 Dr. Leonidas C. Bastia
 Prefeito Municipal